



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Samuel de Almeida Henriques

**Dom Adriano e ensino de história para os direitos humanos: um
mapa digital sobre locais de memória e resistência à Ditadura em
Nova Iguaçu**

São Gonçalo

2020

Samuel de Almeida Henriques

**Dom Adriano e ensino de história para os direitos humanos: um mapa digital
sobre locais de memória e resistência à Ditadura em Nova Iguaçu**



Projeto de pesquisa apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha

São Gonçalo

2020

Samuel de Almeida Henriques

Dom Adriano e ensino de história para os direitos humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência à Ditadura em Nova Iguaçu

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 14 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Pinha (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Luiz Resnik

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Alexandre Fortes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de todos aqueles que ajudaram na formação dos locais aqui citados como memória de resistência às violações dos direitos humanos. Dedico também à minha família que esteve ao meu lado e sempre me deu apoio, fundamental para esta jornada. Aos professores do Profhistoria, que com seus saberes alargaram meus horizontes e me instrumentalizaram para que pudesse transformar o pensamento em teorias e as teorias em prática.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por ter me concedido a oportunidade de poder chegar a este momento com saúde física e lucidez. Gostaria de agradecer em especial ao professor Daniel Pinha, por ter acreditado no projeto desde o início, pela paciência e seriedade de como lidou com as dificuldades apresentadas ao longo do processo de gestação desta dissertação. À professora Márcia Gonçalves, que me fez vislumbrar o mundo da Teoria da História como uma experiência transcendental. Ao professor Alexandre Fortes, por ter me apresentado a plataforma que serviu de base para o desenvolvimento do produto. Minha esposa, e companheira de todas as horas Juliana, que segurou a barra nos momentos aos quais precisava escrever, preparar aulas e ser pai. A todos aqueles que foram fundamentais para a conclusão deste projeto.

RESUMO

HENRIQUES, Samuel de Almeida. *Dom Adriano e ensino de história para os direitos humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência à Ditadura em Nova Iguaçu*. 2020. 127f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

O Presente estudo partiu da experiência de sala de aula. Temas espinhosos revelavam conflitos de memória e exaltações à violações dos direitos humanos como o retorno à ditadura militar no Brasil. Como jovens, que não vivenciaram esta realidade, defendiam o retorno a um regime de exceção? Será que sabiam o que realmente era uma ditadura? E os direitos essenciais do cidadão? Qual seria o papel do professor na reelaboração dessas memórias? Essas questões levaram à formulação de uma proposta de produto final que pudesse trabalhar conceitos fundamentais para a reflexão sobre democracia, ditadura, direitos humanos e o papel do ser humano como agente de resistência e luta pela preservação de tais direitos. Para isso seria necessário mobilizar conceitos trabalhados nas aulas de mestrado profissional Profhistoria. Foram utilizados como base teórica Locais de Memória, Ensino de História e História Local. Esses foram os elementos que nortearam a criação de um aplicativo, um mapa virtual, contendo locais de memória em Nova Iguaçu. Todos os locais têm como elemento em comum a atuação de Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu entre 1966 e 1994 e sua atuação enquanto liderança religiosa na luta contra a violação dos Direitos Humanos - assim, usando como referência uma figura local, elemento identitário, contribuindo para melhor compreensão dos conceitos, desenvolvendo a consciência histórica.

Palavras-chave: Locais de Memória. Ensino de História. História Local. Direitos Humanos.

ABSTRACT

HENRIQUES. Samuel de Almeida. *Don Adriano and history teaching for human rights: a digital map regarding places of memory and resistance to the Dictatorship in Nova Iguaçu*. 2020. 127f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

This study came from classroom experience. Thorny themes revealed conflicts of memory and exaltations of human rights violations, such as the return to the military dictatorship in Brazil. How did young people, who did not experience this reality, defend the return to an exceptional regime? Did they know what a dictatorship indeed was? What about the indispensable rights of the citizen? What will be the role of the teacher in the re-elaboration of these memories? These questions led to the formulation of a proposal for a final product that could work on fundamental concepts for reflection on democracy, dictatorship, human rights and the role of the human being as an agent of resistance and struggle for the preservation of these rights. For that, it would be necessary to mobilize concepts worked on in the professional master's degree in Profhitoria. Places of Memory, History Teaching, and Local History were used as a theoretical basis. These were the elements that guided the creation of an application, a virtual map, containing memory holes in Nova Iguaçu. All locations have in common the performance of Dom Adriano Hypólito, bishop of Nova Iguaçu between 1966 and 1994 and his performance as a religious leader in the fight against the violation of Human Rights. Therefore, using as a reference to a local figure, an identity element, contributing to a better understanding of the concepts, developing historical awareness.

Keywords: Memory Locations. History teaching. Local History. Human Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|---|----|
| Figura 1 – | Layout da Aplicativo | 59 |
| Figura 2 – | Locais de Memória Dom Adriano da Aplicativo | 60 |
| Figura 3 – | Interface de apresentação do aplicativo | 61 |
| Figura 4 – | Histórico de Dom Adriano p.2 (aplicativo) | 62 |
| Figura 5 – | Histórico de Dom Adriano p.3 (aplicativo) | 63 |
| Figura 6 – | Histórico de Dom Adriano p.4 (aplicativo) | 64 |
| Figura 7 – | Histórico de Dom Adriano p. 5 (aplicativo) | 65 |
| Figura 8 – | Histórico de Dom Adriano p. 6 (aplicativo) | 66 |
| Figura 9 – | Histórico de Dom Adriano p. 7 (aplicativo) | 67 |
| Figura 10 – | CEDIM – Centro de Documentação e Imagem (aplicativo) | 68 |
| Figura 11 – | Casa de Dom Adriano Hypólito (aplicativo) | 69 |
| Figura 12 – | Casa de Dom Adriano p. 1 (aplicativo) | 70 |
| Figura 13 – | Casa de Dom Adriano p. 2 (aplicativo) | 71 |
| Figura 14 – | Casa de Dom Adriano p. 3 (aplicativo) | 72 |
| Figura 15 – | Casa de Oração Frei Jordão Mai (aplicativo) | 73 |
| Figura 16 – | Casa de Oração Frei Jordão Mai p. 1 (aplicativo) | 74 |
| Figura 17 – | Casa de Oração Frei Jordão Mai p. 2 (aplicativo) | 75 |
| Figura 18 – | Casa de Oração Frei Jordão Mai p. 3 (aplicativo) | 76 |
| Figura 19 – | CEB – Comunidade Eclesial de Base Nova Iguaçu (aplicativo) | 77 |
| Figura 20 – | Comunidade Eclesial de Base p. 1 (aplicativo) | 78 |
| Figura 21 – | Comunidade Eclesial de Base p. 2 (aplicativo) | 79 |
| Figura 22 – | Comunidade Eclesial de Base p. 3 (aplicativo) | 80 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 23 – | Comunidade Eclesial de Base p. 4 (aplicativo) | 81 |
| Figura 24 – | Igreja Santo Antônio da Prata (aplicativo) | 83 |
| Figura 25 – | Igreja de Santo Antônio da Prata p. 1 (aplicativo) | 84 |
| Figura 26 – | Igreja de Santo Antônio da Prata p. 2 (aplicativo) | 85 |
| Figura 27 – | Igreja de Santo Antônio da Prata p. 3 (aplicativo) | 86 |
| Figura 28 – | Igreja de Santo Antônio da Prata p. 4 (aplicativo) | 87 |
| Figura 29 – | Seminário Diocesano Paulo VI (aplicativo) | 89 |
| Figura 30 – | Seminário Diocesano Paulo VI p. 1 (aplicativo) | 90 |
| Figura 31 – | Seminário Diocesano Paulo VI p. 2 (aplicativo) | 91 |
| Figura 32 – | Seminário Diocesano Paulo VI p. 2 (aplicativo) | 92 |
| Figura 33 – | Seminário Diocesano Paulo VI p. 3 (aplicativo) | 96 |
| Figura 34 – | Seminário Diocesano Paulo VI p. 4 (aplicativo) | 94 |
| Figura 35 – | CENFOR – Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (aplicativo) | 95 |
| Figura 36 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 1 (aplicativo) | 96 |
| Figura 37 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 2 (aplicativo) | 97 |
| Figura 38 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 3 (aplicativo) | 98 |
| Figura 39 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 4 (aplicativo) | 99 |
| Figura 40 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 5 (aplicativo) | 100 |
| Figura 41 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 6 (aplicativo) | 101 |
| Figura 42 – | CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 7 (aplicativo) | 102 |
| Figura 43 – | MAB – Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (aplicativo) | 104 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 44 – | MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 1 (aplicativo) | 105 |
| Figura 45 – | MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 2 (aplicativo) | 106 |
| Figura 45 – | MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 3 (aplicativo) | 107 |
| Figura 46 – | MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 4 (aplicativo) | 108 |
| Figura 47 – | MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 5 (aplicativo) | 109 |
| Figura 48 – | Catedral Sato Antônio de Jacutinga (aplicativo) | 110 |
| Figura 49 – | Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 1 (aplicativo) | 111 |
| Figura 50 – | Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 2 (aplicativo) | 112 |
| Figura 51 – | Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 3 (aplicativo) | 113 |
| Figura 52 – | Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 4 (aplicativo) | 114 |
| Figura 53 – | Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 5 (aplicativo) | 115 |
| Figura 54 – | Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 6 (aplicativo) | 116 |
| Figura 55 – | CEDIM – Centro de Documentação e Imagem – UFRRJ (aplicativo) | 118 |
| Figura 56 – | 56 – QRCode para acesso ao aplicativo | 119 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 | ENSINO DE HISTÓRIA, LOCAIS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL . | 16 |
| 1.1 | A sala de aula como espaço de pesquisa | 16 |
| 1.2 | Locais de memória: conceito e seus usos como ferramenta nas aulas | 18 |
| 1.3 | História local e ensino de história: fundamentos | 21 |
| 1.4 | Conflitos de memória sobre a Ditadura Militar Brasileira | 23 |
| 1.5 | A história local como ferramenta pedagógica para o ensino de história | 28 |
| 1.6 | O currículo e suas implicações com a História Local | 30 |
| 1.7 | Nova Iguaçu no contexto da História Local | 31 |
| 1.8 | O ensino de História: alguns debates em torno da memória e Ditadura Militar no Brasil | 32 |
| 1.9 | Políticas de reparação: a Comissão Nacional da Verdade | 35 |
| 2 | A DITADURA MILITAR EM NOVA IGUAÇU E A ATUAÇÃO DE D. ADRIANO | 41 |
| 2.1 | O Contexto Nacional | 41 |
| 2.2 | O Contexto Regional – Nova Iguaçu | 42 |
| 2.3 | Dom Adriano Hypólito | 47 |
| 2.4 | Nova Iguaçu, 1966: Dom Adriano Hypólito se torna Bispo | 50 |
| 3 | DOM ADRIANO E DIREITOS HUMANOS: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM NOVA IGUAÇU | 56 |
| 3.1 | Apresentação do produto | 56 |
| 3.2 | A descrição do produto | 58 |
| | CONCLUSÃO | 120 |
| | REFERÊNCIAS | 123 |

INTRODUÇÃO

Ensinar história vai muito além da explicação do conteúdo. É possibilitar ao aluno vislumbrar o mundo a partir de perspectivas críticas de maneira que este possa se sentir sujeito e protagonista de sua própria história, percebendo que esta é parte integrante do um movimento maior e que nós fazemos parte do mosaico que compõe a superestrutura. Ter esse entendimento é fundamental para a prática docente. As novas gerações dispõem de bastante acesso aos mais diversos tipos de produção historiográfica, informação ao alcance das mãos, na rede. Sabemos que ainda não é uma realidade para todos, mas de uma grande maioria. Para muitos destes, a escola se tornou obsoleta, desgastada e sem sentido. A escola não é mais o centro exclusivo de produção e circulação historiográfica para os alunos. O acesso à internet está dentro de nossas casas e a apenas um clique de nossas mãos. Sendo assim, o volume de informação é extenso e facilitado. Por isso, pensar em uma escola que atue não apenas no fornecimento de conteúdos conceituais, mas na utilização dos mesmos como meio para desenvolver habilidades e competências capazes de instrumentalizar os alunos para a sociedade, os capacitando para atuação efetiva como cidadãos críticos e atuantes, capazes de agir e transformarem a realidade em que vivem, mostra-se como função primordial da escola no século XXI.

O desafio da escola hoje, certamente, permeia essa posição em que se encontra, pois o seu papel não deve apoiar-se em *transmitir conteúdos*. A escola deve ser muito mais que isso! Por termos acesso à informação de forma instantânea, o que a escola deve estar atenta, assim como o professor que se encontra atuante em sala de aula, é que não basta transmitir a informação, mas é necessário provocar o aluno de forma a manifestar nele o interesse pelo que está aprendendo, despertando sua curiosidade, criando sentido para o que ensina. Quando provocado, o aluno sai da inércia e passa a atuar de forma pensante e crítica. Para isso, a escola precisa estar em movimento, buscando alternativas que instiguem e motivem o aluno. Pensando na formação desse educador que atuará na escola, as universidades, centros de pesquisas e produções acadêmicas, também precisam estar atentas a essas transformações, pensando de forma a oferecer

um currículo que contribua para a formação de profissionais mais “anteados”, com novas propostas educacionais.

É nesse clima de mudanças e necessidade de adequação às demandas dessas gerações que surge o PROHISTORIA. O programa de mestrado profissional valorizou o profissional de sala de aula, transformando o ambiente escolar em um grande laboratório, dando ao professor que já atua a oportunidade da troca, podendo apresentar as demandas surgidas a partir da prática docente como parte importante do processo de ensinar e aprender. Além de dar a possibilidade de compreender na teoria aquilo que está sendo feito na prática, a importância dada à transformação de pesquisa em conhecimento concreto, é o que torna este programa fascinante. A possibilidade de transformar o conhecimento adquirido na universidade, junto com a experiência de sala de aula em um produto é, sem dúvida, o que faz do PROFHISTORIA a ferramenta fundamental de estímulo ao docente para que possa atender à demanda dessa nova geração.

O PROFHISTÓRIA possibilita ao professor, com isso, a reflexão sobre a sua própria prática docente. Aquilo que era feito de maneira intuitiva, passa a ser melhor compreendido e analisado num processo de autorreflexão desse professor que acaba transformando sua prática de forma a contribuir para um aprendizado mais significativo para o aluno. Nesse caso, a utilização de conceitos históricos, como a História Local, são estratégias fundamentais para trazer à compreensão do aluno esses conceitos a partir de sua própria realidade, apresentando uma história mais próxima, mais palpável, que faça sentido para esse aluno. Este foi o caso de Dom Adriano Hypólito, que dá nome a ruas e escolas na cidade de Nova Iguaçu. Dom Adriano foi Bispo da Diocese da cidade e se tornou uma figura de projeção nacional ao lutar a favor dos Direitos Humanos em plena Ditadura Militar. Essa aproximação entre o fato e a realidade do aluno, possibilita a melhor compreensão dos conceitos que se pretende trabalhar: democracia, ditadura, direitos humanos e liberdade. A luta das associações de amigos de bairro, descobrir que o prédio vizinho à sua casa foi invadido pelas forças de repressão - que visavam impedir um congresso sobre direitos humanos -, a explosão da catedral de Nova Iguaçu e a pichação da igreja Santo Antônio da Prata são exemplos de fatos históricos, ocorridos na cidade, que têm relação com um contexto mais amplo, dando à história mais sentido.

Trabalhar com a memória, compreender como os locais de memória são importantes para a formação da identidade de uma sociedade, contribui para a

formação da consciência histórica e da necessidade de preservação de espaços de memória. É importante perceber que a memória é sujeita à problematizações da historiografia e do ensino de história, que pode ser utilizada como instrumento para a formação da política de memória e que a preservação da memória colabora para as ações de indivíduos e/ou grupos sobre aquela sociedade. Preservar a memória de Dom Adriano, por exemplo, é preservar um passado de luta e resistência contra violações dos direitos humanos. É entender que a realidade democrática do Brasil de hoje é fruto dessa luta e resistência e que a vitória da Constituição de 1988 é fruto das lutas individuais de pessoas comuns, como muitos habitantes de Nova Iguaçu. Refletir junto com o aluno e problematizar essas questões torna-se fundamental para a compreensão de conceitos importantes para o fortalecimento da democracia, instrumentalizando o jovem para debates de memória, trazendo à consciência sua importância enquanto agente na manutenção do processo democrático e na preservação da memória de resistência às violações dos direitos humanos. A formação da consciência histórica, através da apresentação dos locais de memória e sua importância para a formação da identidade de uma comunidade traz sentimento de pertencimento, inserindo o jovem nesse processo enquanto protagonista na defesa de tais direitos.

A escolha do tema, relaciona-se diretamente com o contexto de Ditadura Militar vivido pelo Brasil entre os anos 1960 e 1980 e com a necessidade de fundamentar o processo de luta, resistência e direitos fundamentais do cidadão. Instrumentalizar não significa doutrinar, mas dar ao aluno o conhecimento necessário para que possa fazer suas escolhas e defender, com base em fundamentos concretos, sua posição em um debate, de forma que possam se apropriar de tais conceitos e serem capazes de desenvolver seu senso histórico com base em princípios democráticos. O tema é polêmico e rico para o estudo dos diferentes conceitos lançados aqui sobre os usos da memória. Por esse motivo, a pretensão desta dissertação em trabalhar com essa temática, trazendo para o dia a dia dos alunos um universo que, apesar de fazer parte do passado recente, “que não passa”, parecia muito distante de suas realidades. A partir da provocação nas aulas, percebia-se o quanto o uso da memória gerava enfrentamentos, sendo capaz de influenciar jovens, de maneira a despertar sentimentos e sensações, saudades e raiva sobre momentos que não vivenciaram. Muitos jovens, durante as aulas, desenvolvem um discurso de defesa ao período de governo militar no Brasil. Como

um passado tão presente e marcante por violações aos Direitos Humanos, pode trazer recordações que provocam empatia por muitos em relação à Ditadura Militar? Qual a influência da mídia digital, jornais, revistas, redes sociais na construção de uma narrativa de memória não vivenciada? O que leva jovens a defenderem o retorno da Ditadura Militar ao Brasil? Será que conhecem verdadeiramente o conceito de democracia?

O objetivo desta dissertação não é responder tais questionamentos, mas mobilizar conceitos como direitos humanos, democracia, ditadura e memória, em sala de aula. Através de um aplicativo e das informações e provocações contidas nele, mostrar, com os locais de memória, o quanto a história é presente em nossa realidade e como a democracia vivida por nós hoje foi construída e conquistada. Pretende-se refletir com o aluno sobre a importância de viver em uma sociedade democrática para que possamos ser protagonistas de nossa própria história, evidenciando, também, o quanto a cidade que eles vivem foi parte importante na luta pela redemocratização do Brasil e que essa história deve ser preservada.

O produto tem uma linguagem pertencente à realidade do aluno, com facilidade de manipulação. Um aplicativo com um mapa virtual, capaz de ser manipulado não só por alunos, mas por qualquer outro usuário. Este mapa virtual apresenta alguns locais de memória de Nova Iguaçu, tendo como ponto de ligação entre eles a memória de Dom Adriano, que foi selecionado para o presente trabalho por ter sido bispo da Diocese de Nova Iguaçu e por sua proximidade com a sociedade iguaçuana, além de ser uma reconhecida liderança da resistência às violações dos Direitos Humanos naquela comunidade. O aplicativo apresenta os locais de memória de forma virtual, tendo sempre imagens e textos personalizados, indicando a importância daquele local para a memória de resistência em Nova Iguaçu. Há também, em cada local virtual uma proposta de exercícios, de forma a analisar como os conceitos de História Local, Locais de Memória e Ensino de História foram assimilados pelos usuários do aplicativo.

Pretende-se com este produto oferecer uma ferramenta ao professor para trabalhar a Ditadura Militar sob a ótica local e colaborar no desenvolvimento da consciência histórica no aluno e no usuário do aplicativo, mantendo viva a memória de resistência em Nova Iguaçu e a valorização de uma cultura democrática e de educação em direitos humanos.

O produto

Muitos são os conceitos e teorias que nos levam à várias reflexões acerca do uso da História Local como ferramenta fundamental para a compreensão da história e as complexidades que cercam os fatos. O produto proposto nesta dissertação tem como norte trabalhar a identidade do povo iguaçuano através não só de um fato marcante, como também de uma figura singular que serviu de referência, não só como liderança religiosa, mas como um líder comunitário que marcou, com sua passagem por Nova Iguaçu, a formação identitária desta cidade.

A proposta é mapear os locais de resistência e formação de lideranças comunitárias em Nova Iguaçu, durante o bispado de dom Adriano Hypólito. Fazer um circuito de memória que possa ser percorrido tanto física quanto virtualmente, permitindo o acesso a documentos, fotografias e depoimentos. Através deste circuito professores poderão trabalhar, considerando o processo histórico mais amplo da Ditadura Militar, conceitos que estão em disputa nos currículos escolares e que necessitam serem trabalhados. Direitos Humanos, identidade, democracia e ditadura são alguns desses conceitos que necessitam ser discutidos numa região que sempre foi muito marcada pela violência, preconceito, corrupção e desmandos. Mostrar como lideranças em Nova Iguaçu lutaram e se sacrificaram para que hoje possamos ter direito ao voto, liberdade de expressão e demais garantias constitucionais é fundamental para que os jovens possam saber se posicionar na sociedade e se tornarem protagonistas de seus próprios destinos.

A instalação de QRcodes nesses locais de memória será de fundamental importância para que todos tenham acesso ao acervo, de forma virtual deste período. Sendo assim, os passos seriam a formação de um mapa, com destaque para os pontos de resistência e formação de lideranças em Nova Iguaçu. Em seguida, a reunião de documentação como cartas, fotografias e depoimentos em arquivos virtuais - esta parte já está muito adiantada pelo Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em parceria com o arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

1 ENSINO DE HISTÓRIA, LOCAIS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL

1.1 A sala de aula como espaço de pesquisa

Como professor de história da rede pública e privada, muito me intrigava a narrativa dos alunos a respeito de temas que não vivenciaram ou estudaram. Posicionamentos sobre determinadas questões sem muita sustentação, mas com muita propriedade. Nos aprofundamentos dos debates notava que muitas de suas conclusões vinham de sua bagagem cultural familiar, um depoimento de um tio, uma experiência vivida pela avó ou até mesmo memórias de parentes de amigos. Além disso, numa geração nativa digital, através de histórias compartilhadas nas redes sociais.

Afastado da academia desde a graduação, apesar de especializações e cursos de atualização, não possuía formação teórico/metodológica para enxergar a profundidade daquilo que estava se construindo em minhas aulas. Todos os meus cursos foram sempre voltados para fatos históricos e conteúdo, que trouxeram muita riqueza às aulas, mas não era o suficiente. Sentia que faltava algo mais.

Em 2018 ingressei no programa de mestrado profissional através da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e logo nas primeiras aulas percebi o quanto aquele curso seria importante para dar o suporte teórico necessário para desenvolver aquilo que eu tanto queria. Após leituras e discussões nas aulas de Teoria da História pude perceber com mais clareza que aquelas narrativas utilizadas nas aulas por meus alunos tratavam de uma categoria muito rica e com conceitos amplamente debatidos na academia, a memória. Ao mergulhar nesse universo, debatido não só por historiadores, mas por profissionais diversos, como biólogos, médicos e psicanalistas, pude perceber o fenômeno que se apresentava nas aulas de história, o conflito de memórias. Me identifiquei de imediato, passando a buscar mais embasamento para potencializar os debates e levar para as aulas os conceitos apreendidos na universidade. Tive a oportunidade de trabalhar, quase que em tempo real, tais conceitos com meus alunos. Leituras e debates nas aulas foram fundamentais para “vulgarizar” o saber acadêmico, sem perder a autonomia de um fazer histórico próprio da sala de aula, permitindo ao educando desenvolver a

capacidade de pensar historicamente, fundamento amplamente defendido por Rösen¹, que critica a “Didática da Cópia”, a transposição do saber científico para a forma escolar, sem que haja uma reflexão e problematização importantes para a produção do conhecimento histórico.

[...] a forma de geração de problemas históricos a partir das carências de orientação da vida prática; a relação entre a formatação histórica e o público e a função de orientação da vida prática como algo que influencia a própria produção do conhecimento histórico. Para o autor, o problema da Didática da História não reside na sua autonomia ou diferença em relação à ciência da História, mas no estatuto ou natureza desta relação, abrindo possibilidades para se levar em conta alguns princípios que seriam constitutivos da epistemologia da Didática da História, com implicações para a metodologia do ensino de história e para as pesquisas nesta área. Entre os princípios norteadores, podem ser citados: 1) O estatuto ou natureza da relação entre a História e a Didática da História; 2) A formação da consciência histórica como pressuposto e finalidade da aprendizagem histórica; 3) A narrativa como forma e função da aprendizagem histórica. 4. A aprendizagem histórica como apreensão da mudança temporal.²

Passei a buscar mais sobre o tema (memória) e compreender como poderia ser mobilizado com os alunos em sala. Os textos e as discussões nas aulas do mestrado foram de fundamental importância para que eu pudesse enxergar os debates que estavam sendo travados, me instrumentalizando para que pudesse potencializar o conhecimento através dos conteúdos. Categorias como apropriação, compartilhamento, política e disputa de memória se tornaram visíveis, e os usos da memória e a narrativa se configuraram como principais eixos da minha prática. Passei a compreender melhor o papel do Historiador e do professor de história na contemporaneidade, não apenas como um mero reproduzidor do conhecimento, mas percebendo a importância da sala de aula como objeto de pesquisa e produção de conhecimento.

Lendo Manoel Salgado³, no texto que faz um breve relato sobre a política de memória e museus na Alemanha, me veio à mente a ideia do produto que seria apresentado como ferramenta capaz de tornar, através de um estudo de caso, a memória mais concreta.

¹ RÜSEN, Jörn, **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p 248.

² SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “Jörn Rösen e sua contribuição para a didática da História”. *Intelligere*, Revista de História Intelectual, vol. 3, nº2, p. 60-76. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 21/04/2020.

³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória, patrimônio”. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 91-112.

“Desse modo, pretendem os organizadores e patrocinadores do Museu preservar e tornar disponível para as gerações futuras esse conjunto de lembranças e memórias denominadas todo o tempo de “Geschichte” (História). Ainda que de forma não explícita, esse parece ser o caminho para se atingir uma história mais verdadeira, já que ela é fundada na própria experiência e vivência dos fatos. Isso, por si só, já garantiria maior veracidade e densidade ao narrado.

Um sintoma de nossos tempos e dos usos do passado que se fazem necessários como demanda coletiva. Matéria para reflexão do historiador interessado em pensar a história na sua historicidade.⁴

Nesse caso, não só de apresentar objetos, patrimônios como fontes, mas interpretá-las a partir da vivência do próprio aluno: um produto pedagógico que pudesse servir como base para problematizar a memória através de diferentes fatos e em diferentes regiões.

A memória seria trabalhada a partir de um fato e recorte histórico. O fato seria a sequestro do bispo diocesano de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito; o recorte histórico seria o período de seu bispado em Nova Iguaçu de 1966 a 1996. Já a História Local, entendida como estratégia de aproximação pedagógica, traria o problema para a realidade do aluno - lembrando que minha docência se concentra nesta cidade.

1.2 Locais de memória: conceito e seus usos como ferramenta nas aulas

Quem fala da “memória dos locais” serve-se de uma formulação que é tão confortável quanto sugestiva. A expressão é confortável porque deixa em aberto tratar-se ou de um *genetivus objectivus*, uma memória que se recorda dos locais, ou de uma *genetivus subjectivus*, isto é, uma memória que está, por si só, situada nos locais. E a expressão é sugestiva porque aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores de recordações e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos. A força sugestiva dessa opacidade é um bom ponto de partida para investigar a seguir o que a “memória dos locais”⁵

O produto final tem como uma de suas referências o conceito de “locais de memória”, tendo em vista que a proposta é trabalhar um mapa virtual de locais ligados a memória de Dom Adriano e sua atuação como liderança comunitária na

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. Cit. p. 94.

⁵ ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, GUINDANI, Joel Felipe, SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. 1, julho 2009. 317p.

cidade de Nova Iguaçu. Assmann, ao analisar as formas de transformação da memória cultural, afirma que “grande é a força da memória que reside no interior dos locais”⁶. Para a autora, os locais também podem ser utilizados como objetos de memória. O vínculo entre proximidade e distância confere uma aura a esses locais, pois a zona de contato torna a memória algo palpável, concreto. Em suas pesquisas sobre os “locais de memória”, Assmann destaca um tipo de memória que se pretende utilizar como suporte para a proposta pedagógica a ser apresentada, são os “locais traumáticos”.

Enquanto o local de recordação se estabiliza por meio da história que se conta sobre ele (sendo que, de sua parte, o local sustém e confere veracidade à narrativa), o local traumático se vê assinalado pela impossibilidade de se narrar a história. A narração da história está bloqueada pela pressão psicológica do indivíduo ou pelos tabus sociais da comunidade. Expressões como o pecado, vergonha, coação, poder do destino, sombras são palavras tabus, conceitos velados que não se manifestam, mas afastam o que não pode ser dito, encerrando tal coisa em sua própria condição inacessível.⁷

Alguns dos locais incluídos nesta dissertação são traumáticos por terem sido locais onde muitos perseguidos políticos tiveram que se esconder da Ditadura, como a Casa de Oração Frei Jordão Mai, localizada no bairro da Posse, Nova Iguaçu.

Os locais de memória podem ser subjetivos, como a lembrança. Sobre esse conceito Beatriz Sarlo, em seu trabalho “Tempo passado”⁸, afirma que a lembrança é algo incontrollável, constantemente presente em nossas vidas. A lembrança é capaz de trazer o passado para o presente, podendo ressignificá-lo, oferecendo variações de interpretações. Só é possível eliminar a lembrança quando se elimina os sujeitos e fontes que a carregam. Mesmo quando há um genocídio, como foi o caso da bomba de Hiroshima, a memória sobrevive em meio aos escombros. Por isso incontrollável e involuntária. Mesmo a memória que não quer ser lembrada pode surgir, basta um local de memória para que isso possa acontecer. Por isso há, em alguns governos, políticas de “apagamento da memória”. Mas, apesar disso, ainda

⁶ ASSMAN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformação da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. Introdução, p.15-27 e Capítulo 5 da Segunda Parte – “Locais” – p. 349

⁷ ASSMAN, Aleida. Op. Cit. P. 317.

⁸ SARLO, Beatriz. “Tempo passado”, “Crítica do testemunho: sujeito e experiência” e “A retórica testemunhal” In: **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

restam memórias individuais – os testemunhos – capazes de manter algumas lembranças e reconstruir a memória.

(..) a história tem hoje a missão de fazer defeitos nas memórias, de fazer memórias errarem, já que a história tem uma relação diferencial e conflituosa em relação às memórias, notadamente aquelas memórias que se tornam oficiais, monumentalizadas, cristalizadas, motivo de comemoração e efemérides. A pesquisa histórica visa, por meio da crítica, afastar-se das versões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras malfeitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento das tessituras do passado. Os historiadores devem fazer as memórias errarem, sentido de que elas devem ter seus sentidos deslocados, devem ter seus lugares de inscrição alterados.⁹

O pesquisador Albuquerque Júnior, aponta para o papel fundamental do historiador sobre a provocação em relação ao uso da memória. Segundo ele, o papel do historiador, seja na pesquisa ou em sala de aula, é “fazer defeitos nas memórias”¹⁰, ou seja, buscar ouvir os vivos e mortos, os locais que falam por si só, regatar olhares e versões sobre um mesmo fato histórico. Esse papel de mediador/provocador do professor de História diante dos desafios que lhe são apresentados em sala de aula, contribui para reposicionar o lugar da memória da ditadura na construção da identidade política desses alunos. Para isso, se faz necessário um currículo capaz de dar suporte a novas práticas de ensino, com metodologias mais coerentes com as características do aluno contemporâneo. Essa reelaboração do Ensino de História tem relação com as concepções educacionais, defendidas e afirmadas por lei e diretrizes da educação brasileira. Nessa perspectiva, a elaboração dos currículos escolares é de grande valia, pois orientam para o desenvolvimento das habilidades e competências, fatores fundamentais para a formação de pessoas capazes de compreender o contexto da realidade em que estão inseridos, respeitando as diversidades e as opiniões divergentes, pilares de uma sociedade democrática.

⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. “Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?”. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). **Qual o valor da História hoje?**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, v. 37p.

¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. Op. Cit.

1.3 História local e ensino de história: fundamentos

O uso da memória no ensino de História é um elemento fundamental para analisar a construção do pensamento contemporâneo e para a mobilização do saber em sala de aula. A História Local é uma importante ferramenta para o didática e o Ensino de História. Partindo da realidade do aluno, do seu cotidiano e práticas culturais e sociais do seu entorno, a História Local busca aproximar fato e sujeito histórico, mostrando que cada um de nós se torna um sujeito de sua própria história, capaz de modificar e ser modificado pela realidade que o cerca. Ao fazer essa associação e aproximação com o fato, a história torna-se mais palpável para o aluno, criando um sentido que, muitas vezes, sai do abstrato, atingindo o “mundo real” do aluno. Sendo assim, a associação entre essas três categorias - Memória, Ensino de História e História Local -, forma uma tríade capaz de colaborar de forma muito significativa para a construção do conhecimento histórico e dar significado ao mesmo, pelo principal objeto deste projeto, o aluno.

A memória, chave sensível aos olhos do pesquisador. Ela é o ponto de partida para a avaliação dos documentos e o termômetro dos debates. Como é muito subjetiva e particular, a memória é capaz de gerar diversos pontos de vista sobre um determinado evento histórico, colaborando para a formação de um senso histórico.

“Senso histórico [é a] disponibilidade e o talento do historiador para compreender o passado, talvez mesmo ‘exótico’, a partir do próprio contexto em que ele emerge [...]. Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”¹¹

Suas concepções dependem de muitas variáveis, o que a torna muito rica e complexa. Confrontá-las torna-se um desafio e, ao mesmo tempo, pode proporcionar ao professor a oportunidade de estimular um debate e mobilizar conceitos dando aos alunos possibilidades de se enxergarem como agentes da história, além de perceberem as memórias coletivas, as memórias do outro, pertencentes a um grupo

¹¹ GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp. 17-18.

familiar, mas que fazem parte de uma estrutura maior, um contexto social em que todos ali encontram-se inseridos de alguma forma.

A escola, enquanto microcosmo social, reproduz as relações sociais, trabalhando com construção e desconstrução de categorias, mitos, conflitos de memória, e demais questões que estão em voga, exigindo uma atuação enquanto instituição voltada para a própria formação democrática da sociedade. Temas polêmicos são levados para as salas de aula, exigindo de professores respostas que muitas vezes eles também questionam.

A partir da experiência de sala de aula, pude observar o quanto a Cultura Histórica¹², no sentido trabalhado por Sanchez, é capaz de colaborar para a geração de conflitos de memória - quando diferentes concepções sobre a reconstrução de um determinado passado emergem, levando a debates e enfrentamentos no campo da memória. Como exemplo podemos citar a polarização existente nas eleições de 2018, relacionadas a propostas de renovação na política e à práticas de interferência do Estado com discursos voltados para a suspensão de prerrogativas constitucionais, abrindo precedentes para um retrocesso no processo democrático - o que suscitou debates nos meios de comunicação, redes sociais e reuniões de família. Política passou a ser um dos assuntos mais debatidos entre os brasileiros. Em todo o tempo se falava sobre isso nas mídias sociais, conversas entre amigos, partindo desde discursos amigáveis até discussões mais acaloradas. As experiências e expectativas geraram debates e embates em diferentes espaços. Essas discussões entraram em sala de aula e era muito comum durante as aulas a troca de ideias entre a turma apontar para discussões como essas. Pude ouvir, nesses momentos, alunos defendendo bravamente a Ditadura Militar, com argumentos baseados em suas histórias familiares, em que seu pai ou avô diziam ter vivido esse momento e, por isso, sabiam que era o melhor para o Brasil. Em contrapartida vinham alunos que afirmavam que seus pais e avós também tinham vivenciado esse momento de Ditadura e que sofreram muito por isso. Víamos claramente um embate de memórias, em que cada aluno relacionava a sua memória familiar individual à memória coletiva, associando passado e presente de forma a tirar conclusões sobre o que seria melhor para o futuro do país de acordo com suas experiências familiares.

¹² Conceito definido por Sanchez Costa como as múltiplas relações que as sociedades estabelecem com seu passado, contribuindo para a geração de importante debate acerca da memória coletiva.

1.4 Conflitos de memória sobre a Ditadura Militar Brasileira

A busca por alternativas que resolvam a crise que o país vem passando trazem à tona as memórias e suas diferentes percepções. As incertezas e a falta de um presente que traga significados e respostas levantaram questões que pareciam estar apaziguadas pelo processo democrático. Uma das alternativas, que vem tomando força recentemente, é a defesa por determinados grupos do retorno à Ditadura Militar no Brasil. O revisionismo defendido por grupos mais conservadores abriu a “Caixa de Pandora” da Ditadura Militar. Comissão da Verdade e Lei de Anistia passaram a ser assuntos debatidos em um circuito público mais amplo, para além da Universidade. O passado é reinterpretado a partir das demandas surgidas no presente, tornando-se objeto de usos e debates no campo da memória.

É curioso como a Ditadura como alternativa vem sendo alimentada por jovens, filhos da democracia, que expressam de forma muito natural o desejo por essa forma de governo, enxergando-a como ideal e a grande solução para um país em crise. É compreensível que o quadro de insegurança e o alto índice de criminalidade no país hoje influencie a opção por um governo que utilize a força como meio para “combater” o problema, oferecendo uma sensação de segurança e aparente paz. Assim, memórias subalternas passam a emergir, protagonizando um verdadeiro embate. Esse embate torna-se rico para abordar perspectivas e estimular o confronto de memórias.

Qual é o olhar que o jovem tem sobre o período citado? Como mobilizar essa memória para a construção de um ideal de democracia com base no respeito às diferentes visões e perspectivas? Como esses jovens enquadram suas percepções sob a ótica dos Direitos Humanos? Eles sabem o que são os Direitos humanos? Eles sabem o que significa “ser de esquerda ou ser de direita”, como vem afirmando tão bravamente em seus argumentos? São essas questões que nos levam à elaboração desse estudo. A intenção não é buscar uma resposta ou memória verdadeira, mas trabalhar com diferentes perspectivas e conceitos sobre um determinado fato histórico. Sendo assim, partimos da construção de um mapa conceitual e utilizamos eventos históricos que podem mostrar como cada um de nós é importante para a construção de uma história que parte do cotidiano para o geral. Isso traz para a sala de aula os embates de memória, permitindo ao aluno perceber

que a história não é distante e que é construída no dia a dia de todos nós. Dessa forma, percebemos a sala de aula para muito além da transmissão de conteúdo, dando aos jovens a oportunidade de exporem suas ideias, potencializando habilidades e competências que colaboram para a formação de uma juventude capaz de dialogar, ouvir, refletir, questionar, se posicionar, se perceber como atuante e peça importante desse movimento histórico.

Lidar com a construção da memória e seus conceitos é algo que faz parte da rotina de sala de aula para um professor de história. Sendo assim, é preciso se apropriar de determinados conceitos para que o uso da memória seja uma importante ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem da história. Para isso, serão apresentados aqui algumas questões lançadas por pesquisadores dessa temática. A começar pela formação da memória coletiva.

Sobre o uso da memória coletiva Fernando Catroga¹³, analisa sua construção como algo cheio de imperfeições e intencionalidades. Segundo ele, essa memória (histórica) é um produto artificial por estar “contaminada” por valores e intenções, podendo ter como finalidade a manipulação da sociedade. Segundo o autor, a memória coletiva é uma construção que pode ser manipulada por “políticas de memória”. Sua preocupação pode ser exemplificada pelos eventos ocorridos entre o fim da década de 1980 e início dos anos 1990, momento de derrubada do Muro de Berlim e unificação alemã. Naquele período, a discussão sobre memória histórica ficou bem evidenciada. Surgiu o questionamento sobre aquilo que poderia ser preservado como memória e o que deveria ser esquecido. Monumentos, documentos e demais fontes históricas foram utilizadas como forma de memória de uma Alemanha que deixou de existir, um projeto que não deu certo, a Alemanha Oriental (socialista). Catroga assinala que os “esquecidos” devem ser ouvidos. A verdadeira memória pode ser construída através do indivíduo, dando voz aos “esquecidos” ou “mortos” pela historiografia tradicional.

[...] memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.¹⁴

¹³ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹⁴ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989. 2p.

Em seu texto “Memória, esquecimento e silêncio”¹⁵, Michel Pollak faz uma análise da construção de uma memória coletiva, utilizando como um de seus teóricos Maurice Halbwachs¹⁶. Segundo Halbwachs, a construção de uma memória coletiva passa por um processo de assimilação que não deve ser impositiva, mas consensual. Sendo assim, a memória coletiva, para que seja consolidada, precisa passar por um momento de “negociação” com as memórias individuais, produzindo assim uma “comunidade afetiva” que se torna fundamental para o processo de coesão social, fundamentada em uma base comum. Entretanto, Pollak atenta para os momentos em que essas memórias individuais emergem da coletividade e passam a gerar conflitos. Geralmente em momentos de crise (como o já citado, vivido pelo Brasil recentemente), memórias subalternas tendem a se insurgir, gerando verdadeiras batalhas de memória. O pesquisador utiliza como exemplo dois momentos distintos da União Soviética. O primeiro, na era Krushev, com a tentativa de destalinização, quando os crimes cometidos por Stalin ameaçam sua memória de líder carismático. Grupos conservadores se insurgem contra esse processo, tentando impedir que a imagem de Stalin fosse maculada. Num segundo momento, já sob o Governo Gorbachev, durante a Perestroika e Glasnost, memórias individuais daqueles que sofreram com a violência de Stálin emergiram, exigindo seu reconhecimento. Assim, referenciais dessa memória foram criados, como um monumento à memória das vítimas do stalinismo.

A reivindicação das memórias subalternas leva a um revisionismo e as disputas de memória são travadas em campos diversos. Atualmente, os campos mais comuns onde essa disputa se faz presente, é na internet. Através de redes sociais e sites, memórias coletivas são formadas a partir de reivindicações em comum. O campo de batalha se torna mais intenso. Esse campo é mais amplo, onde os jovens dominam, afinal, essa geração é nativa da internet e têm na rede seu principal meio de comunicação e exposição de ideias.

A História Pública, entendida como aquela que chega ao indivíduo através dos jornais, revistas, redes sociais e demais meios de comunicação fora do espaço acadêmico, alimentam e influenciam os debates que se constroem em sala de aula. As percepções a respeito de uma memória midiática vêm tomando força, se apresentando cada vez mais nas aulas de história. Utilização de séries, revistas,

¹⁵ POLLAK, Michael. Op. Cit.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. “**A Memória Coletiva**”. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

postagens em redes sociais e vídeos passam a referenciar as aulas, complementando, ou mesmo, confrontando a narrativa dos professores. As “verdades” apresentadas por essa nova categoria, fomentam discursos e promovem conflitos e embates de memórias, principalmente em uma sociedade cada vez mais centrada em debates no ambiente virtual, onde a produção de *fake news* e interpretações distorcidas sobre o passado causam anacronismos e, conseqüentemente, aquecem os debates na rede.

Essa ênfase no conflito permite refletir sobre a internet como um “veículo de memória”, em especial por trazer os conflitos de/pela(s) memória(s) para o espaço público: “não existem ‘guerras de memórias’ sem que se coloque a questão da transmissão (silenciada ou esquecida) e da mediação, isto é, da midiaticização (em sentido amplo)” (...) As guerras de memórias pressupõem a visibilidade que a mídia pode agregar ao debate público. Trata-se, em geral, de interrogações do presente sobre violências de um determinado “passado-presente”. As guerras de memória nos convidam a empreendermos uma “analítica” sobre as estreitas e complexas relações entre a mídia e historicidade.¹⁷

Nesses tempos de embates virtuais, cabe ao historiador e ao professor de história evidenciar as disputas políticas de memória e orientar os alunos sobre a importância da democracia e dos direitos humanos. É fundamental abordar a questão da criticidade em relação à fonte histórica, para evitar a reprodução de discursos baseados em fontes não confiáveis, orientando e provocando o aluno a pensar historicamente, reelaborando seus próprios discursos a respeito dos temas que estão sendo tratados.

A reelaboração da memória ganha um capítulo intrigante com as questões lançadas por Huyssen¹⁸ ao adotar a categoria de passado-presente. O passado que não passa e que pode ser ressignificado pelo presente a partir do tempo e espaço. Huyssen chama atenção para os excessos do uso da memória contemporânea, apontados por alguns críticos por causar amnésia e, conseqüentemente, a perda da consciência histórica.

A acusação de amnésia é feita invariavelmente através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente esta – desde a imprensa e a televisão até os CD-Roms e a Internet – que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. [...] se o aumento explosivo de

¹⁷ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia hist.* [online]. 2015, vol.31, n.57, pp.869. ISSN 0104-8775.

¹⁸ HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora. 2000.

memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressão nas quais as novas tecnologias da informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? A final, e para começar, muitas das memórias comercializadas em massa que consumismo são “memórias imaginadas” e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas.¹⁹

As questões trazidas por Matheus Pereira e Huysen podem levar à problematização sobre a construção de memórias coletivas. Em sala de aula percebemos que os alunos reelaboram as memórias trazidas por seus familiares a partir de suas próprias vivências no contexto presente. Sendo assim, ressignificam essas memórias, sendo alimentados e alimentando discursos existentes na mídia em geral, sendo influenciados por ela e influenciando também. A partir daí essas memórias subalternas, vividas por seus familiares de gerações anteriores, emergem e movimentam os argumentos e ideias da juventude atual.

Essa geração que viveu a ditadura e foi contemporânea a ela construiu suas próprias memórias sobre o fato. Durante algum tempo, no período pós ditadura, por se ambicionar a construção de um estado democrático de direito, muitas memórias e até opiniões sobre o período ditatorial ficaram guardadas ou mesmo reprimidas. Não era ético se mostrar a favor da intervenção militar, visto que, com ela, vinham as violações dos direitos humanos. Por isso, muitos que se colocavam a favor das ideias conservadoras, reprimiram suas memórias que defendiam a ditadura militar.

O contexto político vivenciado no Brasil recentemente com as eleições de 2018, permitiu que muitas memórias subalternas reprimidas por essa ética democrática emergissem. Protestos populares e manifestações de grupos conservadores em favor do retorno dos militares ao poder com questões não apaziguadas trouxeram à tona o “negacionismo” sobre a Ditadura Militar, gerando o conflito de memórias - em especial, em um momento em que a presidência da República é ocupada por um político que se notabilizou como defensor do legado do regime militar, o qual não reconhece como ditadura.

Nesse caso, não cabe ao professor classificar essas memórias como certas ou erradas, mas instrumentalizar o aluno a compreender o que é uma democracia, o que viola essa democracia, o que são direitos humanos e refletir sobre a trajetória de elaboração da democracia no Brasil.

¹⁹ HUYSEN, Andreas. Op. Cit. P 18.

1.5 A história local como ferramenta pedagógica para o ensino de história

Que no seio do cotidiano há uma realidade que se manifesta de forma completamente diferente do que aconteceu nas outras perspectivas da História: a memória.²⁰

Desde o século XIX a história vem sendo de grande valia para a formação da sociedade moderna. No século XIX contribuiu com as políticas de governo em relação ao fortalecimento do nacionalismo, elemento fundamental para a concepção dos Estados Nacionais Contemporâneos. A utilização de documentos foi fundamental para esse novo projeto de nação. Inicialmente, os documentos oficiais foram muito utilizados como fontes históricas, revelando o olhar positivista de que apresentava uma burocracia organizada, fruto de Estados civilizados em busca do desenvolvimento científico e social. Somente os documentos oficiais eram vistos como fontes capazes de dar “veracidade” aos fatos históricos. A narrativa histórica desempenhava, dessa forma, o papel de produzir um tipo particular de totalidade que, posto sob a ideia da diferença, era, contudo, capaz de aceitar uma configuração geral e um padrão.

Esse olhar restrito sobre o documento como fonte, foi se estendendo ao longo do século XX. Na primeira metade desse século, novas concepções históricas surgiram e outras fontes, além das oficiais, passaram a ser consideradas como documentos importantes para a pesquisa histórica. A historiografia ampliou seus horizontes de atuação e tornou mais complexa a investigação, pois passou a considerar tratados comerciais e documentos contábeis como fontes. Ainda durante esse período, houve grande contribuição da historiografia francesa da Escola dos Annales, da cliometria americana e dos novos historiadores marxistas para uma revolução documental. Esses, contribuíram de forma considerável para o surgimento de novas modalidades de pesquisa, voltadas para a História Serial e a História Quantitativa. A “História problema” passou a fazer parte do universo de pesquisadores, confrontando-se com as concepções de uma História factual, narrativa ou descritiva. Com esse novo olhar econômico-social, a atenção da historiografia voltou-se para documentos do cotidiano que fossem capazes de

²⁰ LUCENA, Célia Toledo. Memória e História Local: Ensino e Pesquisa. **Tópicos Educacionais**. Recife, v.12, n. 1; 2, 1994, 01p.

confrontar, de ângulos diversos, aquele mesmo fato histórico. Documentos paroquiais, cartas pessoais, registros de cartórios, entre tantos outros documentos, contribuíram para esse novo direcionamento dado pelos historiadores à historiografia contemporânea como Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e Jacques Le Goff.

Essa nova concepção de História possibilitou o desenvolvimento da História Local.

A localidade tem hoje funções didáticas no Ensino da História que devem ser aproveitadas e potenciadas. Esse aproveitamento torna-se ainda mais evidente quando a nova forma de encararmos os conteúdos históricos exige o sentido prospectivo da cidadania nacional ou europeia, sem abdicação da inserção no espaço onde habitamos. Trazer a localidade para dentro da sala de aula é potencializarmos a formação de cidadãos conscientes, é favorecermos a competência histórica e garantirmos uma função social e individual para a História.²¹

A História Local tem contribuído de forma significativa para o ensino-aprendizagem de História. Através da perspectiva de um olhar regionalizado, partindo do micro para o macro, os conteúdos ministrados pelos professores puderam ganhar mais significado, possibilitando maior inteligibilidade por parte do educando. Ao usar como referências elementos do cotidiano da comunidade na qual a escola está inserida, o professor, mediador do conhecimento, aproxima a perspectiva histórica à realidade. Com isso, noções como identidade, protagonismo e cidadania ganham potencial de desenvolvimento, através da troca de informações e utilização de fontes que fazem parte do cotidiano do próprio aluno. Com a ampliação da categoria de fontes, uma fotografia de família, um relógio antigo, um recorte de jornal ou mesmo um ferro de passar roupas antigo, pode servir como ponto de partida para a construção conceitual de História.

A partir da História Local pode-se chegar a níveis mais complexos de elaboração e contextualização de referenciais historiográficos, possibilitando ao educando perceber que estudar história é muito mais que apreender um conteúdo, lembrando que o conteúdo é um meio, não um fim por si só, do que uma matéria escolar. Através dessa perspectiva, a História pode deixar de ser grafite e tinta, ganhando vida, e contribuindo para formar consciências e, conseqüentemente, seres

²¹ ALVES, Luís Alberto Marques. **A história local como estratégia para o ensino da história**. Porto: Universidade do Porto, 2006, 65p.

humanos mais comprometidos com a defesa da democracia e dos direitos humanos – meta mais ampla do ensino de história na escola conforme a legislação curricular vigente. A consciência histórica traz a importância do jovem em se posicionar diante dos fatos e agir enquanto ser social, objeto principal do debate em torno da elaboração do produto, que reúne esses conceitos básicos no campo da história.

1.6 O currículo e suas implicações com a História Local

O estudo do lugar tem um papel essencial no ensino de História, como espaço onde ocorre as manifestações do cotidiano e como ponto de partida para a construção do conhecimento.²²

(...) Uma nação ampla de competência, que integra conhecimentos, capacidades e atitudes e que pode ser entendida como saber em ação ou em uso. Deste modo, não se trata de adicionar a um conjunto de acontecimentos um certo número de capacidades e atitudes, mas sim de promover o desenvolvimento integrado de capacidades e atitudes que viabilizem a utilização dos conhecimentos em situações diversas, mais familiares ou menos familiares dos alunos (...).²³

A elaboração de propostas capazes de instrumentalizar o professor com metodologias e ferramentas eficazes, passam, antes de tudo, por um planejamento com objetivos bem definidos e que estejam elencados com documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais²⁴ e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteiam as práticas pedagógicas que deverão ser aplicadas em sala de aula²⁵.

A BNCC orienta, desde o Ensino Fundamental, que as metodologias adotadas para o ensino em Ciências Humanas tenham como parâmetro uma organização em torno da contextualização, da compreensão do tempo histórico, do reconhecimento de permanências e rupturas em processos que integram múltiplas experiências e escalas, partindo das experiências individuais e dos grupos próximos à realidade da criança e do jovem, ampliando essa abordagem para o diálogo com a

²² LUCENA, Célia Toledo. Op. Cit., 122p.

²³ **Currículo Nacional do Ensino Básico** - Competências Essenciais. Lisboa: ME/DEB. 2001.12p.

²⁴ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais História e Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC, 1997.

²⁵ BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

História do Brasil, das Américas, da África e da Europa, em diferentes períodos. Sendo assim, a História Local integra o eixo norteador da Base, sendo de fundamental importância para o processo de mediação do conhecimento.

Ao professor, cabe o desafio de trabalhar em sala de aula ancorado nas legislações, os conceitos, buscando alternativas para dar sentido àquilo que está sendo ensinado, para que esse ensinamento seja processado, por ele e pelos alunos, e transformado em saber verdadeiramente significativo. As novas concepções voltadas para o Ensino de História e formas de apreensão do saber histórico na sala de aula têm sido objeto cada vez maior de pesquisa acadêmica. Esse olhar demonstra o quão importante é o trabalho do professor de história na “promoção” do saber acadêmico, ressignificando e tornando esse saber mais inteligível para o aluno. Essa mobilização do conhecimento produzido em saber prático, fomenta discussões e produções acadêmicas sobre o lugar do professor no processo ensino/aprendizagem e sua importância na divulgação e transformação do conhecimento pesquisado.

A partir desse ponto, a sala de aula passou a ser considerada um lugar a ser pesquisado e, ao mesmo tempo, um lugar de produção do conhecimento. Ao ressignificar o saber produzido e traduzi-lo ao universo dos alunos através de procedimentos didáticos, utilizando exemplos do cotidiano ou, até mesmo, usando fontes documentais e as confrontando das aulas, o professor se torna um tradutor e produtor do conhecimento histórico. Trata-se de um argumento desenvolvido por Ilmar Rohloff de Mattos, que ressalta a “possibilidade de uma prática que se renova a cada dia, a aula como texto ou o texto de nossa aula propicia que cada um dos alunos valorize as diferenças, constitua identidades, crie memórias e exercite a cidadania. E, assim, torne-se capaz de fazer sua própria história.”²⁶

1.7 Nova Iguaçu no contexto da História Local

Nova Iguaçu foi um importante núcleo de resistência à ditadura militar no Brasil. Com o auxílio da Igreja Católica, houve muitos embates, prisões e torturas na

²⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo** [online]. 2006, vol.11, n.21, 15p.

região. O fato que melhor explicita essa resistência, está relacionado ao sequestro do então bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito. Acusado de compactuar com os subversivos, Dom Adriano foi sequestrado, torturado e depois liberado por um grupo de extrema direita, que representava a “Linha Dura” do governo. Seu corpo foi pintado de vermelho e seu carro explodido em frente à sede da CNBB no Rio de Janeiro.

Apesar de toda a repercussão da época, há hoje, em Nova Iguaçu poucos locais que buscam manter viva essa memória. O arquivo da cúria do bispado da cidade apenas mantém os documentos preservados. A Universidade Federal Rural de Nova Iguaçu, através do projeto Repositório Institucional, digitalizou e permite acesso através de seu site aos documentos. Mesmo com essa política de preservação, há pouca circulação dessa história e apropriação por parte dos moradores.

Utilizando como referência a História Local de Nova Iguaçu, podemos lançar questões que permeiam essa dissertação, como, por exemplo, a relação de fatos ocorridos na cidade com a história que é contada através dos livros didáticos; como a história do cotidiano pode ser utilizada como instrumento potencializador para a compreensão de questões maiores que envolvem a sociedade e política regional e nacional; como o ensino da história, contando com o apoio da história local, poderia contribuir para fomentar debates e questões voltadas para o uso da memória em sala de aula.

1.8 O Ensino de História: alguns debates em torno da memória e Ditadura Militar no Brasil

Quanto à memória, sabemos todos da necessidade de contextualizá-la, de cotejá-la, de criticá-la, por sabê-la inexoravelmente seletiva e tendencialmente unilateral. O que importa não é propriamente a correspondência entre ela e o processo histórico, mas a lógica e a consistência interna da versão de cada depoente. Por fantasioso e ilusório que seja, e nem sempre é fácil distinguir a fantasia e a ilusão, sempre guarda um valor em si mesmo, tornando-se um documento.²⁷

²⁷ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estud. hist.** (Rio J.) [online]. 2010, vol.23, n.45, pp.171-186. ISSN 0103-2186.

Sem a pretensão de oferecer uma resposta absoluta para essas questões, mas buscando compreender em parte o processo que nos leva a esses questionamentos, teremos que voltar um pouco no tempo e analisar o processo de abertura política no Brasil, iniciado em 1979 com o decreto da Lei de Anistia até implementação e procedimentos acerca da Comissão Nacional da Verdade, criada por decreto presidencial em 2011. A partir de então podemos seguir esse recorte temporal, que seja capaz de apresentar alguma discussão a respeito da construção dessa memória e suas consequências para os embates que se travam na atualidade.

Caroline Bauer²⁸, utiliza o termo “ideologia da reconciliação” como pano de fundo para a aplicação da Lei de Anistia no Brasil. Esse termo foi cunhado pelo historiador catalão Richard Vineys²⁹, para fazer referência às ações estatais de equiparação ética e da impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias, como a ditadura civil-militar brasileira. Segundo esses historiadores, a política de transição não poderia ser chamada de “redemocratização”, pois consideram esse fenômeno como incompleto no sentido da obtenção da cidadania plena, princípio básico da democracia. Mesmo após a “abertura política”, o terror ainda estava presente nas instituições do Estado e no imaginário popular. O trauma causado pelos vinte e um anos de opressão e violação dos Direitos Humanos não foi esquecido a partir do decreto de 1979. Uma ordem democrática não pode ser construída a partir do esquecimento. Selando o período, através de um grande “acordo” civis e militares utilizaram-se do silêncio e da desinformação para tentar fechar a ferida causada por aquele período. A Lei de Anistia colocou o passado a serviço do presente, vedando àqueles que sofreram as consequências da Ditadura Militar no Brasil, o direito à verdade. O silêncio era a política de Estado do período e foi seu legado para o período de transição democrática.

²⁸ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio grande do Sul e pela Universitat de Barcelona. Professora de história contemporânea na Universidade Federal de Pelotas, é integrante do grupo de pesquisa internacional Memoria y sociedad – las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública: conflicto, representación y gestión – HAR 2011-23490.

²⁹ VINYES, Ricard. **Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades**. 2009b. Mimeo.

O historiador Daniel Aarão Reis³⁰ em seu artigo *Ditadura, anistia e reconciliação*, classifica o silêncio em três: o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973. Quanto sobre a tortura, o pesquisador, afirma que não é possível sustentar que o silêncio foi unânime.

Enquanto durou a ditadura, sempre houve vozes corajosas, de jornalistas, de políticos, de lideranças eclesiais, de militantes revolucionários denunciando torturas e torturadores. Contudo, foram vozes isoladas. E quando a anistia foi, afinal, aprovada, a grande maioria preferiu não falar no assunto, ignorá-lo, ou simplesmente não pensar nele.³¹

Sobre o silêncio da sociedade, no artigo, publicado em 2010, Reis faz referência às comemorações em 2008 sobre os 40 anos do Golpe, dizendo que era quase impossível encontrar alguém que houvesse apoiado a Ditadura sem reservas. No entanto, em março de 2020 surgiram manifestações não somente pelo apoio ao Golpe de 1964, mas apoiando o próprio AI-5, com direito a fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, órgãos representativos do Poder Legislativo e Judiciário é nível nacional e que expressam as bases de uma Constituição democrática.

Se naquele momento Reis questionava *“Como o regime durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?”*³² deixo aqui pretensiosamente e com base na emersão de memórias subalternas, o seguinte questionamento: como, após trinta e cinco anos do fim da Ditadura e início da “redemocratização” do Brasil, ainda há defesa não só do regime, mas do retorno ao mesmo? Percebemos a ressignificação do passado a partir do contexto histórico e das políticas de memória de Estado no presente.

Para finalizar, o terceiro silêncio teve como base os projetos de reforma formulados pela esquerda armada, que além de não ter sido apoiado por amplos setores da sociedade, foi desarticulada pela repressão. Portanto, quando a Lei de

³⁰ REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 173.

Daniel Aarão Reis é professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil (daniel.aaraoreis@gmail.com).

³¹ REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 173.

³² REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 174.

Anistia foi decretada, os projetos de reforma da esquerda já haviam perdido força.

Houve então, desde 1974, uma dolorosa e penosa revisão crítica. Na sequência, no contexto da luta pela anistia, na segunda metade dos anos 1970, efetuou-se uma grande metamorfose: os projetos revolucionários derrotados transformaram-se na ala extrema da resistência democrática. Já ninguém quisera participar, ou empreender, uma revolução social, apenas aperfeiçoar a democracia e muitos não se privariam de dizer inclusive que lutavam apenas por um país melhor. Fez-se o silêncio sobre a saga revolucionária. Ela saiu dos radares da sociedade. Desapareceu soterrada na memória coletiva.³³

Segundo Reis, permitir que violações dos Direitos Humanos fossem investigadas e os perpetradores dessa violência saíssem impunes é permitir que a ferida permaneça aberta, possibilitando o acirramento dos debates no presente e a ressignificação daquele passado.

É necessário que todos os fatos sejam esclarecidos para que, a partir daí, suas memórias também sejam avaliadas, permitindo que a memória coletiva seja reelaborada a partir da possibilidade do conhecimento de memórias subalternas, que tenham seus direitos de emergirem de seus silenciamentos. Sabemos que calar também faz parte da memória. Mas deve ser uma escolha, uma opção, não uma política de memória de Estado implementada através de lei. Não permitir a investigação dos fatos e apresentação dos mesmos, também é uma forma de violação dos Direitos Humanos.

Como os usos da memória no presente nos permite reelaborar o passado, e levando em consideração que lembrar e esquecer fazem parte da construção da memória coletiva, a adoção de uma política de memória e reparação pelo Estado poderia ser uma opção para compensar, em parte, os traumas causados pelo período em questão.

1.9 Políticas de reparação: a Comissão Nacional da Verdade

Políticas de memória é o conjunto de ações dos Estados para garantir processos individuais e coletivos de reparação – entendidos para além de

³³ REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. P. 176.

indenizações pecuniárias –, que estabeleçam quais são os parâmetros éticos e morais que sustentam os regimes democráticos e, desta forma, se combata todas as violações aos Direitos Humanos, cometidas no passado e as que ainda permanecem no presente. Seu objetivo retroativo, ou seja, direcionada à ditadura civil-militar, é reconhecer o terrorismo de Estado e as suas consequências para coletividade, permitindo que distintas memórias sobre o passado traumático ganhem espaço público e legitimidade, fazendo com que setores da sociedade possam elaborar seus lutos.³⁴

As políticas de reparação são diversas. Muitos países, após períodos de violações aos Direitos Humanos, implementaram políticas de reparação de forma distintas. Na África do Sul pós-Apartheid, a política de reparação baseou-se na autodeclaração. O perdão seria concedido ao perpetrador que assumissem, publicamente, seus atos de tortura durante o regime de segregação racial implantado pela Inglaterra naquele país. Na América Latina, com o fim dos regimes ditatoriais por volta dos anos 1980, alguns países iniciaram de imediato a política de reparação. Sem ideologia da reconciliação e atendendo ao cumprimento do eixo previsto pelos próprios Direitos Humanos – direito à memória, à justiça e à verdade –, instalaram suas comissões da verdade: Bolívia em 1982; Argentina em 1983; Uruguai em 1985; Chile, em 1990; El Salvador, em 1991; Guatemala, em 1994; Equador, em 1996; Panamá e Peru em 2001; Paraguai, em 2003.

O Brasil levou mais de trinta anos, desde a Lei de Anistia, para instituir sua Comissão da Verdade em 2011. Antes disso, passou por um processo de reconhecimentos estatal das violências perpetradas. Em 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou o Projeto de Lei 869, promulgado como Lei n. 9.140.

O Projeto de Lei n. 869 foi divulgado no dia 28 de agosto de 1995, no dia que se completava 16 anos da Lei de Anistia. Todos os parâmetros da proposta estavam relacionados ao reconhecimento, por parte do Estado, da responsabilidade pelas mortes e pelos desaparecimentos que já se conheciam e que se conheceriam, de acordo com as investigações que seriam realizadas por uma Comissão Especial. José Gregori afirmou que o governo federal deveria assumir o ônus da reparação às vítimas da ditadura civil-militar: “O Estado é permanente, independente dos governos. Prender cidadãos e, em vez de submetê-los a julgamento, executá-los, é agir contra a lei. O Estado não protegeu quem estava sob sua custódia”³⁵

³⁴ BAUER. Caroline. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar*. **Dimensões**, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869.

³⁵ BAUER. Caroline. Op. Cit. p. 12.

O Projeto de Lei reacendeu um largo debate e demonstrou como a questão ainda não estava apaziguada e que era um tema “sensível” da História. O presidente teve que acalmar os ânimos do comando das Forças Armadas, lhes assegurando que não haveria identificação dos agentes do Estado, e demonstrando que não se tratava de revanchismo. Por outro lado, apesar de ter sido um passo importante para a reparação, pois através dela o Estado fez reparações financeiras em relação às vítimas daquele período, muitas famílias não ficaram satisfeitas. Elas queriam a “verdade” e a investigação sobre os autores dos atos de violação dos Direitos Humanos.

Muitos ex-militantes como Jair Krichke e Flávia Schilling, denunciaram o atraso do Brasil em relação ao demais países da América Latina em relação às políticas de reparação. Para Jair Krichke, “a lei não foi negociada” devido à grande pressão exercida pela Ditadura. Concluiu que precisamos “de verdade, justiça e reparação. Aqui se começa pela reparação [financeira]”.

Flávia Schilling, professora, filha de exilado brasileiro e ex-presa política no Uruguai, por sua vez, afirmou que “há reparações e reparações, e a vítima precisa de reparação. Ela pode ser simbólica”. Ainda segundo Flávia, “as resoluções da ONU sobre vítimas vão te mostrar essa possibilidade enorme que não se restringe à [reparação] financeira”. Esta modalidade foi interpretada pela professora como uma forma de “você monetizar, digamos, a dor”. Na mesma direção, Marta Sicca Rocha, questionou em sua entrevista: “quem vai me devolver a minha infância? Quem vai devolver esses momentos de dificuldades da minha família, do meu pai?”. Segundo a entrevistada, “essas coisas, gente, não tem, o dinheiro não resolve”.³⁶

Em 2004, quando se comemorava quarenta anos de golpe civil-militar de 1964, lembrando que comemorar não é festejar, mas trazer à tona memórias para que sejam lembradas, permitindo que determinados processos históricos se mantenham vivos na memória coletiva, o então presidente, Lula, emitiu uma mensagem dando por encerrada a questão referente à memória e suas implicações (feridas) relacionadas à Ditadura Militar no Brasil. Naquele mensagem, o presidente diz que “o povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país”. Nova polêmica após a mensagem. Questionamentos sobre a situação das pessoas que tiveram familiares mortos e desaparecidos durante o período. Em entrevista à Carta Capital, Suzana Keniger Lisboa, representante dos familiares de

³⁶ ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio & RODEGHERO, Carla. (Organizadores) “**Marcas da Memória**: história oral da anistia no Brasil”. Recife, Editora da UFPE, 2012. p 111.

mortos e desaparecidos, denuncia a falta de sensibilidade do governo em relação à memória das vítimas, diretas ou indiretas das violações dos Direitos Humanos entre 1964 e 1985.

Suzana chama a atenção para o fato de que a lei de anistia se tratava de um artifício para impedir a responsabilização penal dos responsáveis pelas estratégias de implantação do terror – e, por consequência, dos desaparecimentos – no Brasil, e que isto não possuía ligação com o direito à verdade, ou seja, o esclarecimento das circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos. Por fim, deixava claro que o objetivo dos familiares não era receber a reparação pecuniária oferecida pelo governo, até aquele momento, a única medida de memória estabelecida pelo governo brasileiro.³⁷

Em 2008, a XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos formulou a proposta de criação de uma Comissão Nacional da Verdade e Justiça. Com base na memória e reparação, teve como proposta a criação de um grupo de trabalho que fosse capaz de investigar as violações dos direitos Humanos operadas no período em que a Ditadura civil-militar esteve em curso no Brasil. Nova polêmica. O texto previa a abertura de investigação acerca das violações, mas ainda preservava os perpetradores. O paradigma da Lei de Anistia permanecia e a prática da conciliação novamente se fazia presente. Lá em 2010, Daniel Aarão Reis já alertava sobre os cuidados que deveríamos ter com a revisão da Lei de Anistia.

[...] interessa é saber se um processo de revisão da Lei da Anistia teria condições de aprofundar o debate sobre a ditadura e as lutas que se deram contra ela. Em caso de uma resposta positiva, isto se ria estimulante e construtivo para a sociedade brasileira?³⁸

Apesar de novas críticas, a Comissão Nacional da Verdade foi criada por meio da Lei n. 12.528, de 13 de novembro de 2011.

Em entrevista à revista Tempo e Argumento, o historiador Carlos Fico³⁹ fala sobre a perspectiva da História do Tempo Presente, utilizando como contexto o período da Ditadura Militar no Brasil. Nela o pesquisador traz uma breve análise da

³⁷ BAUER, Caroline. **As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das lembranças dos golpes civil-militares**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 4

³⁸ REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. P. 177.

³⁹ FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que alvos e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Sílvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

reelaboração dessa memória e suas implicações com questões relacionadas à política de memória estabelecida pelo governo naquele período e que contribuíram para avaliação do presente sobre uma “ditadura branda” no passado. Segundo o historiador, não podemos comparar o caso brasileiro com os dos demais países da América Latina. Na Argentina, por exemplo, a violência era explícita, com exposição de cadáveres nas ruas e em meios de comunicação. No Brasil, segundo Fico, a violência foi ocultada e desmentida pelos meios de comunicação oficiais do Estado.

Então, é claro que havia tortura, é claro que havia responsabilidade e conhecimento dos oficiais-generais brasileiros, mas afirmo que esta dinâmica oficialmente marcada pela violência — com cadáveres lançados à rua e campos de concentração e extermínio em massa — não aconteceu no Brasil. O que não significa dizer que não houve violência: não concordo com essa tese jocosamente intitulada de “ditabranda”. Penso que isso é um equívoco, porque a sociedade brasileira foi vítima de uma espécie de violência muito ampla, sobretudo por causa dos serviços de informações. Mas não houve essa dinâmica marcada pela violência tout court do enfrentamento público. E, quando havia, os militares tentavam ocultar.⁴⁰

A propaganda utilizada pela Ditadura já na década de 1970, com a popularização da televisão, foi fundamental para a exaltação do governo, sem que houvesse quaisquer questionamentos.

Após uma breve análise dos caminhos legais e seus desdobramentos para a memória sobre a Ditadura Militar no Brasil, percebe-se que os marcos oficiais colaboraram para a indefinição sobre a qual a política de memória do período foi construída, não permitindo que os perpetradores fossem identificados e julgados conforme a lei. Sendo assim, as interpretações acerca do período ficam comprometidas e a memória coletiva construída com base na negociação e impunidade traz à tona, no contexto atual, memórias subalternas que clamam pelo retorno ao período. Essas vozes, por sua vez, têm alcançado cada vez mais o nosso alunado na escola.

Trata-se de uma questão que não está apaziguada na sociedade, logo, é um tema “sensível” da História. Entendo que a investigação acerca destes conceitos de memória, as disputas de memória em torno da Ditadura Militar no Brasil e da potencialidade pedagógica da história local, possam servir de repertório conceitual

⁴⁰ FICO, Carlos. Op. Cit. p. 465. Polêmica deflagrada por editorial do jornal Folha de São Paulo, do dia 17 de Fevereiro de 2009, que se referiu aos regimes autoritários sul-americanos das décadas de 1960 e 1970 como “ditabrandas”, pois partiriam de “uma ruptura institucional” para depois preservarem, ou instituírem “formas controladas de disputa política e acesso à Justiça”.

para que possamos compreender melhor a relevância e os possíveis impactos do produto pedagógico desenvolvido aqui.

2 A DITADURA MILITAR EM NOVA IGUAÇU E A ATUAÇÃO DE D. ADRIANO

2.1 O Contexto Nacional

Neste capítulo será apresentado o contexto histórico que envolve o golpe civil/militar de 1964, refletindo sobre como tal fato se desenvolveu e influenciou as relações políticas em Nova Iguaçu, na época. A ideia é apresentar o cenário político e social que se encontrava a cidade quando da chegada do bispo Dom Adriano Hypólito, em 1966. Essa apresentação se faz necessária para melhor compreensão da atuação do bispo em Nova Iguaçu, que se tornou referência como liderança religiosa e social não só para esta cidade, mas para toda a Baixada Fluminense.

Em Nova Iguaçu, as forças políticas se mobilizaram com a mudança no comando do país, havendo uma conseqüente trajetória de aumento da violência e violação dos Direitos Humanos na cidade, que é um município de grande importância política e econômica para a Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A análise das constantes intervenções e processos de cassações que fizeram parte do cotidiano da cidade, a partir do ato de primeiro de abril, são fundamentais para a compreensão do contexto a ser explorado nessa proposta.

O contexto político passa pela instabilidade vivida no país, desde a morte de Getúlio Vargas, a eleição e posse conturbadas de Juscelino Kubistchek e a renúncia de Jânio Quadros. Em um contexto internacional de Guerra Fria, o então vice presidente de Jânio, João Goulart, era acusado por grupos de direita por ter associações ao comunismo, tornando-se uma ameaça para o desenvolvimento econômico do país. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, houve grande mobilização em torno da posse do vice João Goulart. Depois de muitos embates políticos e ameaça de guerra civil, Jango aceitou um acordo, assumindo a presidência sob a forma de parlamentarismo. O sistema deveria ser confirmado, ou não, através de um plebiscito, que ocorreria em 1963. Em 1963, novo clima de apreensão. O plebiscito poderia dar a Goulart o controle do Executivo Nacional, caso rejeitasse o parlamentarismo. Vitória de Goulart. A partir de então, o Brasil viveu um período conturbado, de muita agitação social e incertezas. Questionamentos acerca do posicionamento do presidente em meio à bipolaridade da época, inflamados por dados fornecidos por institutos financiados pelo capital internacional, são exemplos

da polaridade que se fazia presente no cenário político nacional. A tensão se agrava, greves e protestos tomam as ruas. Grupos de direita insistem na ameaça de um golpe comunista, enquanto Jango estivesse no poder. Empresários, parte considerável da classe média e da Igreja Católica, apoiam uma intervenção militar. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade são exemplos claros do clamor pela intervenção. A classe política se articula em torno de um golpe. No dia 31 de março de 1964, após o conturbado comício da Central do Brasil, onde o presidente anunciara as Reformas de Base, militares marcham em direção à Brasília para deporem Goulart - seria um golpe preventivo. Goulart voa para o Sul enquanto o Congresso Nacional se reúne na capital para anunciar a vacância da presidência da República. O golpe civil/militar estava instaurado no Brasil.

É nesse contexto que a cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, uma região violenta, dominada pelo coronelismo e grupos de extermínio, se insere como protagonista de tensões político-sociais e violações aos Direitos Humanos.

2.2 O Contexto Regional – Nova Iguaçu

Nova Iguaçu, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, sofre um processo de migração em massa. Este fator deve-se em grande parte, segundo Percival Tavares⁴¹, ao crescimento do Grande Rio e aos altos preços dos imóveis, que deslocam as populações mais pobres para as regiões periféricas mais afastadas. Até 1950 com cerca de 145.649 habitantes, o município ainda detinha maioria da população morando em áreas rurais, devido, principalmente à citricultura. O cultivo de laranja rendeu à Nova Iguaçu o apelido de “cidade perfumada”. O acelerado crescimento demográfico na década de 1960 e a constante queda da produção agrícola, colaboram para a inversão da situação campo/cidade, pois as áreas de laranjais cederam espaços para loteamentos a baixos preços, que estimularam a migração para Nova Iguaçu e a transformação de áreas rurais em urbanas. Com um aumento de mais de 100%, a população chega a 359.364 habitantes, e passa ser predominantemente urbana, tendo cerca de 70% dos moradores vivendo na cidade.

⁴¹ SILVA, Percival T. da. **Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)**. Tese de Mestrado, Departamento de Educação UFF, 1993.

O Crescimento populacional demanda programas sociais, como obras de saneamento básico, por exemplo. Para exigir melhores condições para a cidade e seus cidadãos, a população se organiza em torno de associações, como a Pró-melhoramento de bairros, cujo primeiro congresso se dá em 1960. Apesar de terem à frente do movimento o PCB (Partido Comunista do Brasil), não tinham caráter político. Suas preocupações giravam em torno de reivindicação por melhorias nos bairros.

Segundo Bráulio Rodrigues, um dos organizadores desse I Congresso e do Congresso de fundação do MAB (Movimento Amigos de Bairro), esses Centros "Pró-Melhoramentos que se espalham por toda Nova Iguaçu "não tinham a mesma característica que tem o MAS. Eram mais reivindicatórios. Festas para trazer o povão. Só se preocupavam com o dia-a-dia do bairro. Não tinham esta visão mais ampla. Politização não tinha. E quando tinha politização era feita pelos membros do PC"⁴²

Apesar de não ter esse caráter político-partidário, com Golpe de 1964 o movimento foi desmobilizado. Os atos institucionais, cassações e perseguições foram impeditivos para a organização e desenvolvimento dos movimentos de bairro. Politicamente o município passa por importantes mudanças que colaboram para dissipação do movimento. As forças políticas de Nova Iguaçu iniciam suas movimentações e caminham em direção aos posicionamentos a serem adotados em vista da nova realidade política do país.

[...] O deputado estadual Darcílio Ayres Raunhetti (União Democrática Nacional), liderança da ala renovadora de seu partido, declarava, em entrevista, acreditar que o país passava por mudanças radicais após o momento em que se impunha a opção entre "Democracia e Comunismo" ("Entrevista Hoje", *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, 5 abr. 1964, p. 7)⁴³

O discurso de Darcílio Raunhetti lança o questionamento que se fará presente nas semanas que se seguirão ao golpe. Com a polarização institucionalizada, uma das preocupações é em relação à posição dos políticos frente a essa nova realidade, situação que reforça o questionamento inicial: de que lado ficará a classe política de Nova Iguaçu? A resposta a esse questionamento ficou clara a partir da

⁴² SILVA, Percival T. da. Op. Cit. p. 28

⁴³ SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 134

análise da própria legenda dos partidos que integravam a Câmara de Vereadores da cidade.

As eleições de 1962 já tinham trazido novidades no comando do Executivo. A eleição de Aluísio Pinto de Barros, do PTB, marcava a perda de hegemonia dos partidos conservadores, na Prefeitura e na composição da Câmara de Vereadores da cidade de Nova Iguaçu. Até então, a prefeitura, desde o fim do Estado Novo, havia sido comandada por prefeitos ligados à ala política mais tradicional, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 03: Relação dos prefeitos eleitos em Nova Iguaçu (1947-1962)

| ELEIÇÃO | PREFEITO ELEITO | PARTIDO |
|---------|----------------------------|---------|
| 1947 | Sebastião Arruda Negreiros | UDN |
| 1950 | Luiz Guimarães | UDN |
| 1954 | Ary Schiavo | PSD |
| 1958 | Sebastião Arruda Negreiros | UDN |
| 1962 | Aluísio Pinto de Barros | PTB |

Fonte: Compilação de dados do jornal *Correio da Lavoura* e dos livros de ata da Câmara Municipal.

Acervo do CEDIM e da CMNI.

A composição da Câmara em 1962, ficou assim definida:

TABELA 04: Relação dos candidatos eleitos em 1962 na cidade de Nova Iguaçu

| PREFEITO | PARTIDO |
|----------------------------|---------|
| ALUÍSIO PINTO DE BARROS | PTB |
| VICE-PREFEITO | PARTIDO |
| JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO | PR |
| VEREADORES | PARTIDO |
| ANTÔNIO MESQUITA FILHO | PTB |
| BOLIVAR DA ASSUMPTÃO | PTB |
| ANTÔNIO MOTA | PTB |
| SEBASTIÃO PEREIRA PORTES | UDN |
| JOSÉ IGNÁCIO GONÇALVES | UDN |
| GERALDO MIQUELOTTI | UDN |
| WALTER BORGES PEREIRA | PSD |
| HÉLIO FERREIRA DA COSTA | PSD |
| JOSÉ LIMA | PSD |
| ADJOVALDO DA SILVEIRA | PSP |
| MAURO MIGUEL J. GARCEZ | PSP |
| ADECARD AGUIAR | PR |
| SÉRGIO GASPAS | PR |
| ARMANDO DIAS | PST |
| ISMAEL RAMOS | PST |
| OTÁVIO DA SILVEIRA ANDRADE | PSB |
| JOSÉ ROSA SIGOLO | PSB |
| VALCIR DE ALMEIDA | PDC |
| MOACYR DA SILVA ROCHA | PDC |

Fonte: *Correio da Lavoura*. 21/10/1962; e Livro de atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

OBS.: Suplentes que assumiram durante o mandato: Naim André, Joaquim de Oliveira, José Naim Fares, Antônio Gonçalves do Valle, Américo Ferreira e Waldir Ferreira da Rocha.

Essa composição favoreceu o prefeito, que teve sua base parlamentar formada por cinco vereadores, três de seu partido, PTB, e mais dois do PST. Ainda conseguiu firmar alianças com três vereadores do PSD, apoio sistemático do PR, PRB, PSP e PDC, somando mais oito. A oposição ficou por conta dos vereadores ligados à UDN, apenas três. Sendo assim, o prefeito consegue a maioria na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu.

A partir de 1964, com a edição do Ato Institucional nº 1 e a possibilidade de cassação de mandatos, além da pressão dos militares que assumiram o poder no Brasil em prol de um esquema de limpeza política e social baseada na Lei de Segurança Nacional, o prefeito de Nova Iguaçu, Aluísio Pinto de Barros, tem sua posição ameaçada, pois era afiliado à legenda de João Goulart (PTB), deposto com o Golpe daquele ano.

Já no dia 4 de abril de 1964, a Câmara Municipal emite um comunicado ao povo iguaçuano, mostrando-se cautelosa em relação aos acontecimentos ocorridos no Brasil no primeiro dia do mês.

ESCLARECIMENTOS AO POVO

A Câmara Municipal de Nova Iguassú faz saber ao povo o seguinte:

1º) Desde o dia 2 do corrente [abril de 1964], acha-se em sessão permanente, valendo dizer que os srs. Vereadores acham-se em *estado de alerta*, averiguando os fatos e acontecimentos políticos do momento, os quais vêm acompanhando com toda atenção.

2º) Até agora a Câmara não sofreu coação alguma, e a mais ampla liberdade tem se oferecido aos sr. Edis.

O sr. Presidente cumpre ainda o seu dever ao esclarecer mais o seguinte: - Em sessão permanente nada se pode deliberar, segundo a Lei e o Regimento que nos regem. Havendo um fato grave ou uma motivação importante sobre os quais tenha a Câmara que deliberar, então, atendendo a um requerimento assinado, no mínimo, por sete Vereadores, o sr. Presidente convocaria uma sessão extraordinária, com um fim específico, consoante manda a Lei e o Regimento, para os sr. Vereadores, em plenário, decidirem ou deliberarem.

O povo pode confiar em sua Câmara, nos srs. Vereadores, pois estamos nós todos atentos, acompanhando os acontecimentos, esperando apenas que subsídios nos cheguem para que, dentro da Lei e do nosso Regimento, possamos tomar as providências que nos caibam, livres e conscientes, no momento exato.

Câmara Municipal [Nova Iguassú], 4 de abril de 1964.⁴⁴

Após a edição do AI-I a composição da Câmara Municipal de Nova Iguaçu começa a mudar sua configuração. Seguindo a onda conservadora estabelecida e

⁴⁴ ESCLARECIMENTOS AO POVO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p. 2, 5 abr. 1964.

seguidas cassações de mandato ocorridas em todo o território nacional, a Câmara recebe pedidos de cassações de vereadores cujas orientações políticas estão ligadas aos ideais socialistas.⁴⁵

No dia 14 de abril de 1964, o vereador Sérgio Gaspar (PR) se apresentou na Câmara como o “primeiro signatário” do requerimento que pediu a cassação de Ismael Ramos: “Que Deus ilumine os novos mandatários do nosso país”, discursou Gaspar, afirmando estar “emocionado, pois era um dos visados pelo ‘grupo dos onze’ que seria colocado no ‘paredão’” e que “sua residência estava visada para receber bombas” por “homens preparados para executar os planos comunistas”. O vereador afirmou à tribuna que Ismael Ramos “era e fora eleito pelos comunistas” e que o “Ato Institucional [AI-1] era uma segurança para o futuro do Brasil (...), pois não é admirável que se troque o pavilhão verde e amarelo pela bandeira da vermelha Rússia”. Sua fala foi reforçada pelo vereador Valcir de Almeida (PDC), dizendo que as Forças Armadas atuaram para “findar o golpe que iria comunizar o Brasil”. Outros exaltavam que as cassações seriam efetivadas por força do “Comando Geral da Revolução”.⁴⁶

Em tempos de polarização os discursos extremistas emergem com a inversão de forças políticas e passam a tomar o cenário político de Nova Iguaçu. Seguem, assim, os movimentos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, onde o governador teve seu mandato interrompido graças à articulação da UDN, respaldados no Ato Institucional nº1. Logo, o prefeito de Nova Iguaçu, Aloísio Pinto de Barros, sofre processo administrativo, devido à incompatibilidade de funções, pois também atuava como Tabelião de Justiça no município, e foi afastado de seu cargo e cassado ainda em 1964. Em seu lugar permaneceu o vice, João Luiz do Nascimento, que cumpriu o mandato até 1966, quando concorreu pela ARENA à Deputado Estadual. O presidente da Câmara, José de Lima, ocupou o cargo até a nomeação de um interventor pelo próprio presidente Castelo Branco, ainda em 1966. Joaquim de Freitas foi nomeado com a responsabilidade de administrar a cidade. A intervenção direta do Governo Federal demonstra a importância política da cidade. Nem todas as cidades do Brasil sofreram este tipo de intervenção.

Com a edição do Ato Institucional nº 2, que impôs o bipartidarismo, cancelando o registro de todos os partidos políticos e promovendo a criação de apenas dois, a Aliança Renovadora Nacional (“situação”) e o Movimento

⁴⁵ Em fevereiro de 1963, os vereadores Armando Dias (PST) e José Lima (PSD), alegando motivos de saúde e particulares, solicitaram licença de seus mandatos, sendo substituídos pelos suplentes Naim André e Joaquim de Oliveira, respectivamente. Essas alterações afetaram diretamente na base parlamentar do governo municipal, como veremos adiante.

⁴⁶ DOMINGUES, Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto. **A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60.** Nova Iguaçu, RJ. UFRRJ. p. 59

Democrático Nacional (“oposição”), a composição da Câmara Municipal de Nova Iguaçu passa a ter maioria pela ARENA. Essa hegemonia foi mantida durante todo o período em que os militares governaram o Brasil.

Em meio a essa agitação política, em 1966, é nomeado, para a Diocese de Nova Iguaçu, o Bispo Dom Adriano Hypólito.

No período de grande urbanização e de expressivas alterações sociais, a realidade conflituosa da cidade de Nova Iguaçu foi logo reconhecida e enfrentada pelas ações de sua diocese, que teve uma pré-criação em 1953. O crescente contingente populacional da cidade, ocorrido por causa dos movimentos migratórios, reclamava assistência espiritual e como resultado de acordos entre o Bispo de Barra do Piraí, José Andrade Coimbra com a Nunciatura Apostólica surgiu uma semente do que seria a Diocese dessa cidade. Efetivamente a Diocese de Nova Iguaçu foi inaugurada em 16 de março de 1960 pela *Bula Quandoquidem Verbis*, do Papa João XXII, e teve como primeiro bispo diocesano Dom Walmor Battú Wichrowski [...] (1960 a 1961), sucedido por Dom Honorato Piazzera, (1961-1966) [...]. Dom Adriano se tornou bispo da diocese de Nova Iguaçu em 1966 e nessa função ficou até 1994⁴⁷.

2.3 Dom Adriano Hypólito

A história de Dom Adriano começa em 18 de janeiro de 1918, em Aracajú, Sergipe. Seu nome de batismo era Fernando Polito. Aos 11 anos foi cursar o ginásio em Salvador. Em outubro de 1942, aos 24 anos, foi ordenado padre na Igreja de São Francisco, em Salvador. Em janeiro de 1943 passa a lecionar português e música no Colégio Seráfico de Santo Antônio, em Ipuarana, na Paraíba. De 1948 a 1955, viaja para a Europa, onde estuda Língua Portuguesa e História. Após seu retorno, permanece em Ipuarana como diretor de estudos até nova transferência para o Convento de São Francisco da Bahia. Ali passou a ser mestre dos clérigos e diretor espiritual da Arquidiocese de Salvador. Já em 1962 é nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Teve participação efetiva no Concílio Vaticano II, nas sessões de 1963, 1964 e 1965. A atuação lhe rendeu uma indicação, pelo próprio Papa João XXIII, para Bispo-Auxiliar de Salvador. Em 1966, já com 48 anos, é nomeado Bispo de Nova

⁴⁷ GOMES, Alexander de Souza. **Religião e política**: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. UERJ, 2012. p. 43

Iguaçu. A participação no Concílio foi um importante norte para as ações futuras de Dom Adriano.

Naquele momento, já se considerava insustentável o discurso de condenação e reprovação adotado pela Igreja, sendo necessário, na visão do pontífice, um diálogo com a sociedade contemporânea que, apesar dos avanços alcançados na ciência, estava relegando a um segundo plano os valores espirituais.

Assim, mostrava-se profundamente relevante que a Igreja dialogasse com a sociedade e ouvisse seus fiéis. Para tanto era necessária uma reorganização e *Aggiornamento* (atualização), possibilitando uma reflexão mais profunda sobre a visão que a Igreja possuía de si mesma e de como era vista pelo meio social.

O Concílio Vaticano II é considerado um marco na história da Igreja católica devido às grandes mudanças que provocou dentro e fora da instituição.⁴⁸

Reunido em um contexto pós-II Guerra Mundial, que clamava por novas orientações da Igreja Católica acerca de um olhar mais humano para questões relacionadas aos Direitos Humanos, o Concílio do Vaticano II aproximou a Igreja do povo e passou a dar mais atenção às causas sociais. Foi em meio a essas mudanças e profundamente tocado pelos valores defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que Dom Adriano assume a diocese de Nova Iguaçu. O novo bispo se depara com uma realidade de aumento populacional, que demanda por melhorias de infraestrutura na cidade. Os movimentos de bairro (MABs), organizados na década de 1950, foram desmobilizados nos anos 1960 com o Golpe de 1964 e o progressivo endurecimento sobre as mobilizações sociais em nome da “Doutrina de Segurança Nacional”. Qualquer tipo de mobilização que buscasse melhorias sociais era visto como uma ameaça à ordem pública e à estabilidade política do país. Resumindo, movimentos reivindicatórios de qualquer natureza eram compreendidos como ameaça comunista.

A Igreja, em Nova Iguaçu, passou a ser um local de encontros e para onde convergiam essas demandas. Assim, Dom Adriano passou a atuar não somente como liderança religiosa, mas um “ouvidor”, agindo também como liderança social em várias situações que envolviam descaso e falta de desempenho do poder público. Formou lideranças comunitárias e construiu espaços para discussão e conscientização sobre a necessidade da população de lutar por seus direitos.

A Diocese de Nova Iguaçu era recente, havia sido criada devido ao crescimento populacional da década de 1950. De perfil conservador e proximidade

⁴⁸ REFLEXUS - Ano XIII, n. 21, 2019, p. 323.

com a elite política local, passaria por profundas mudanças com a assunção de Dom Adriano. A relação entre a Igreja Católica e a elite de Nova Iguaçu datam de antes da formação da própria diocese. Sob a gestão do padre João Musch, de 1930 à 1960, a Igreja em Nova Iguaçu construiu fortes relações com a elite política da cidade. Esta aproximação influenciou o forte caráter conservador dos discursos e ações da Igreja. João Musch, muito influente, agia em troca de favores e via a população carente com o olhar típico do conservadorismo daquela época: gente que necessitava de conforto espiritual e que deveria se conformar com sua realidade, colocando suas esperanças nas mãos de Deus.

Ao assumir a Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano se sentiu incomodado com a atuação da Igreja nos últimos anos e sua posição de apoio às elites, em detrimento dos mais necessitados.

A ajuda aos necessitados se estendia como uma atitude espiritual, ou seja, uma colaboração para a amenização do sofrimento alheio de forma que surtisse algum efeito em imediato, mas que de qualquer forma não mudaria a condição de oprimido a longo e, muito menos, em curto prazo. Tratava-se de uma questão de caridade, que não se comprometia em mudar a estrutura da sociedade, mas que buscava mostrar ao pobre que uma beatitude edificaria o homem e traria a salvação. Desta maneira, encontrou-se uma justificativa para o evangelismo e a integração deste oprimido ao meio cristão por meio da coerção, do convencimento de que as atitudes de caridade expressariam o melhor do ser humano, mesmo sem considerar a superficialidade que esta ação carrega se tratando de participação social da Igreja. E esta percepção fica mais clara ainda quando nós, contemporâneos, temos a possibilidade de investigar a potencialidade com que a Igreja tratou as causas sociais em âmbito nacional e mesmo no local, tratando-se da Diocese de Nova Iguaçu.⁴⁹

A atuação de Dom Adriano à frente da Diocese de Nova Iguaçu encontrou este desafio, o de tornar mais humana as ações da Igreja e de voltar seu olhar para os mais pobres, tendo um papel de liderança no processo de formação e transformação daquela comunidade.

Vejo a precariedade da Democracia na América Latina como fruto de nosso elitismo que marcou nossos países desde os inícios da colonização e, de outro lado, como consequência da marginalização das vastas camadas do povo, como sujeito responsável da história. Isto é tanto mais grave porque a Igreja foi durante séculos a Igreja do colonizador, a Igreja das elites, ela mesma elitista e dominadora.⁵⁰

⁴⁹ SANA, Peter. **A dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)** – 2015. 119 f. p. 51 e 52.

⁵⁰ Entrevista Revista Vozes, fevereiro/1981, p. 63

O novo bispo encontrava uma realidade de sofrimento, com uma população muito religiosa, mas sem representatividade. Ao assumir o papel de liderança religiosa e social, trata como prioridade as Comunidades Eclesiais de Base, buscando reconstruir os movimentos sociais, formando líderes comunitários e lutando contra o descaso e a violação dos Direitos Humanos.

Influenciado pela Teologia da Libertação, convertido pelo povo iguaçuano, como costumava falar, e contando com apoio financeiro da Igreja da Alemanha, conseguiu movimentar as comunidades, ajudando na reorganização do MAB (Movimento Amigos do Bairro).

Coincidindo com o fechamento da sociedade civil, a Igreja começou a criar grupos comunitários -- círculos operários, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo -- que discutiam a fé e a realidade social. Durante os anos de maior repressão, as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas.- Embora as CEBs estivessem envolvidas somente em ações políticas rudimentares, como assinar petições por serviços urbanos, sua importância se refletiria no desenvolvimento posterior dos movimentos populares, pois facilitam uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão. Muitos líderes e participantes do movimento de bairros haviam sido motivados por suas experiências nas CEBs.⁵¹

Dom Adriano possuía um forte clamor popular, se tornando uma figura de respeito para a população mais pobre e uma ameaça para a elite política conservadora da cidade, marcando a Diocese de Nova Iguaçu como uma ala “esquerda” dentro da Igreja Católica.

2.4 Nova Iguaçu, 1966: Dom Adriano Hypólito se torna Bispo

Quando fui nomeado recebi muitos pêsames e alguns parabéns misturados com pêsames. Diziam que seria a diocese mais difícil do Brasil. Foi a fama que a Baixada continua tendo de marginais e violência, o que não é verdade, mas para mim isso não teve peso porque eram palavras ditas sem fundamento, baseadas apenas nessa fama. Encontrei uma população excelente, ordeira, das melhores que se pode encontrar no Brasil (...)⁵²

⁵¹ MAINWARING, Scott. “A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974/1985” In: **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989. P. 212

⁵² HYPÓLITO, Dom Adriano. A ira de Deus na terra da violência. **Revista Playboy**. Outubro De 1978. São Paulo. Entrevista concedida a Audálio Dantas. p. 144

1966 é um ano chave para a história de Nova Iguaçu, relacionado à Ditadura Militar. As interferências políticas e a polarização que se estabelecem no âmbito do governo militar se fazem presentes com muita clareza nas ações políticas que se desenvolveram ao longo deste ano.

“Nova Iguaçu, oitava cidade brasileira em número de habitantes, se tornará, já em 1966, o símbolo da interferência militar na Baixada. Naquele ano, após a renúncia do prefeito e do seu vice, ambos por motivos pessoais, assumiu a prefeitura José de Lima, presidente da câmara. Depois de 41 dias, foi nomeado interventor federal Joaquim de Freitas, que ficou até o término legal do mandato. Após novas eleições, assumiu, em 1967, o prefeito Ari Schiavo (MDB), que seis meses depois, enquanto participava de um simpósio na Alemanha, foi afastado pela câmara. Esse incidente, além de revelar os primeiros efeitos do Decreto-Lei nº 201, do ex-presidente Castelo Branco, que permitia a cassação sumária de prefeitos pelas câmaras, a partir de denúncias de corrupção e malversação de verbas públicas, tornava claro o modo militar de governar. Durante toda a noite anterior à cassação, os vereadores da cidade permaneceram na 1ª Companhia de Polícia do Exército, cujo comandante, capitão José Ribamar Zamith, articulava pessoalmente o processo de afastamento. Dos 19 vereadores, 18 votaram seguindo o combinado com o capitão.”⁵³

O capitão Zamith era figura influente na região. Apesar de não exercer cargo político, sua influência cresceu durante os anos de chumbo. A tensão política era grande e a chegada de um Bispo neste contexto levanta curiosidades e possibilidades. Com os movimentos sociais desarticulados, a Igreja católica em Nova Iguaçu passa a ser a caixa de ressonância do clamor popular por justiça social e respeito aos Direitos Humanos. A Diocese de Nova Iguaçu teve papel central na reconstrução desses movimentos e, principalmente, na formação de lideranças locais.

O golpe militar, cassando e prendendo lideranças, acaba anulando esse Movimento e esfacelando a luta no campo. A repressão às lideranças impede a coordenação entre os bairros, reduz o movimento a iniciativas isoladas. As associações e comissões, que sobrevivem, buscam atingir suas reivindicações isoladamente, e têm pouca receptividade da parte do Governo. A repressão e o desmembramento das forças oposicionistas locais tornam impossível qualquer tentativa de organização popular fora da Igreja.⁵⁴

⁵³ BATISTA, Alofs Daniel. **Onze prefeitos em onze anos**: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 27

⁵⁴ SILVA, Percival T. da. Op. Cit. pg. 28-29.

Adepto da Teologia da Libertação⁵⁵, movimento surgido na Igreja a partir do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e potencializado com a Conferência Episcopal de Medellín na Colômbia (1968) e de Puebla no México (1979), Dom Adriano se compadeceu do povo iguaçuano e passou a fazer parte de sua luta, colaborando com suas publicações no jornal católico *A Folha* e na revitalização do Movimento Amigos de Bairro, atuando com as Comunidades Eclesiais de Base e na formação de lideranças leigas e religiosas com a criação do Seminário Paulo XVI e o Centro de Formação de líderes. Todas essas atividades em prol da defesa dos Direitos Humanos, o rompimento de uma prática da Igreja iguaçuana de proximidade com as elites e a proposta de voltar-se para a conscientização da população mais carente, marcou o bispo de Nova Iguaçu como uma espécie de subversivo, que usava sua posição na Igreja para difundir as ideias comunistas. Não só Dom Adriano, mas muitos outros religiosos sofreram perseguições e foram vigiados.

A Teologia da Libertação buscava transformações na Igreja com vistas a uma maior preocupação com as questões sociais e seus adeptos defendiam que era responsabilidade do cristão lutar pela libertação do ser humano de todos os seus sofrimentos, sempre com amor ao próximo e buscando justiça. Tal posicionamento se tornou perigoso em um cenário latino americano dominado por regimes autoritários, particularmente no Brasil, parte da Igreja Católica que se posicionava abertamente como adepta da Teologia da Libertação passou a ser perseguida pela ditadura militar, principalmente pelas críticas feitas pelos clérigos ao regime autoritário.⁵⁶

Trabalhando com ferramentas de comunicação, como o semanário *A Folha*, Dom Adriano apresentou a comunidade iguaçuana sua proposta de pastoral para a cidade. Inicialmente as publicações seriam voltadas para questões internas da própria diocese, mas com o alcance, a possibilidade de tocar os fiéis e chamá-los para a ação social em prol dos mais necessitados, o semanário passou a abordar questões que envolviam as dificuldades vividas pela população carente de Nova Iguaçu - com intenção de sensibilizar a comunidade, associando as causas pelos mais necessitados aos ensinamentos católicos à mobilização em prol do próximo. Sua abordagem em defesa daqueles grupos sem representatividade chamou a

⁵⁵ A Teologia da Libertação deu os seus primeiros passos mediante a necessidade de uma Igreja atuante nas causas consideradas nobres dentro de uma sociedade, isto é, a causa dos fracos, oprimidos, dos que urgem de tratamento especial, enfim, as classes populares. Para tanto, existem dois tipos de Igreja, a que se alia aos grandes nomes da economia e política de um Estado, chamada por estes teólogos de Teologia do Cativo, e a que se alia aos pobres para promover a libertação, ou seja, a Teologia da Libertação.

⁵⁶ KRONEMBERGER, Adriana. **Dom Adriano Hypólito: no rastro da violência em Nova Iguaçu**. São Paulo. Fonte Editorial. 2019. p. 13

atenção de forma positiva e negativa. Positiva pelo trabalho de conscientização da comunidade e auxílio na busca pela união e desenvolvimento de lideranças comunitárias, negativa pela associação que era feita, à época, ao Comunismo. Este posicionamento político-social de *A Folha* chamou a atenção dos órgãos de repressão da Ditadura Militar.

"O SNI dizia a mesma coisa: 'Dom Adriano Hypólito, que usa em seu brasão a foice e uma cruz [...] obteve extraordinária projeção no país e fora dele, graças à cobertura da imprensa e às manifestações de apoio de elementos interessados em mobilizar o povo brasileiro, avesso ao terrorismo, em favor das causas esquerdistas que defendeu'" ⁵⁷

A *Folha* nasceu durante a ditadura militar (...) Apesar de sua humildade, nosso jornal era alvo da desconfiança, sobretudo dos oficiais da Vila Militar, no subúrbio carioca de Realengo bem perto da Diocese de Nova Iguaçu. Um político amigo dos militares me contou que *A Folha* era lida assiduamente e comentada com animosidade pelos oficiais da linha dura. A mim pessoalmente o Coronel Moraes da Vila Militar, me disse que certos artigos de *A Folha*, que eram transcritos por um "jornal comunista" de Nova Iguaçu, faziam *A Folha* também suspeita. ⁵⁸

As ações de Dom Adriano, guiadas pela Teologia da Libertação, o colocavam como suspeito, tendo em vista que esta linha mais humanista adotada por alguns clérigos era associada aos ideais comunistas. Sendo assim, os religiosos que optavam por se orientar na Teologia da Libertação eram vistos como "vermelhos".

Nas circunstâncias políticas de nossos países latino-americanos é muitas vezes a Igreja a única voz ou pelo menos a voz mais forte de defesa dos direitos humanos, de defesa do Povo, de defesa da justiça social. Daí os conflitos e atritos com os regimes autocráticos e ditatoriais. Cabe assim à Igreja um importante papel conscientizador de nossos Povos latino-americanos. ⁵⁹

O cunho político atribuído aos escritos de Dom Adriano teve relação direta com os problemas enfrentados pela população carente, diante das necessidades de buscar justiça social.

Estou que um prefeito que, resistindo a todas as pressões, enfrentando todas as críticas, considerasse a educação como primeira e mais importante tarefa, estaria construindo de fato o futuro de sua comunidade. Seria necessário, antes de tudo, libertar-se das injustiças e pressões políticas dos

⁵⁷ (Apreciação Sumária nº 38/Gab/76 — Campo Interno, do SNI, carimbada "secreto", de 4 de outubro de 1976. AEG/CPDOC).

⁵⁸ KRONENBERGER, Adriana. Op. Cit. p. 2

⁵⁹ KRONENBERGER, Adriana. Op. Cit. p. 61

seus próprios companheiros de partido. Infelizmente está muito espalhada a convicção (tremenda deformação de resto) de que, depois de eleitos, os prefeitos e vereadores, como aliás os deputados e senadores, irão recompensar os seus cabos eleitorais e os seus eleitores. Assim amarrados, os políticos são incapazes de promoverem o bem comum. (...). Volto ao problema fundamental da educação. O que está aí escandaloso. Falta escolas. Faltam vagas. As professoras são mal remuneradas. (...) Gostaria de lembrar que outro problema muito conexo com a educação seria o problema da saúde, ao qual pertencem não apenas postos médicos, ambulatórios, hospitais, etc., mas também esgotos, água encanada, limpeza pública, lavanderias populares, etc.⁶⁰

Os graves problemas sociais vivenciados pela população iguaçuana acabaram direcionando os trabalhos da pastoral da Diocese de Nova Iguaçu. Assim, o foco estava na formação de lideranças que pudessem dar representatividade à população carente, modificando, dessa forma, uma visão interna da Igreja de um povo fraco, incapaz de encarar seus problemas e falar por si. Assim, os trabalhos da Diocese voltaram-se para denúncias, para as Comissões Pastorais e formação de leigos. Este direcionamento configura-se da seguinte forma:

- Formação de líderes leigos engajados.
- Formação de pastorais sociais (Pastoral da Terra, Pastoral Operária etc), o Movimento Integração Comunidade, a Comissão de Justiça e Paz, a criação do Centro de Formação de Líderes, etc.
- A interdependência da fé e política no engajamento dos leigos em Associações de Moradores como o Movimento Amigos do Bairro – MAB, em Sindicatos, como o Sindicato das Domésticas, e em partidos políticos, sobretudo o PT.

As ações aqui apontadas, que se iniciam ainda na década de 1960, mas que se disseminaram ao longo da década de 1970, tornam-se incômodos para um governo repressor e violador dos Direitos Humanos, com práticas antidemocráticas de cassação de mandatos, torturas (física e psicológicas) mortes e desaparecimentos. As ações comunitárias serviram de justificativa da ala mais radical da Ditadura Militar, sejam eles militares e/ou políticos, para atribuir a Dom Adriano e a outros religiosos adeptos da Teologia da Libertação, o rótulo de Bispo Vermelho – rótulo que acabou trazendo consequências drásticas para Dom Adriano, como seu sequestro em 1976, a pichação da Igreja Santo Antônio da Prata e da

⁶⁰ “**A Folha**”, Ano 4, no 236, de 24 de outubro de 1976.

Catedral de Santo Antônio de Jacutinga e a explosão do altar da Catedral, todos em 1979. Estes fatos serão explicados na apresentação do produto, no próximo capítulo.

Nosso objetivo aqui não é cobrir todo o período de atuação de Dom Adriano Hypólito à frente da Diocese de Nova Iguaçu, mas apresentar algumas ações significativas que marcaram sua passagem pelo bispado desta cidade. Além disso, mostrar o quanto sua participação efetiva no Concílio Vaticano II e na Conferência de Medellín e Puebla, marcaram sua formação humanística, o colocando como grande defensor de uma Igreja mais próxima da comunidade, capaz de colaborar de forma efetiva para melhorar a qualidade de vida das populações mais carentes e na formação de lideranças geradoras de representatividade para as minorias. Trata-se, ainda, de pensar como esta formação o colocou no centro das discussões sobre a Defesa dos Direitos Humanos e como “suspeito” de subversão por setores de vigilância governamentais. A luta em favor dos Direitos Humanos provocaram reações extremas do governo ditatorial, que associava tais ações às influências e militâncias comunistas por bispos adeptos da Teologia da Libertação, caso de Dom Adriano.

No próximo capítulo apresentarei o produto pedagógico criado por mim para auxiliar professores de História em sua tarefa de ensinar sobre a experiência da Ditadura Militar, considerando as especificidades locais de Nova Iguaçu e, mais precisamente, a trajetória de lutas por Direitos Humanos de Dom Adriano. A proposta é trazer elementos que levem à reflexão acerca desses locais enquanto instrumentos pedagógicos que possam provocar o aluno a refletir sobre os conceitos de democracia, direitos humanos e a importância da luta história para a preservação dos Locais de Memória enquanto espaços de resistência.

3 DOM ADRIANO E DIREITOS HUMANOS: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM NOVA IGUAÇU

3.1 Apresentação do produto

Que tal fazer um tour virtual pela cidade de Nova Iguaçu, tendo como destino locais que serviram como resistência às violações aos Direitos Humanos? Que tal ter um aplicativo que pudesse ser interativo e oferecesse à professores, alunos e demais públicos, a possibilidade de fazerem uma viagem ao passado, através da tela de um dispositivo eletrônico? E se esse aplicativo pudesse oferecer aos professores ferramentas para trabalhar conceitos complexos com seus alunos utilizando como referência a História Local e pudesse incluir Nova Iguaçu no âmbito da história nacional, personalizando a história geral, aguçando a consciência histórica? Este capítulo apresenta o aplicativo *Dom Adriano e Direitos Humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência em Nova Iguaçu* e tem como plataforma o site StoryMap JS⁶¹. Buscando responder aos questionamentos acima, o aplicativo é o produto final da tese de mestrado intitulada como *Dom Adriano e Ensino de História para os Direitos Humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência em Nova Iguaçu*, do programa PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A figura de Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, é utilizada como referência pela atuação de Dom Adriano como liderança dentro da Igreja Católica na luta em defesa dos Direitos Humanos na cidade - com o recorte cronológico entre 1966 a 1994. O aplicativo é um mapa virtual que propõe visitar locais de memória, relacionando os quatro pontos fundamentais propostos nesse trabalho: História Local, Locais de Memória, Ensino de História e Direitos Humanos. Trabalhar esses conceitos em sala de aula é de fundamental importância para dar sentido à história e desenvolver a consciência histórica dos alunos. A História Local será trabalhada relacionando os fatos ocorridos em Nova Iguaçu, o contexto nacional de Ditadura Militar e violação aos Direitos Humanos, no recorte cronológico proposto. Cada local

⁶¹ <https://storymap.knightlab.com/#examples>

visitado virtualmente conta com uma breve descrição e um link para o aprofundamento sobre a importância daquele local para a história regional. Neste link, o aplicativo apresenta também um arquivo em PDF, sempre com quatro propostas de questões a serem respondidas pelo usuário. Estas questões têm como objetivo fazer um diagnóstico de verificação sobre a apreensão dos conceitos trabalhados naquele local.

O Local de Memória é trabalhado a partir da exibição de imagens sobre o local e associação do mesmo à figura de Dom Adriano e sua importância enquanto figura de resistência à violação dos Direitos Humanos. Lembrando que resistência não significa necessariamente a opção pela luta armada como tática de enfrentamento ao regime, mas a forma como a violação é enfrentada. No caso de Dom Adriano, através de textos em jornais, criação de espaços para formação de lideranças comunitárias e eclesiais e reuniões que visavam conscientizar a população mais carente sobre a necessidade de exigir melhores condições de vida.

A perspectiva do Ensino de História é trabalhada a partir da didatização de documentos e dos Locais de Memória. Há produção acadêmica acerca da figura de Dom Adriano e as formas como lidou com as violações dos Direitos Humanos. Entretanto, até onde pudemos pesquisar, não há uma ampla circulação desse material para o meio escolar. A proposta é tornar o ensino sobre a Ditadura Militar mais próximo da realidade dos alunos de Nova Iguaçu e mostrar a importância de elementos da sociedade iguaçuana, tendo como referência Dom Adriano, na luta contra as violações dos Direitos Humanos. Pretende-se, com isso, inverter a lógica de uma história mais geral, aproximando-a da história cotidiana. Isso pode contribuir para a formação de consciência histórica e compreensão de conceitos fundamentais para a sociedade, como Ditadura, Democracia e Direitos Humanos - fundamentais para a proteção à vida e à liberdade, contra a violação dos Direitos Humanos.

A defesa dos Direitos Humanos é o ponto principal deste aplicativo, permeando todos os pontos de “parada” no tour virtual. Desde a casa de Dom Adriano até a Catedral Santo Antônio de Jacutinga, há referências a violações e resistência, relacionadas a luta em prol dos Direitos Humanos. Lembrando que a defesa dos Direitos Humanos tem relação com várias outras questões que não se traduzem em violência direta. Quando há necessidade de questionar a falta de saneamento básico para uma comunidade, organização de passeatas a favor da melhoria do transporte público e proteção à perseguidos políticos, ali está a busca

pelo respeito à dignidade humana. Como podemos ver, trabalhar esses conceitos é ponto fundamental para a formação de gerações mais conscientes e capazes de construir um olhar crítico sobre as demandas da sociedade, atuando de forma incisiva na transformação da mesma em prol da construção coletiva e da justiça social.

3.2 A descrição do produto

Inicialmente foi pensada como ferramental digital o site Google Earth. Algum material já havia sido montado, mas sua interface não atendia à necessidade. Estava pouco prático e didático. Foi então que recebi a indicação da ferramenta *StoryMap*, através do professor Doutor Alexandre Fortes⁶². A ferramenta deu uma nova roupagem para o produto e o tornou mais dinâmico e interativo.

Uma das vantagens do aplicativo é a versatilidade, sendo possível, pelo desenvolvedor, inserir novas informações e mídias. O objetivo é empreender uma divulgação histórica de arquivos virtuais, como o Centro de Documentação e Imagem – CEDIM⁶³ – vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, que foi de fundamental importância para esta pesquisa. Para acessar o aplicativo o usuário poderá clicar no link apresentado pelo professor em sala ou através de divulgação em redes sociais. Aparecerá então a tela de início.

⁶² Professor Associado do Departamento de História do Instituto Multidisciplinar, membro permanente dos corpos docentes do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Digitais da UFRRJ. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Realizou pós-doutorados na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi diretor de projetos do Instituto Cajamar (1994-1995), coordenador do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo (2001-2006), coordenador nacional do GT Mundos do Trabalho da ANPUH (2006-2008), chefe do Departamento de História e Economia do IM-UFRRJ (2006-2008), coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (2008-2010), diretor do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (2013-2017) e editor da Revista Brasileira de História (2013-2015). Atuou como Mellon Visiting Professor na Duke University (2011-2012). É bolsista de produtividade do CNPq, parecerista de diversos periódicos acadêmicos e agências de fomento nacionais e internacionais e atuou como avaliador da CAPES na área de História.

⁶³ <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2>

Figura 1 – Layout do Aplicativo



Clicar no botão “ok” e aparecerá a primeira tela. Esta é uma breve apresentação da bibliografia de Dom Adriano. Inicialmente, de forma resumida, mas com um link para que o usuário possa conhecer um pouco mais sobre a trajetória do bispo, se desejar, como podemos visualizar na figura 2.

Figura 2 – Locais de Memória Dom Adriano (aplicativo)



Link contendo mais informações sobre Dom Adriano, além de questões para serem respondidas pelos usuários.

Figura 3 – Interface de apresentação do aplicativo

8 O GLOBO País Terça-feira 18.3.2014

50 ANOS DO GOLPE

IGREJAS RESISTÊNCIA E COLABORAÇÃO

Dom Adriano e Direitos Humanos: um mapa digital sobre locais de memória e resistência em Nova Iguaçu.

Resistência.
Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hyslop foi encontrado, teve o corpo perfurado de varrelhas, mas não abandonou a luta contra o ditador: recebeu perseguição política em diversos Estados ao lado de outros religiosos

Memória. Físio observa a destruição provocada por uma bomba deixada na Catedral de Santo Antônio, em Nova Iguaçu

Mestrando: Samuel de Almeida Henriques

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Gonçalves

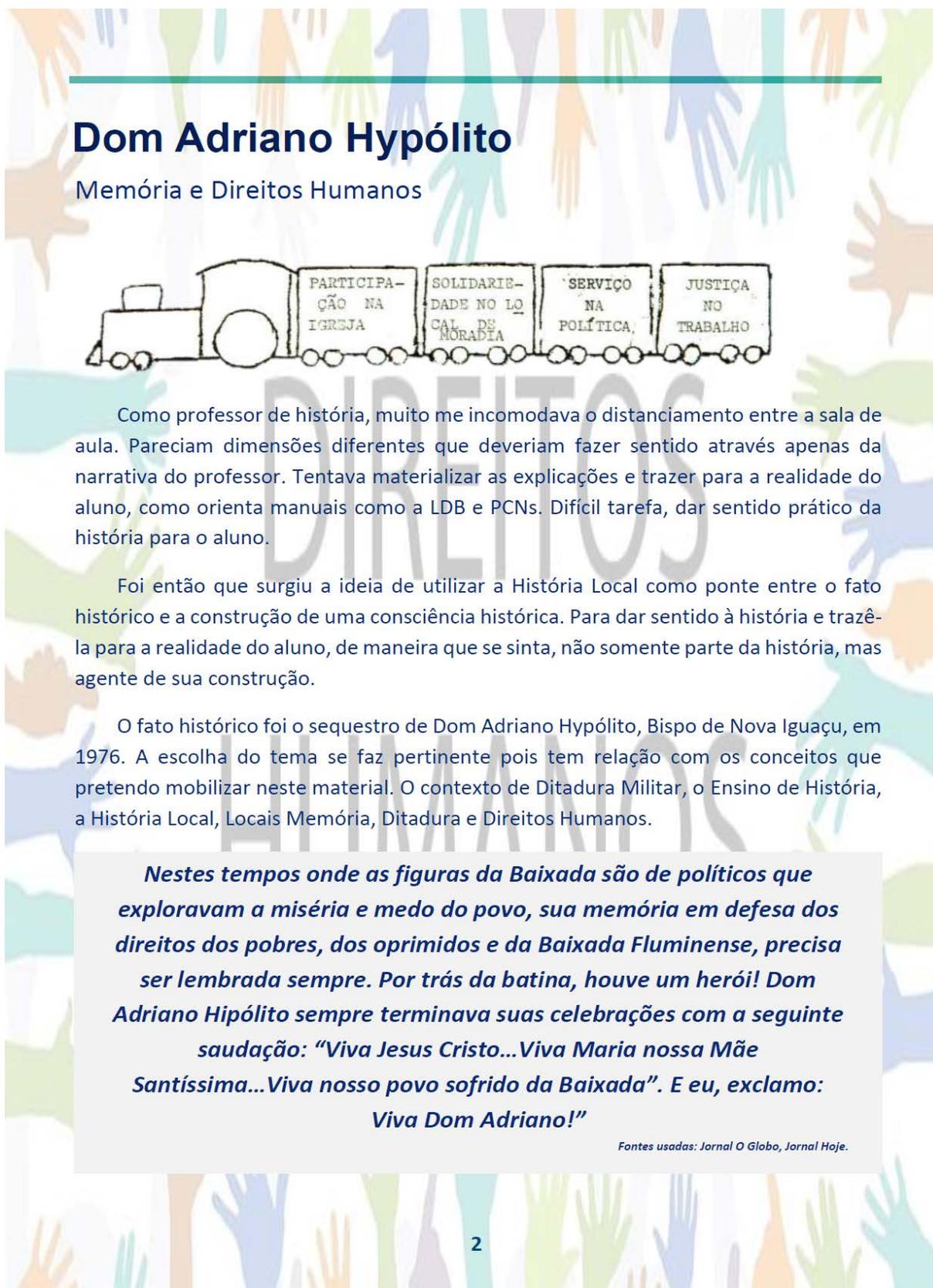
Dom Adriano e
Direitos Humanos
um mapa digital sobre locais de memória
e resistência em Nova Iguaçu

**DIOCESE DE
NOVA IGUAÇU**
Mestrando: Samuel de Almeida Henriques
Orientador: Daniel Pinha
Coorientadora: Márcia Gonçalves

H PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ANUNCIANDO
ORIENTANDO
UERJ
DO ESTADO DO RIO

Figura 4 – Histórico de Dom Adriano p.2 (aplicativo)



Dom Adriano Hypólito

Memória e Direitos Humanos



Como professor de história, muito me incomodava o distanciamento entre a sala de aula. Pareciam dimensões diferentes que deveriam fazer sentido através apenas da narrativa do professor. Tentava materializar as explicações e trazer para a realidade do aluno, como orienta manuais como a LDB e PCNs. Difícil tarefa, dar sentido prático da história para o aluno.

Foi então que surgiu a ideia de utilizar a História Local como ponte entre o fato histórico e a construção de uma consciência histórica. Para dar sentido à história e trazê-la para a realidade do aluno, de maneira que se sinta, não somente parte da história, mas agente de sua construção.

O fato histórico foi o sequestro de Dom Adriano Hypólito, Bispo de Nova Iguaçu, em 1976. A escolha do tema se faz pertinente pois tem relação com os conceitos que pretendo mobilizar neste material. O contexto de Ditadura Militar, o Ensino de História, a História Local, Locais Memória, Ditadura e Direitos Humanos.

Nestes tempos onde as figuras da Baixada são de políticos que exploravam a miséria e medo do povo, sua memória em defesa dos direitos dos pobres, dos oprimidos e da Baixada Fluminense, precisa ser lembrada sempre. Por trás da batina, houve um herói! Dom Adriano Hipólito sempre terminava suas celebrações com a seguinte saudação: “Viva Jesus Cristo...Viva Maria nossa Mãe Santíssima...Viva nosso povo sofrido da Baixada”. E eu, exclamo: Viva Dom Adriano!”

Fontes usadas: Jornal O Globo, Jornal Hoje.

2

Figura 5 – Histórico de Dom Adriano p.3 (aplicativo)

Conhecendo um pouco Dom Adriano Hypólito



Um breve resumo sobre dom Adriano e sua atuação na formação de lideranças e defesa dos Direitos Humanos em Nova Iguaçu.

O bispo Dom Adriano Mandarino Hypólito está longe de ser visto como uma figura de prestígio pela tradição católica no Brasil. Porém, teve uma presença expressiva nas discussões a respeito de direitos humanos, resistência católica contra o regime militar, exposição de ideias que se aproximavam da Teologia da Libertação e do marxismo (comunismo), e também como símbolo de resistência, se tornando um ponto específico na Memória do militante social da Baixada Fluminense.¹

A história de Dom Adriano começa em 18 de janeiro de 1918, em Aracajú, Sergipe. Seu nome de batismo era Fernando Polito. Aos 11 anos foi cursar o ginásio em Salvador.

Em outubro de 1942, aos 24 anos, foi ordenado padre na Igreja de São Francisco, em Salvador. Em janeiro de 1943 passa a lecionar Português e Música no Colégio Seráfico de Santo Antônio, em Ipuarana, na Paraíba. De 1948 a 1955 viaja para a Europa, onde estuda Língua Portuguesa e História. Após seu retorno, permanece em Ipuarana como diretor de estudos até nova transferência para o Convento de São Francisco da Bahia. Ali passou a ser mestre dos clérigos e diretor espiritual da Arquidiocese de Salvador. Já em 1962 é nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo e, ainda em 1962, é nomeado Bispo-Auxiliar de Salvador pelo então Papa João XXIII. Teve participação efetiva no Concílio do Vaticano II, como Bispo-Auxiliar, nas sessões de 1963, 1964 e 1965. Em 1966, já com 48 anos, é nomeado Bispo de Nova Iguaçu. A participação no Concílio foi um importante norte para as ações futuras de Dom Adriano.

¹ SANA, Peter. *A dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)* / Peter Sana. – 2015. 119 f. pg. 66

Figura 6 – Histórico de Dom Adriano p.4 (aplicativo)

“Naquele momento, já se considerava insustentável o discurso de condenação e reprovação adotado pela Igreja, sendo necessário, na visão do pontífice, um diálogo com a sociedade contemporânea que, apesar dos avanços alcançados na ciência, estava relegando a um segundo plano os valores espirituais.

Assim, mostrava-se profundamente relevante que a Igreja dialogasse com a sociedade e ouvisse seus fiéis. Para tanto era necessária uma reorganização e atualização (atualização), possibilitando uma reflexão mais profunda sobre a visão que a Igreja possuía de si mesma e de como era vista pelo meio social.

O Concílio Vaticano II é considerado um marco na história da Igreja católica devido às grandes mudanças que provocou dentro e fora da instituição.”

REFLEXUS - Revista de Teologia e Ciências das Religiões. Pg 323

Reunido em um contexto pós-II Guerra Mundial, que clamava por novas orientações da Igreja Católica acerca de um olhar mais humano para questões relacionadas aos Direitos Humanos, o Concílio do Vaticano II aproximou mais a Igreja do povo e passou a dar mais atenção às causas sociais. Foi em meio a essas mudanças e profundamente tocado pelos valores defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que Dom Adriano assume a diocese de Nova Iguaçu. O novo bispo se depara com uma realidade de aumento populacional, que demanda por melhorias de infraestrutura na cidade. Os movimentos de bairro (MABs), organizados na década de 1950, foram desmobilizados nos anos 1960 com o Golpe de 1964 e o progressivo endurecimento sobre as mobilizações sociais em nome da “Doutrina de Segurança Nacional”. Qualquer tipo de mobilização que buscasse melhorias sociais era visto como uma ameaça à ordem pública e à estabilidade política do país. Resumindo, movimentos reivindicatórios significavam a ameaça comunista.

A Igreja em Nova Iguaçu passou a ser um local de encontros e para onde convergiam essas demandas. Assim, Dom Adriano passou a atuar não somente como liderança religiosa, mas um ouvidor, passando então a atuar também como liderança social em várias situações que envolviam descaso e falta de desempenho do poder público. Formou lideranças comunitárias e construiu espaços para discussão e conscientização sobre a necessidade da população de lutar por seus direitos.

A Diocese de Nova Iguaçu era recente, foi criada devido ao crescimento populacional da década de 1950. De perfil conservador, passaria por profundas mudanças com a assunção de Dom Adriano. O novo bispo, encontrada uma realidade e sofrimento, com uma população muito religiosa, mas sem representatividade. Ao assumir o papel de liderança religiosa e social, trata como prioridade as Comunidades

Figura 7 – Histórico de Dom Adriano p. 5 (aplicativo)

Eclesiais de Base, buscando reconstruir os movimentos sociais, formando líderes comunitários e lutando contra o descaso e a violação dos Direitos Humanos.

Influenciado pela Teologia da Libertação, convertido pelo povo iguaçuano, como costumava falar, e contando com apoio financeiro da Igreja da Alemanha, conseguiu movimentar as comunidades, ajudando na reorganização do MAB (Movimento Amigos do Bairro).

"Coincidindo com o fechamento da sociedade civil, a Igreja começou a criar grupos comunitários -- círculos operários, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo -- que discutiam a fé e a realidade social. Durante os anos de maior repressão, as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas.- Embora as CEBs estivessem envolvidas somente em ações políticas rudimentares, como assinar petições por serviços urbanos, sua importância se refletiria no desenvolvimento posterior dos movimentos populares, pois facilitam uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão. Muitos líderes e participantes do movimento de bairros haviam sido motivados por suas experiências nas CEBs" (SCOTT, 1988: 212).

Possuía um forte clamor popular, se tornando uma figura de respeito para a população mais pobre e uma ameaça para a elite política conservadora da cidade, marcando a Diocese de Nova Iguaçu como uma ala “esquerda” dentro da Igreja Católica.

Para maiores informações, acesse o CEDIM

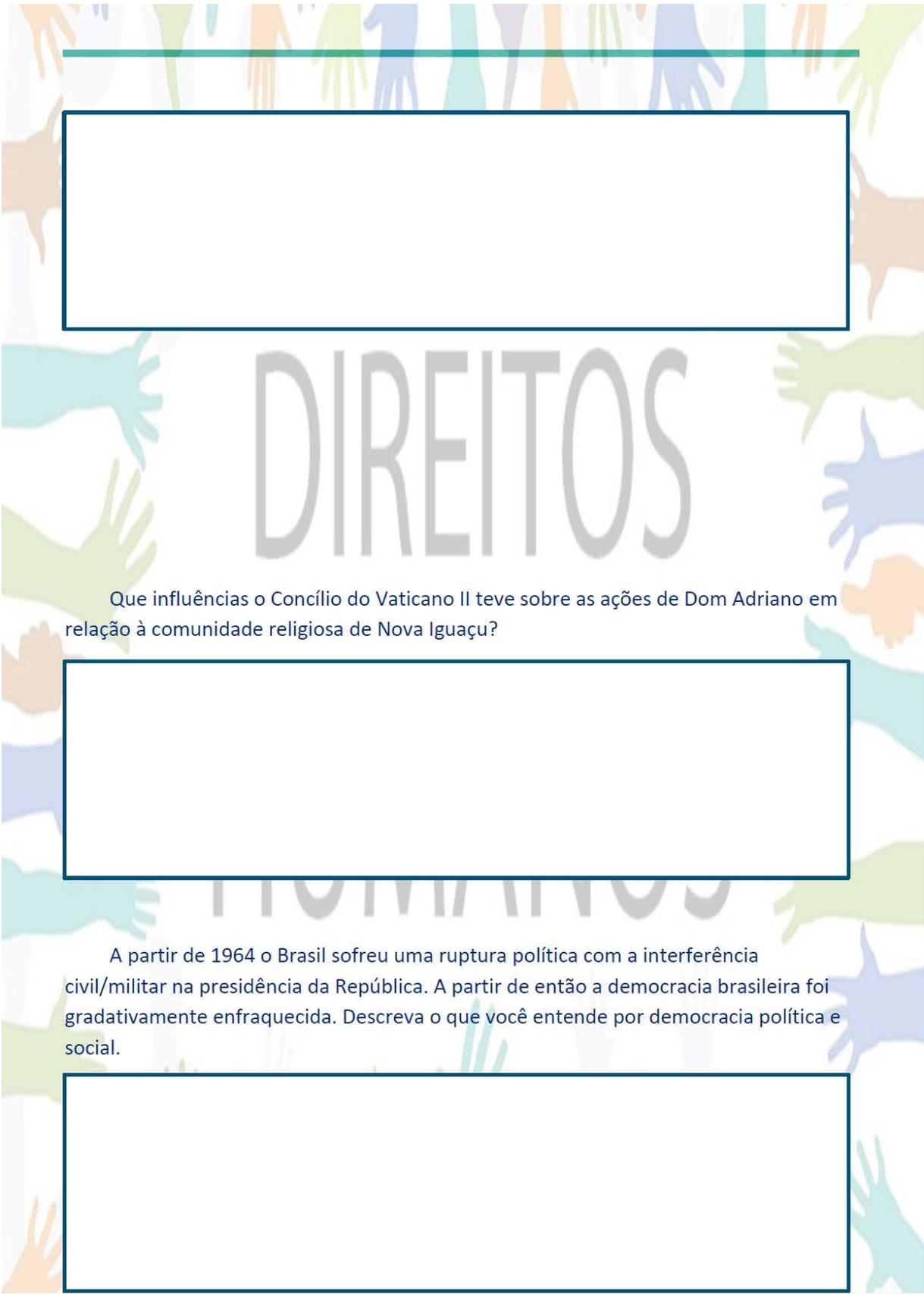
<https://www.facebook.com/cedimimufrj/>

<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2>

Vamos pesquisar?

Em 1948, após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a recém criada ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. As reflexões propostas pelo documento podem ser associadas ao contexto social encontrado por Dom Adriano Hypólito no momento de sua chegada à diocese de Nova Iguaçu? Justifique sua resposta.

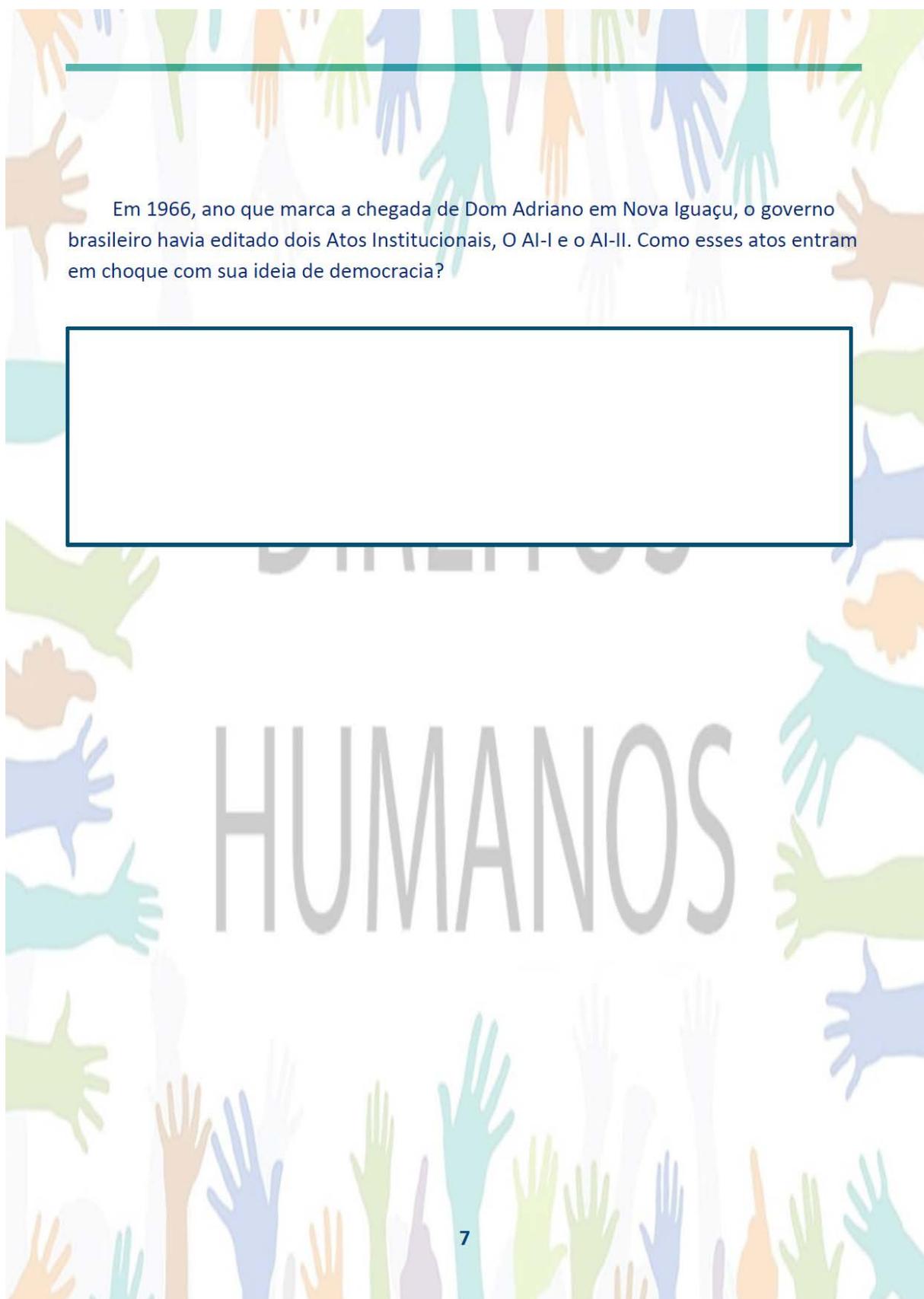
Figura 8 – Histórico de Dom Adriano p. 6 (aplicativo)



Que influências o Concílio do Vaticano II teve sobre as ações de Dom Adriano em relação à comunidade religiosa de Nova Iguaçu?

A partir de 1964 o Brasil sofreu uma ruptura política com a interferência civil/militar na presidência da República. A partir de então a democracia brasileira foi gradativamente enfraquecida. Descreva o que você entende por democracia política e social.

Figura 9 – Histórico de Dom Adriano p. 7 (aplicativo)



Rolando mais abaixo, em todos os locais de memória aparecerá como referência para quem quiser pesquisar um pouco mais, trabalhando com fontes primárias on-line, o link para o CEDIM.

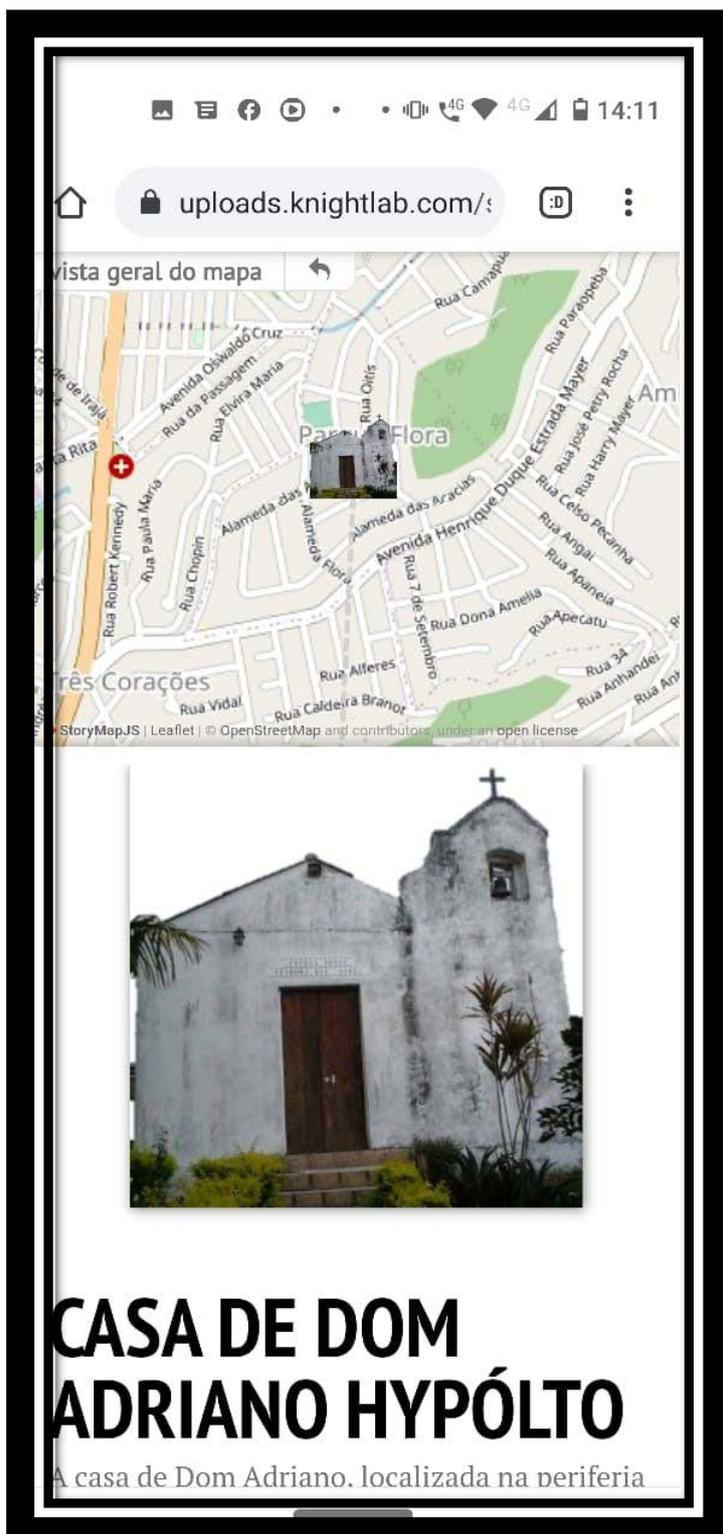
Figura 10 – CEDIM – Centro de Documentação e Imagem (aplicativo)



Para iniciar o passeio virtual, basta rolar mais abaixo e clicar em “início”.

O segundo local de memória será apresentado, a Casa de Dom Adriano Hypólito. Localizada na periferia de Nova Iguaçu, rua Comendador Francisco Rodrigues Oliveira, 11 - Parque Flora, foi local de reclusão onde o Bispo pode refletir sobre suas ações durante todo o período em que esteve à frente da Diocese de Nova Iguaçu.

Figura 11 – Casa de Dom Adriano Hypólito (aplicativo)



A partir deste momento, o usuário poderá rolar para baixo, para mais informações, passar para a esquerda, caso queira retornar ao local anterior, ou passar para a direita, caso queira avançar para o próximo local de memória.



Figura 12 – Casa de Dom Adriano p. 1 (aplicativo)

Locais de Memória

A casa de Dom Adriano Hypólito



A casa de Dom Adriano Hypólito, hoje Seminário Propedêutico Dom Adriano

Local de reclusão e reflexão do então bispo de Nova Iguaçu, a casa de Dom Adriano Hypólito situa-se em região periférica, no Parque Flora. A escolha da casa do bispo, que morou lá durante trinta anos, reflete o caráter popular de Dom Adriano. As imagens da casa refletem a falta de investimentos e a pouca atenção dada à memória pelas autoridades e órgãos de preservação ao longo dos anos. Os Locais de Memória têm que ser preservados para que a memória coletiva resista à ação do tempo, contribuindo para a formação de uma consciência histórica.



1

Figura 13 – Casa de Dom Adriano p. 2 (aplicativo)

The image shows a mobile application interface with a background of colorful hands. At the top, a dark blue rounded rectangle contains the text 'Vamos pesquisar?'. Below this, there are two paragraphs of text. The first paragraph discusses the transformation of Dom Adriano's house into a seminary and the lack of conservation. The second paragraph asks how the preservation of such heritage can be linked to community memory. Below each paragraph is a large, empty rectangular box for user input. At the bottom, there is another paragraph asking for reflection on the neglect of heritage in major centers, followed by another large empty box for input. The page number '2' is visible at the bottom center.

Vamos pesquisar?

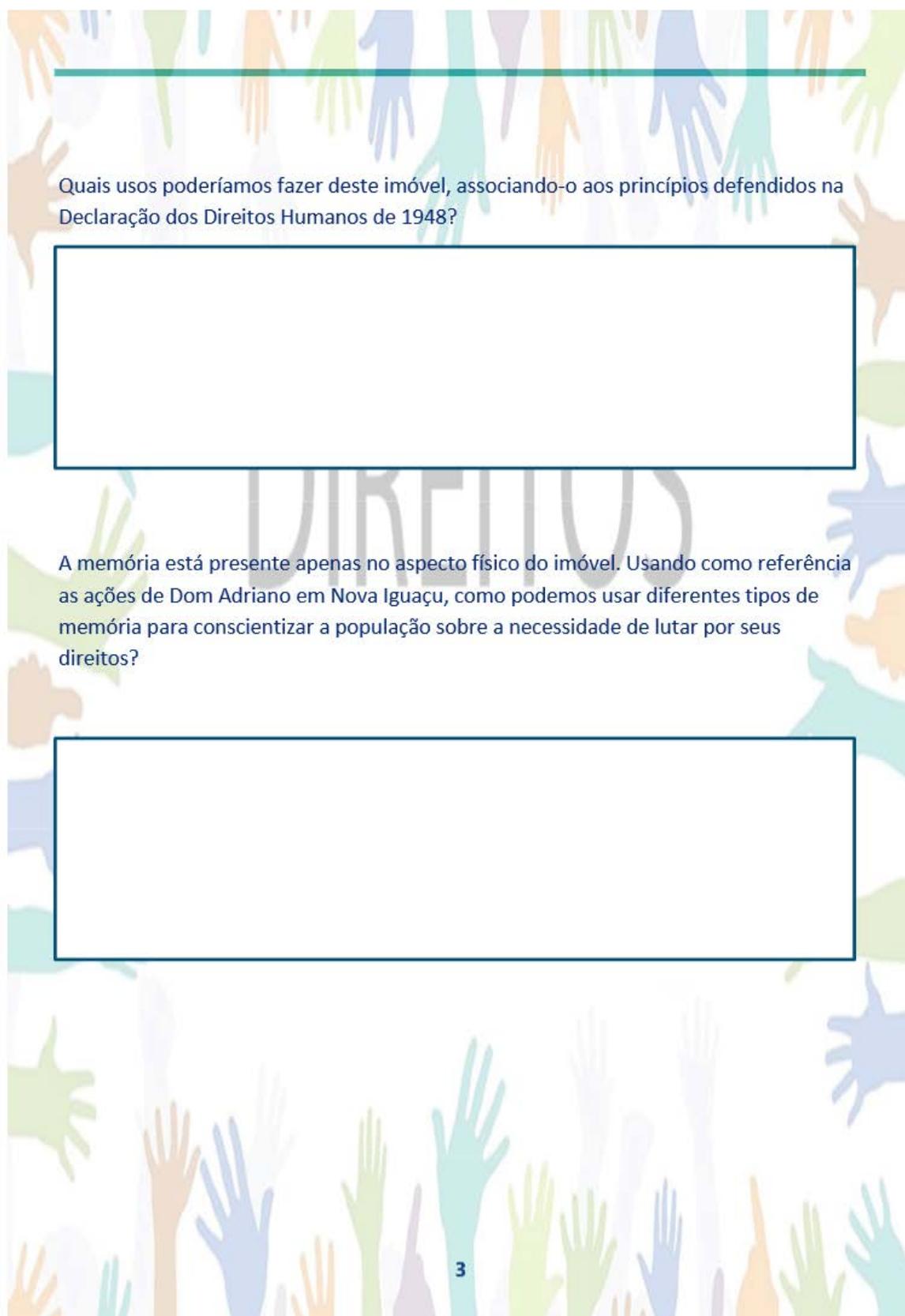
Como vimos, a casa de Dom Adriano foi transformado em um seminário. O problema é a falta de conservação do imóvel e o risco deste importante patrimônio para a sociedade iguaçuana.

Como a preservação de um patrimônio como este pode ser associado à memória de uma comunidade?

O fato de não estar nos grandes centros contribui para esse descaso? Anote aqui sua reflexão.

2

Figura 14 – Casa de Dom Adriano p. 3 (aplicativo)



Quais usos poderíamos fazer deste imóvel, associando-o aos princípios defendidos na Declaração dos Direitos Humanos de 1948?

A memória está presente apenas no aspecto físico do imóvel. Usando como referência as ações de Dom Adriano em Nova Iguaçu, como podemos usar diferentes tipos de memória para conscientizar a população sobre a necessidade de lutar por seus direitos?

3

O terceiro local a ser visitado é a Casa de Oração Frei Jordão Mai, convento e mosteiro. Local utilizado para retiros religiosos e conforto espiritual para a comunidade iguaçuana, também foi local de resistência durante os chamados “anos de chumbo”. Por aqui passaram refugiados políticos, servindo de abrigo para muitos que sofriam perseguições políticas, principalmente na década de 1970.

Figura 15 – Casa de Oração Frei Jordão Mai (aplicativo)

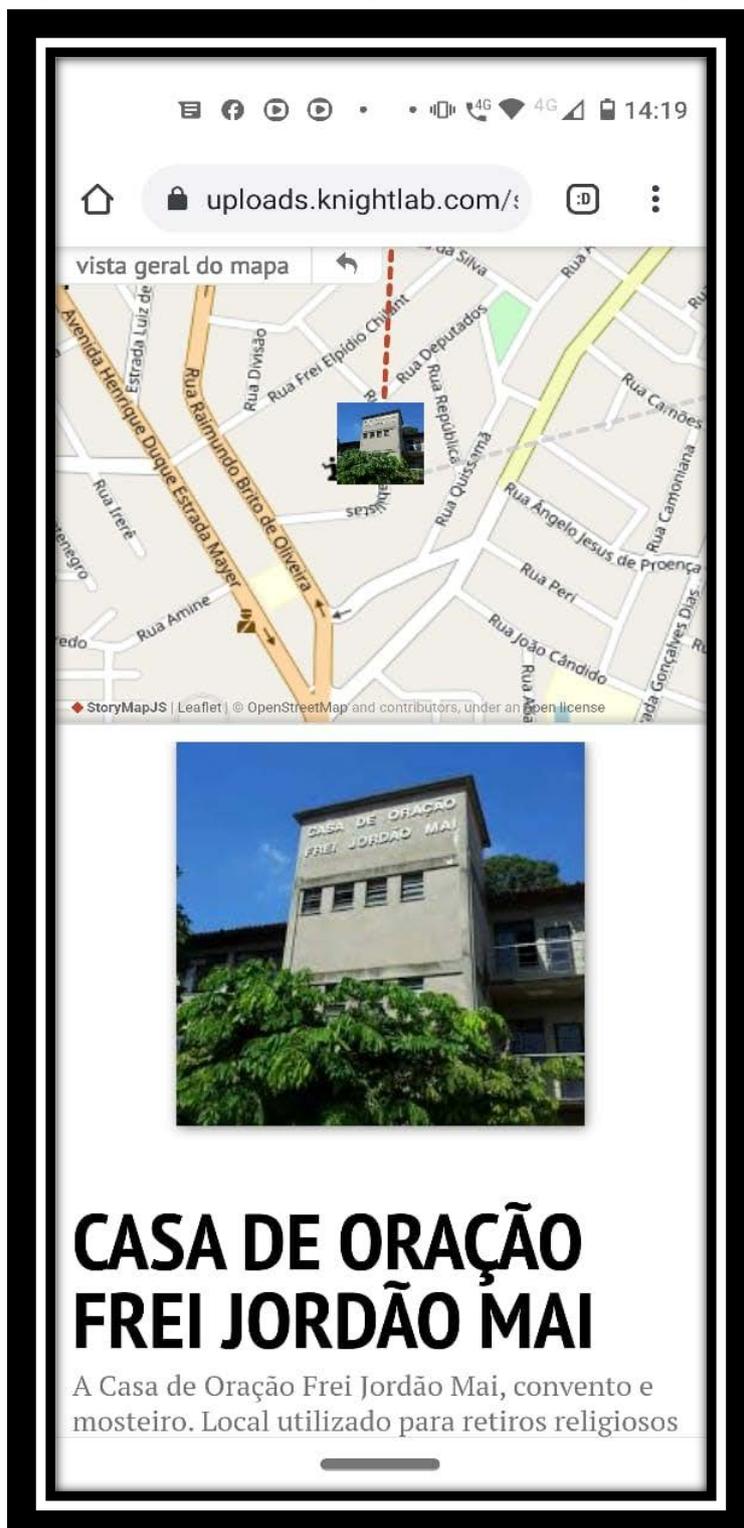


Figura 16 – Casa de Oração Frei Jordão Mai p. 1 (aplicativo)



Locais de Memória

Casa de oração Frei Jordão Mai

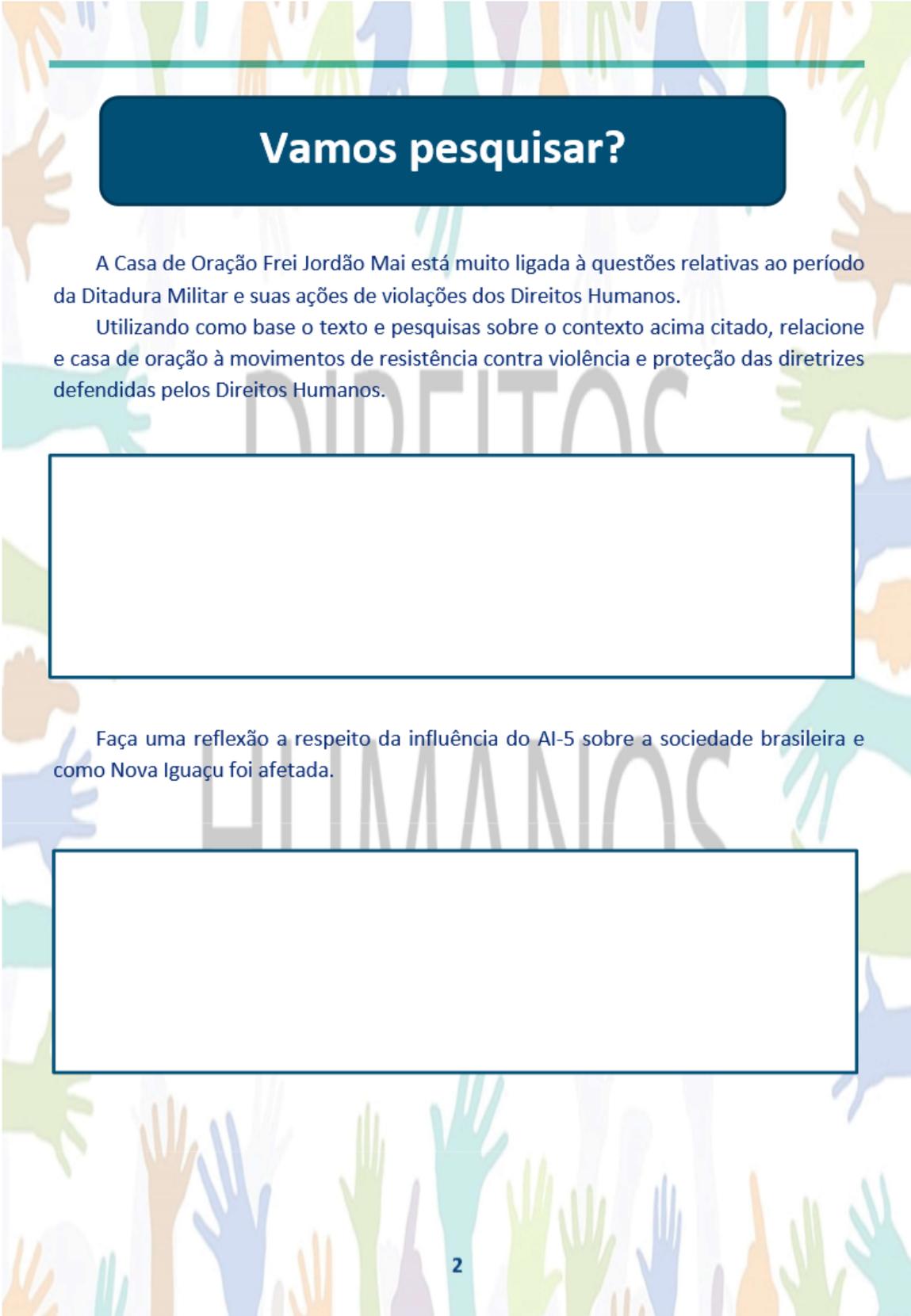


A Casa de Oração Frei Jordão Mai, convento e mosteiro. Local utilizado para retiros religiosos e conforto espiritual para a comunidade iguaçuana, também foi local de resistência durante os chamados “anos de chumbo”. Por aqui passaram refugiados políticos, servindo de abrigo para muitos que sofriam perseguições políticas, principalmente na década de 1970. As perseguições políticas, prisões, torturas e assassinatos faziam parte das atribuições de órgãos de repressão como DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), SNI (Serviço Nacional de Informações) e DOPS (O Departamento de Ordem Política e Social). Estes, entre outros, foram mecanismos que utilizaram a violência como política de Estado, violando as diretrizes e orientação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada pela ONU a partir da segunda metade do século XX.

O excesso de violência praticado pelo Estado e a suspensão dos direitos constitucionais com os Atos Adicionais e a Constituição de 1967, levaram o país a um caos civil. Alguns integrantes da sociedade civil resolveram se organizar e pegar em armas contra o governo a partir de 1968. Com isso, a reação do Estado foi de violência extrema. Da sociedade civil surgiram guerrilhas urbanas e rurais. As ações de ambos os lados levaram a um clima de enfrentamentos, perseguições, prisões, torturas e mortes. Neste momento, as alas mais progressivas da Igreja se organizaram e colaboraram com a resistência, não pegando em armas, mas oferecendo abrigo para refugiados e canais para que perseguidos pudessem deixar o país e partir para o exílio.

1

Figura 17 – Casa de Oração Frei Jordão Mai p. 2 (aplicativo)



Vamos pesquisar?

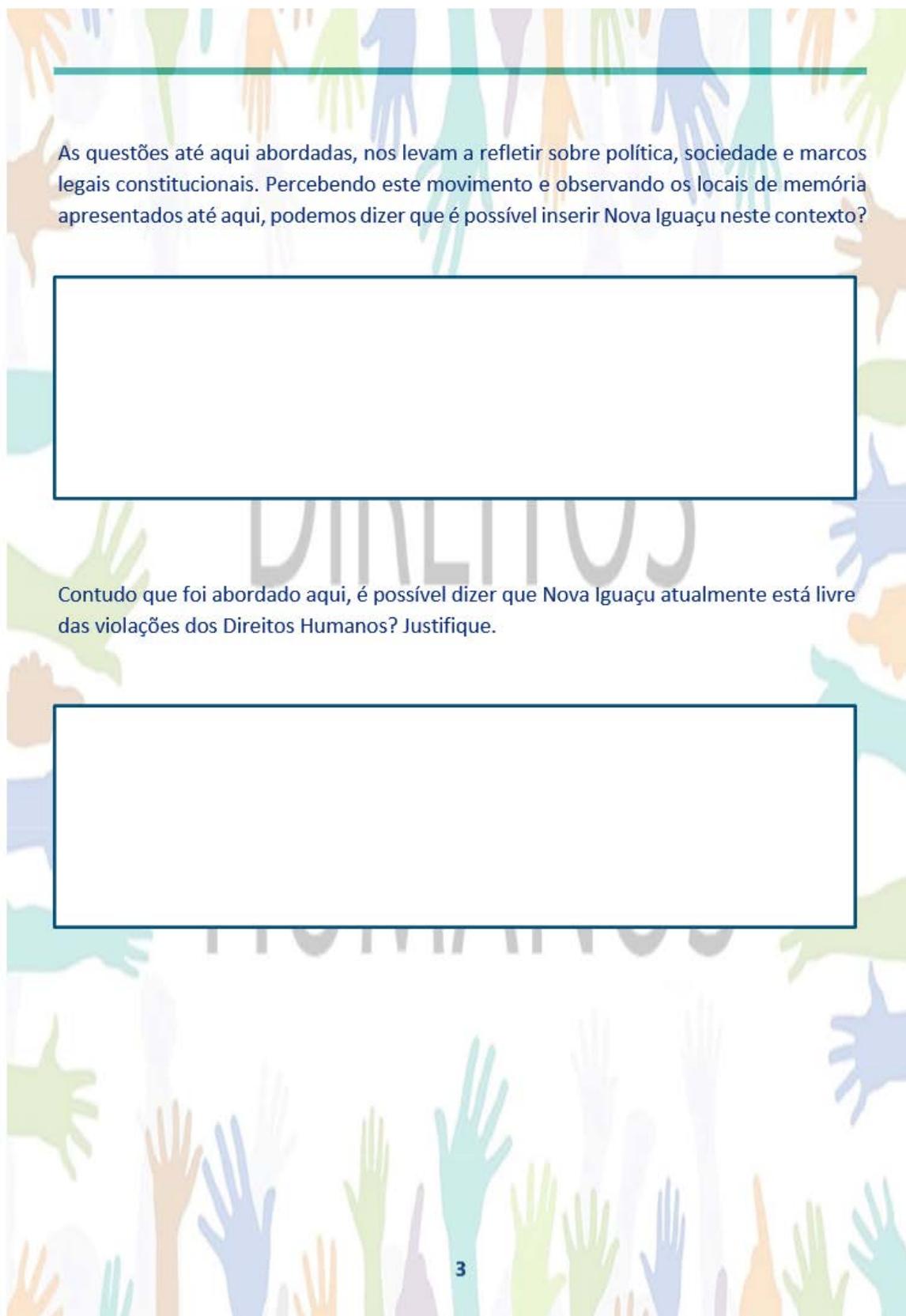
A Casa de Oração Frei Jordão Mai está muito ligada à questões relativas ao período da Ditadura Militar e suas ações de violações dos Direitos Humanos.

Utilizando como base o texto e pesquisas sobre o contexto acima citado, relacione e casa de oração à movimentos de resistência contra violência e proteção das diretrizes defendidas pelos Direitos Humanos.

Faça uma reflexão a respeito da influência do AI-5 sobre a sociedade brasileira e como Nova Iguaçu foi afetada.

2

Figura 18 – Casa de Oração Frei Jordão Mai p. 3 (aplicativo)



As questões até aqui abordadas, nos levam a refletir sobre política, sociedade e marcos legais constitucionais. Percebendo este movimento e observando os locais de memória apresentados até aqui, podemos dizer que é possível inserir Nova Iguaçu neste contexto?

Contudo que foi abordado aqui, é possível dizer que Nova Iguaçu atualmente está livre das violações dos Direitos Humanos? Justifique.

3

Próxima visita, Comunidades Eclesiais de Base. Estas foram instrumentos de conscientização e formação de lideranças sociais em Nova Iguaçu e no restante do Brasil. Iniciam suas atuações na década de 1970, sob forte influência da Teologia da Libertação. Foram adotadas pela Diocese de Nova Iguaçu, já com Dom Adriano Hypólito à frente, como ferramenta principal na busca pela proximidade com a comunidade mais carente e como forma de transformar a realidade da população iguaçuana.

Figura 19 – CEB – Comunidade Eclesial de Base Nova Iguaçu (aplicativo)

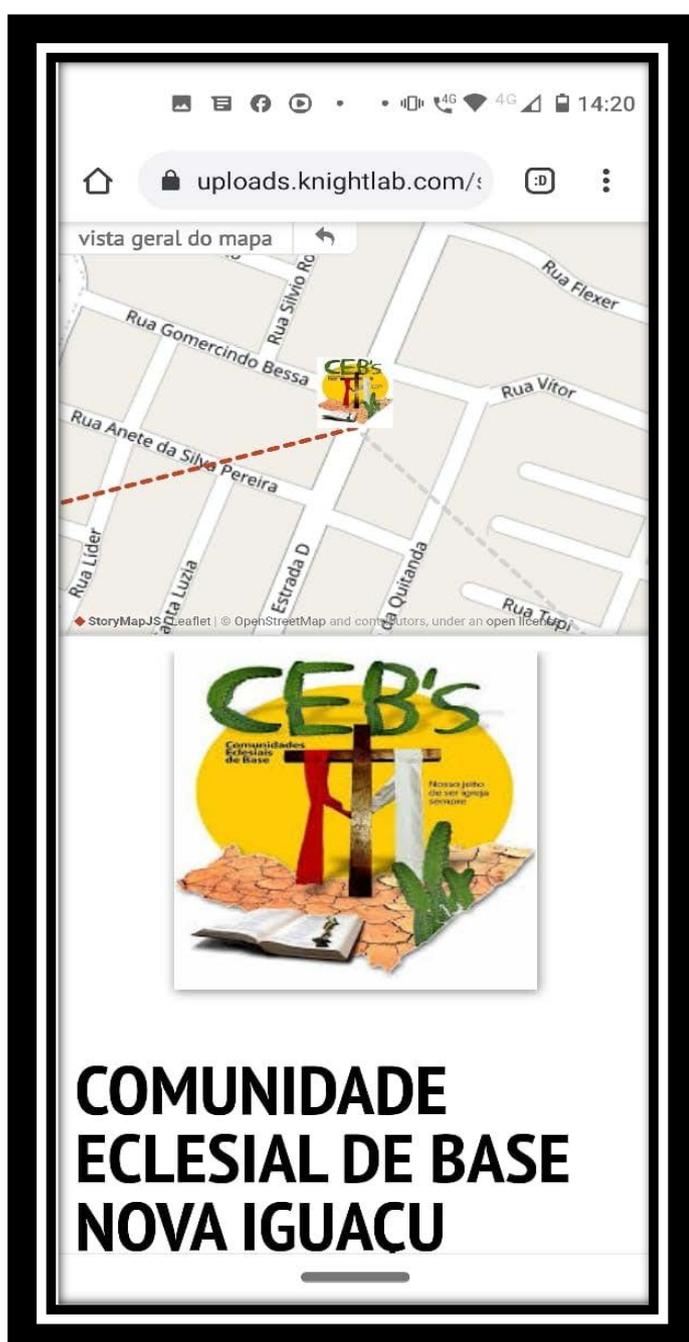
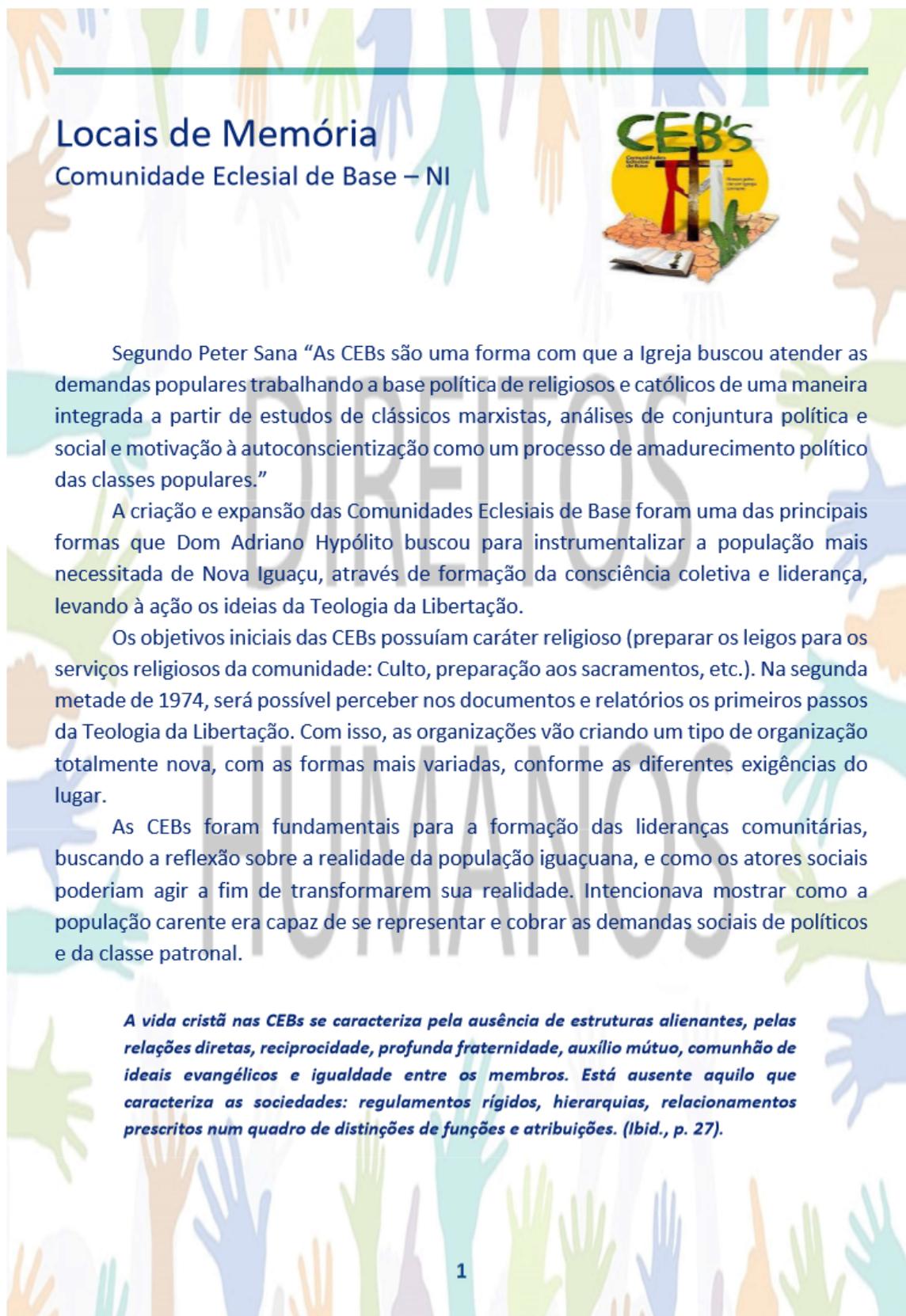


Figura 20 – Comunidade Eclesial de Base p. 1 (aplicativo)



Locais de Memória

Comunidade Eclesial de Base – NI

Segundo Peter Sana “As CEBs são uma forma com que a Igreja buscou atender as demandas populares trabalhando a base política de religiosos e católicos de uma maneira integrada a partir de estudos de clássicos marxistas, análises de conjuntura política e social e motivação à autoconscientização como um processo de amadurecimento político das classes populares.”

A criação e expansão das Comunidades Eclesiais de Base foram uma das principais formas que Dom Adriano Hypólito buscou para instrumentalizar a população mais necessitada de Nova Iguaçu, através de formação da consciência coletiva e liderança, levando à ação os ideais da Teologia da Libertação.

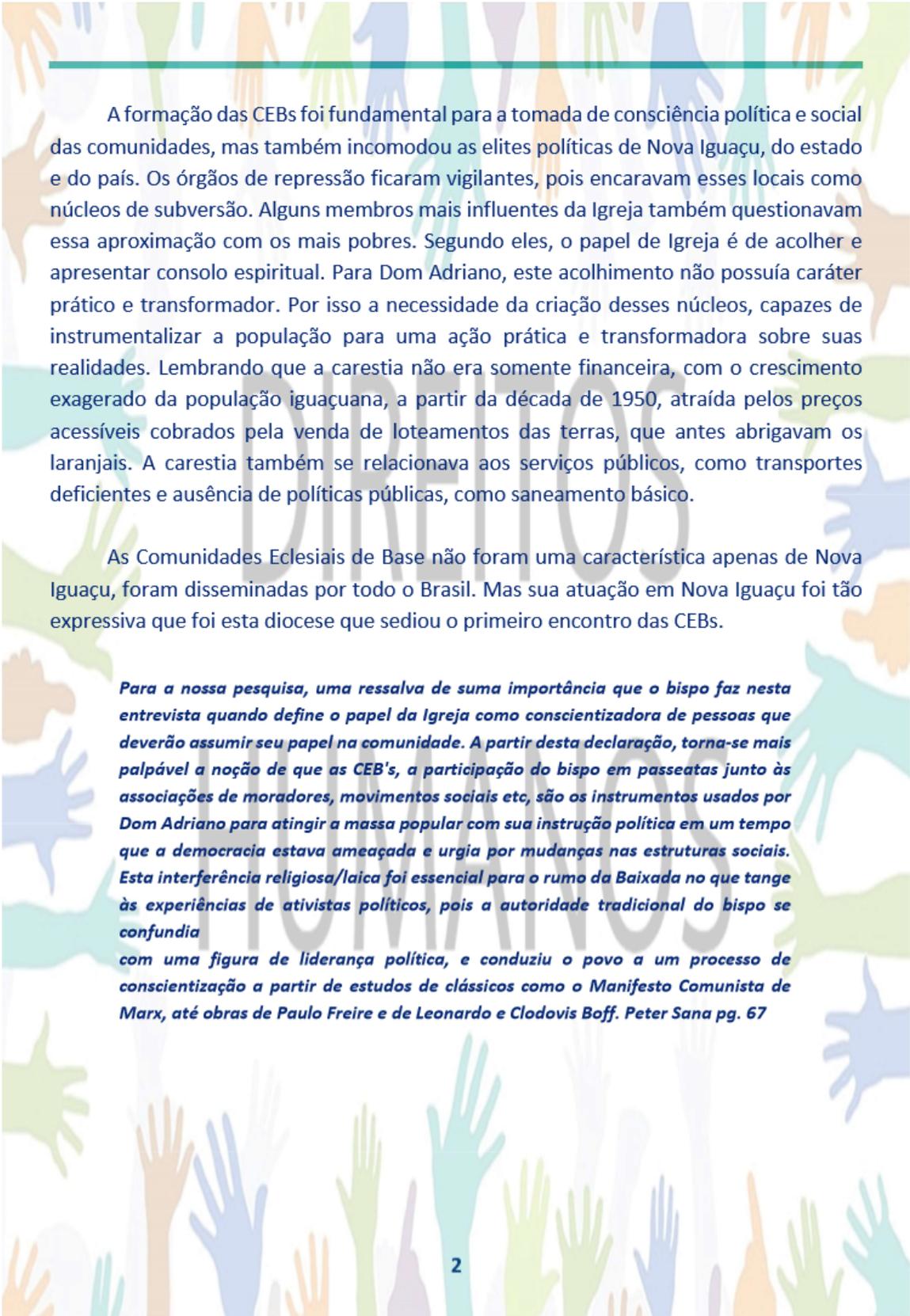
Os objetivos iniciais das CEBs possuíam caráter religioso (preparar os leigos para os serviços religiosos da comunidade: Culto, preparação aos sacramentos, etc.). Na segunda metade de 1974, será possível perceber nos documentos e relatórios os primeiros passos da Teologia da Libertação. Com isso, as organizações vão criando um tipo de organização totalmente nova, com as formas mais variadas, conforme as diferentes exigências do lugar.

As CEBs foram fundamentais para a formação das lideranças comunitárias, buscando a reflexão sobre a realidade da população iguaçuana, e como os atores sociais poderiam agir a fim de transformarem sua realidade. Intencionava mostrar como a população carente era capaz de se representar e cobrar as demandas sociais de políticos e da classe patronal.

A vida cristã nas CEBs se caracteriza pela ausência de estruturas alienantes, pelas relações diretas, reciprocidade, profunda fraternidade, auxílio mútuo, comunhão de ideais evangélicos e igualdade entre os membros. Está ausente aquilo que caracteriza as sociedades: regulamentos rígidos, hierarquias, relacionamentos prescritos num quadro de distinções de funções e atribuições. (Ibid., p. 27).

1

Figura 21 – Comunidade Eclesial de Base p. 2 (aplicativo)

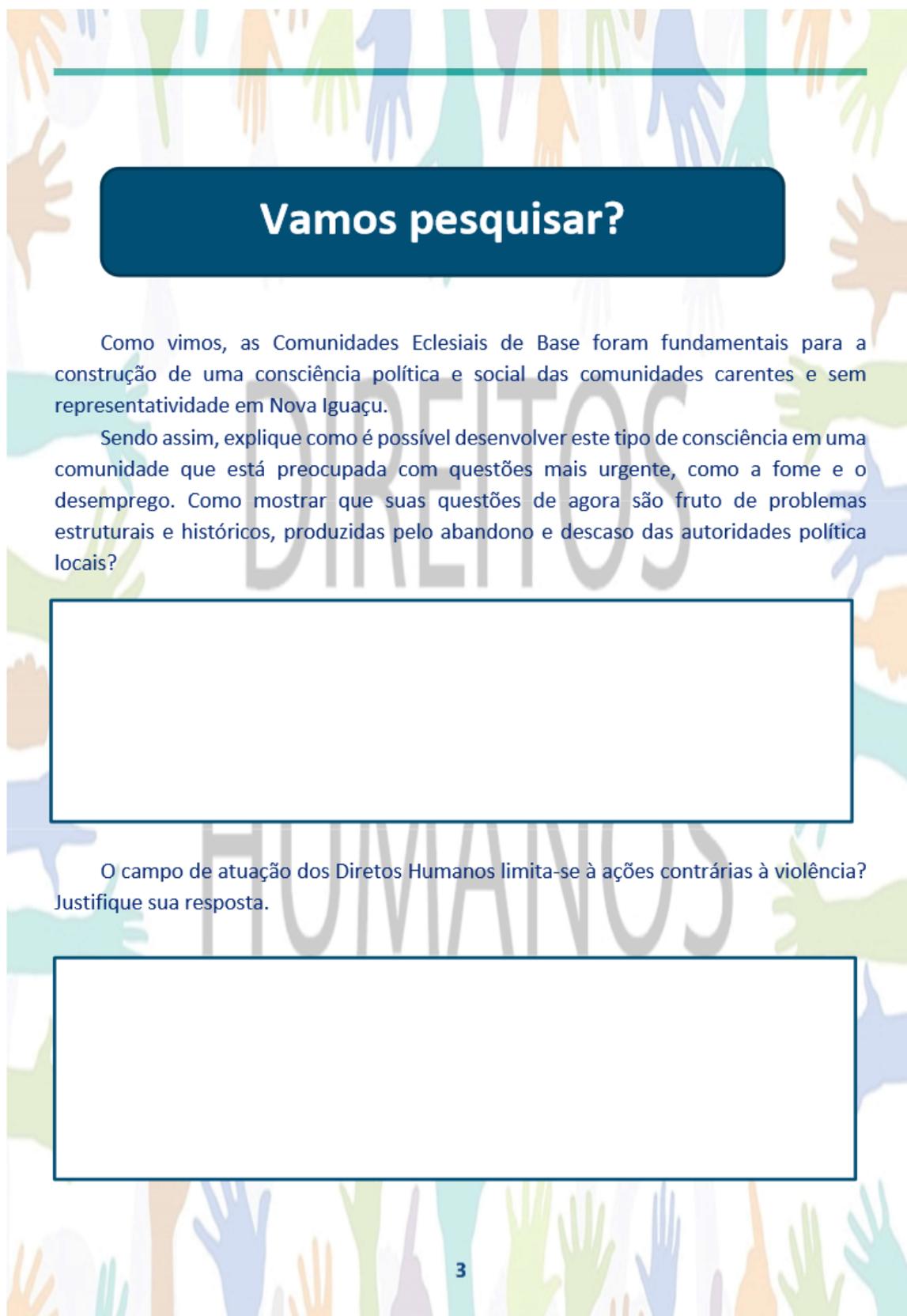


A formação das CEBs foi fundamental para a tomada de consciência política e social das comunidades, mas também incomodou as elites políticas de Nova Iguaçu, do estado e do país. Os órgãos de repressão ficaram vigilantes, pois encaravam esses locais como núcleos de subversão. Alguns membros mais influentes da Igreja também questionavam essa aproximação com os mais pobres. Segundo eles, o papel de Igreja é de acolher e apresentar consolo espiritual. Para Dom Adriano, este acolhimento não possuía caráter prático e transformador. Por isso a necessidade da criação desses núcleos, capazes de instrumentalizar a população para uma ação prática e transformadora sobre suas realidades. Lembrando que a carestia não era somente financeira, com o crescimento exagerado da população iguaçuana, a partir da década de 1950, atraída pelos preços acessíveis cobrados pela venda de loteamentos das terras, que antes abrigavam os laranjais. A carestia também se relacionava aos serviços públicos, como transportes deficientes e ausência de políticas públicas, como saneamento básico.

As Comunidades Eclesiais de Base não foram uma característica apenas de Nova Iguaçu, foram disseminadas por todo o Brasil. Mas sua atuação em Nova Iguaçu foi tão expressiva que foi esta diocese que sediou o primeiro encontro das CEBs.

Para a nossa pesquisa, uma ressalva de suma importância que o bispo faz nesta entrevista quando define o papel da Igreja como conscientizadora de pessoas que deverão assumir seu papel na comunidade. A partir desta declaração, torna-se mais palpável a noção de que as CEB's, a participação do bispo em passeatas junto às associações de moradores, movimentos sociais etc, são os instrumentos usados por Dom Adriano para atingir a massa popular com sua instrução política em um tempo que a democracia estava ameaçada e urgia por mudanças nas estruturas sociais. Esta interferência religiosa/laica foi essencial para o rumo da Baixada no que tange às experiências de ativistas políticos, pois a autoridade tradicional do bispo se confundia com uma figura de liderança política, e conduziu o povo a um processo de conscientização a partir de estudos de clássicos como o Manifesto Comunista de Marx, até obras de Paulo Freire e de Leonardo e Clodovis Boff. Peter Sana pg. 67

Figura 22 – Comunidade Eclesial de Base p. 3 (aplicativo)



Vamos pesquisar?

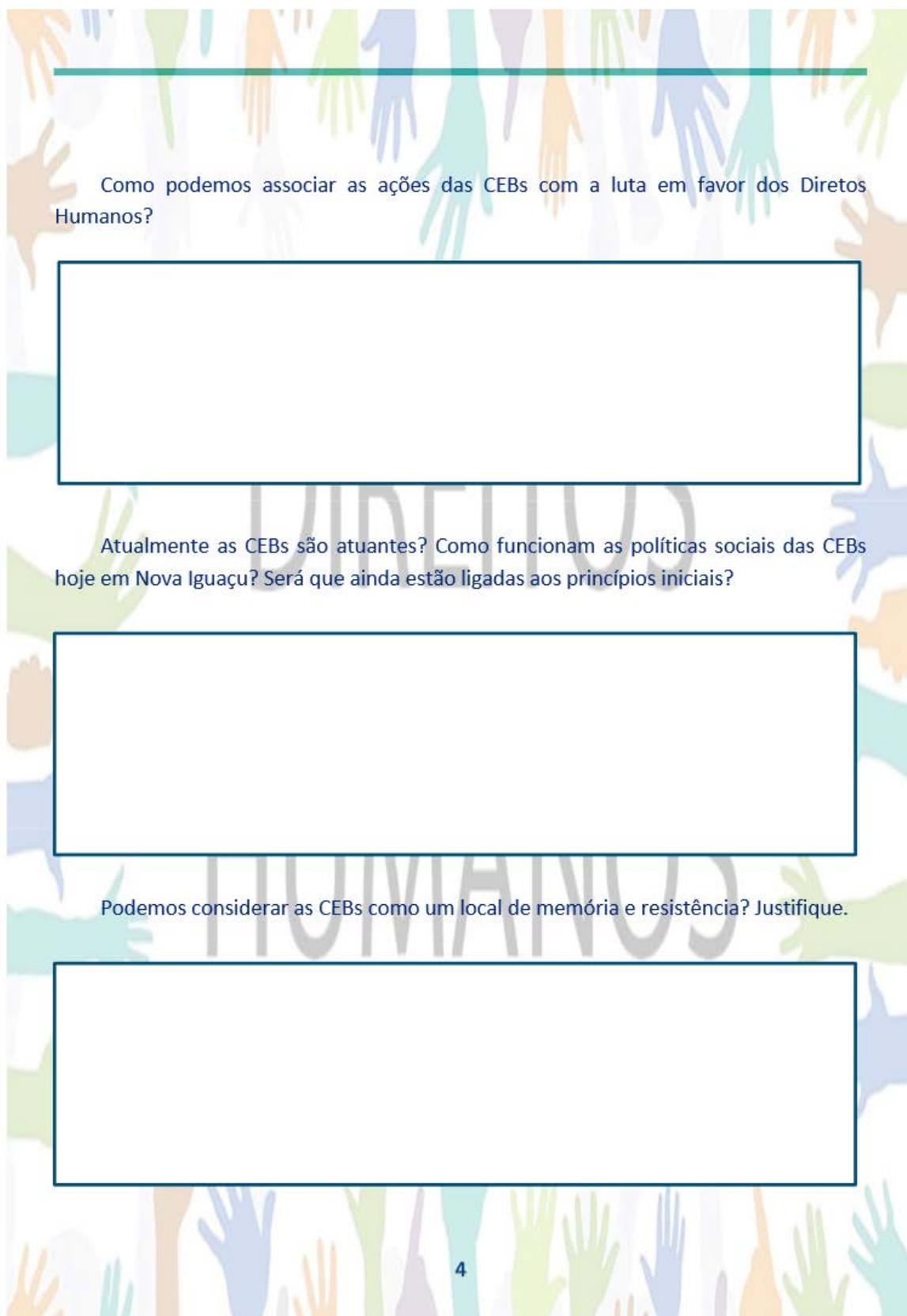
Como vimos, as Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais para a construção de uma consciência política e social das comunidades carentes e sem representatividade em Nova Iguaçu.

Sendo assim, explique como é possível desenvolver este tipo de consciência em uma comunidade que está preocupada com questões mais urgente, como a fome e o desemprego. Como mostrar que suas questões de agora são fruto de problemas estruturais e históricos, produzidas pelo abandono e descaso das autoridades política locais?

O campo de atuação dos Direitos Humanos limita-se à ações contrárias à violência? Justifique sua resposta.

3

Figura 23 – Comunidade Eclesial de Base p. 4 (aplicativo)



Como podemos associar as ações das CEBs com a luta em favor dos Direitos Humanos?

Atualmente as CEBs são atuantes? Como funcionam as políticas sociais das CEBs hoje em Nova Iguaçu? Será que ainda estão ligadas aos princípios iniciais?

Podemos considerar as CEBs como um local de memória e resistência? Justifique.

4

Na manhã do dia 09 de novembro de 1979, a Catedral de Nova Iguaçu e a Igreja de Santo Antônio da Prata (fundada no século XVIII) amanheceram pichadas com inscrições acusando o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, de associação ao comunismo. Essa ação foi fruto de grupos de extrema direita que agiam na Baixada Fluminense. As pichações são dirigidas ao bispo, na tentativa de intimidar ações da diocese em defesa dos Direitos Humanos.

A Diocese de Nova Iguaçu havia se tornado, no final da década de 1970, referência na formação de lideranças comunitárias, organização de movimentos sociais, orientação e busca de representatividade e atendimento, por parte das autoridades políticas, das necessidades demandadas pela sociedade iguaçuana.

Figura 24 – Igreja Santo Antônio da Prata (aplicativo)

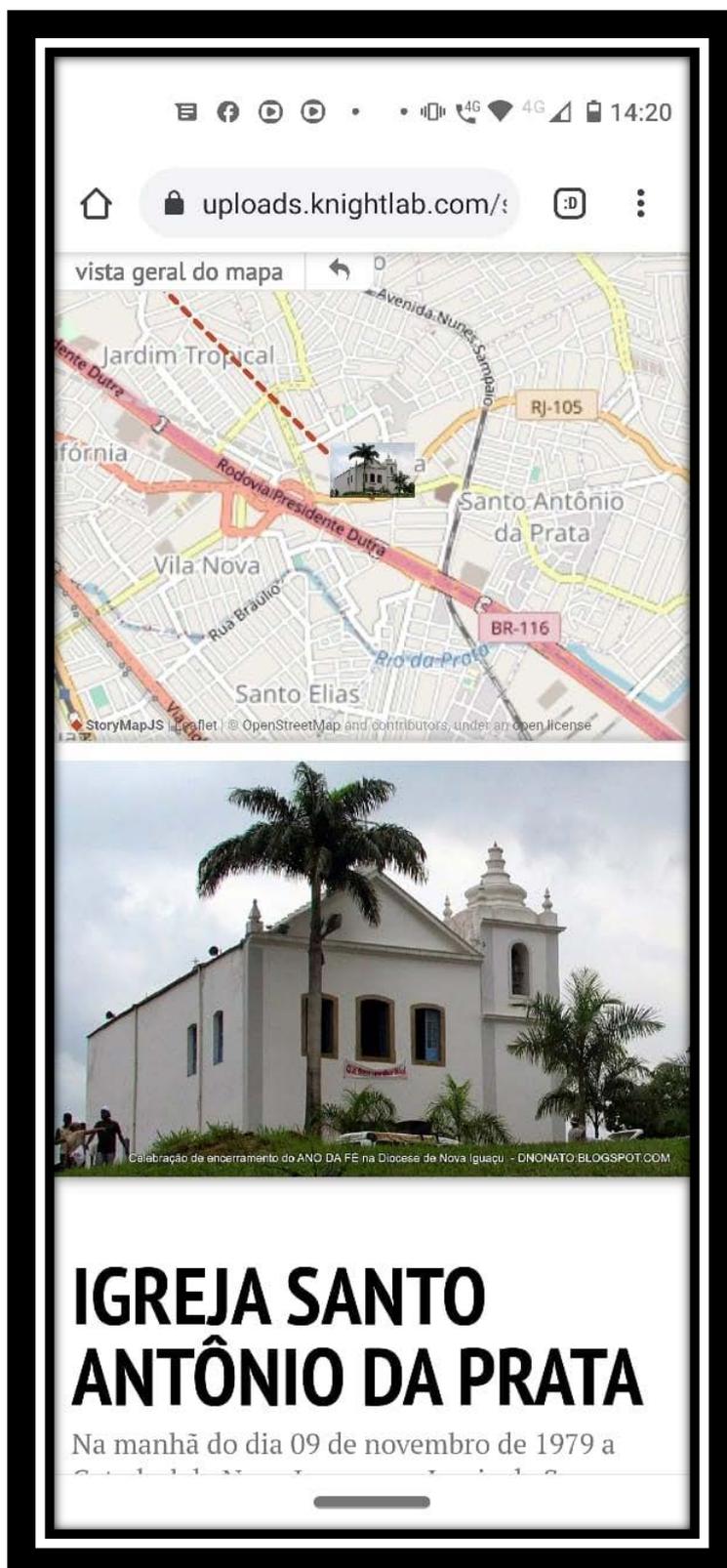


Figura 25 – Igreja de Santo Antônio da Prata p. 1 (aplicativo)

Locais de Memória

Igreja de Santo Antônio da Prata



AS ACUSAÇÕES CONSTANTES
DE ABALAM DOM ADRIANO

Nova Iguaçu (CIC) Quatro homens, protegidos pela escuridão da madrugada de 9 de novembro, fizeram pichações em vermelho na catedral de Nova Iguaçu, RJ, e na Igreja de Santo Antônio, no Bairro da Prata. As inscrições acusam o bispo diocesano dom Adriano Hypólito de comunista. A Comissão de Justiça e Paz da Diocese emitiu um comunicado ao povo, não para defender o Bispo, pois ele não precisa se defender; suas atitudes são límpidas. O comunicado é para o povo, para dizer que semelhantes reações já são esperadas por quem assume uma atitude profética de questionamento de nossa organização social, baseada na desigualdade e na injustiça.

Firmeza - Nos últimos anos as cartas anônimas e os panfletos com ofensas e ameaças têm sido uma constante na vida de D. Adriano. Na noite de 22 de setembro de 1976 foi sequestrado, espancado e abandonado com o corpo pintado de vermelho. Ele acha que é uma reação ao "processo de conscientização e renovação pastoral da Diocese". Estranho, diz ele, seria se não houvesse esse tipo de reação. Ele é apenas um dos muitos membros da Igreja perseguidos por denunciarem as injustiças e defenderem os injustiçados.

Fonte:
http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/56/1/12.%20Not%c3%adcias%20do%20atentado_Pasta_1.pdf

Na manhã do dia 09 de novembro de 1979 a Catedral de Nova Iguaçu e a Igreja de Santo Antônio da Prata (fundada no século XVIII) amanheceram pichadas com inscrições acusando o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, de associação ao comunismo. Esta ação foi fruto de grupos de extrema direita que agiam na Baixada Fluminense. Estas pichações seriam ameaças ao bispo, tentando intimidá-lo a largar as ações da diocese em defesa dos Direitos Humanos.

A Diocese de Nova Iguaçu havia se tornado, no final da década de 1970, referência na formação de lideranças comunitárias, organização de movimentos sociais e orientação e busca de representatividade e atendimento, por parte das autoridades políticas, das necessidades demandadas pela sociedade iguaçuana.

No centro dessas transformações estava Dom Adriano Hypólito. O bispo havia modificado a estratégia de atuação da Igreja Católica em Nova Iguaçu, ao direcionar a pastoral para o atendimento aos mais necessitados, não apenas como forma consolo, mas através de ações mais efetivas, em busca de melhores condições sociais.

1

Figura 26 – Igreja de Santo Antônio da Prata p. 2 (aplicativo)

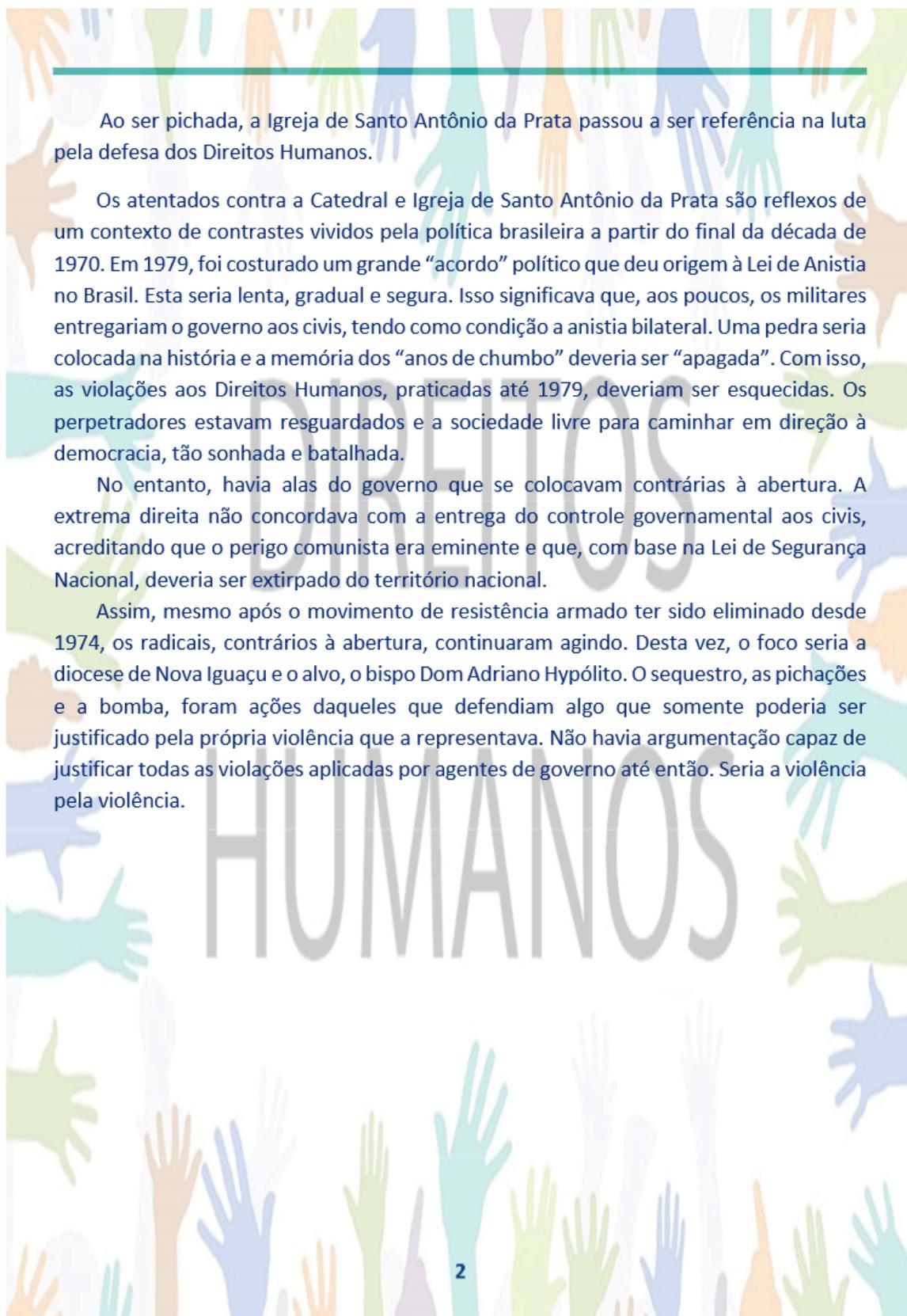
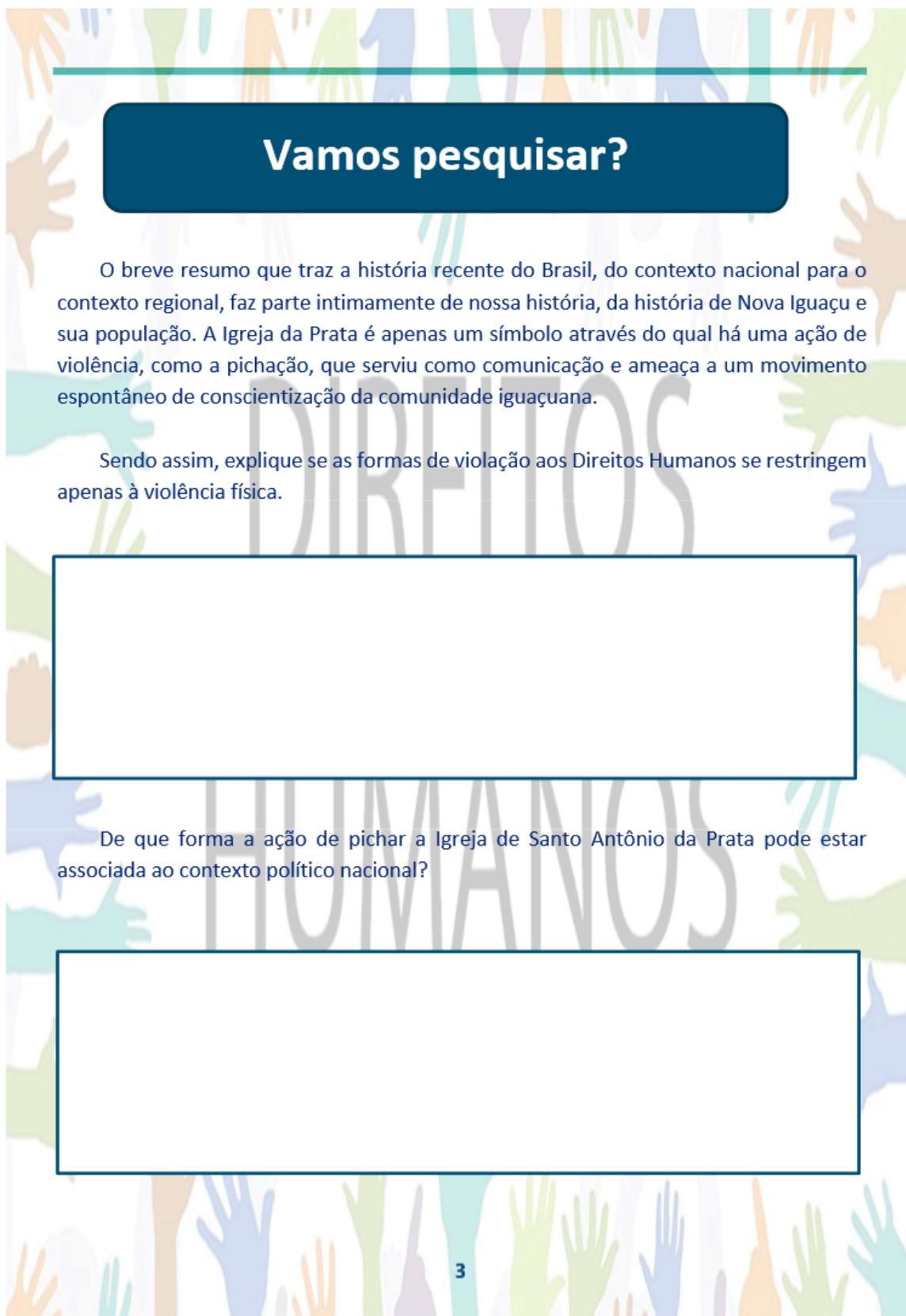


Figura 27 – Igreja de Santo Antônio da Prata p. 3 (aplicativo)



Vamos pesquisar?

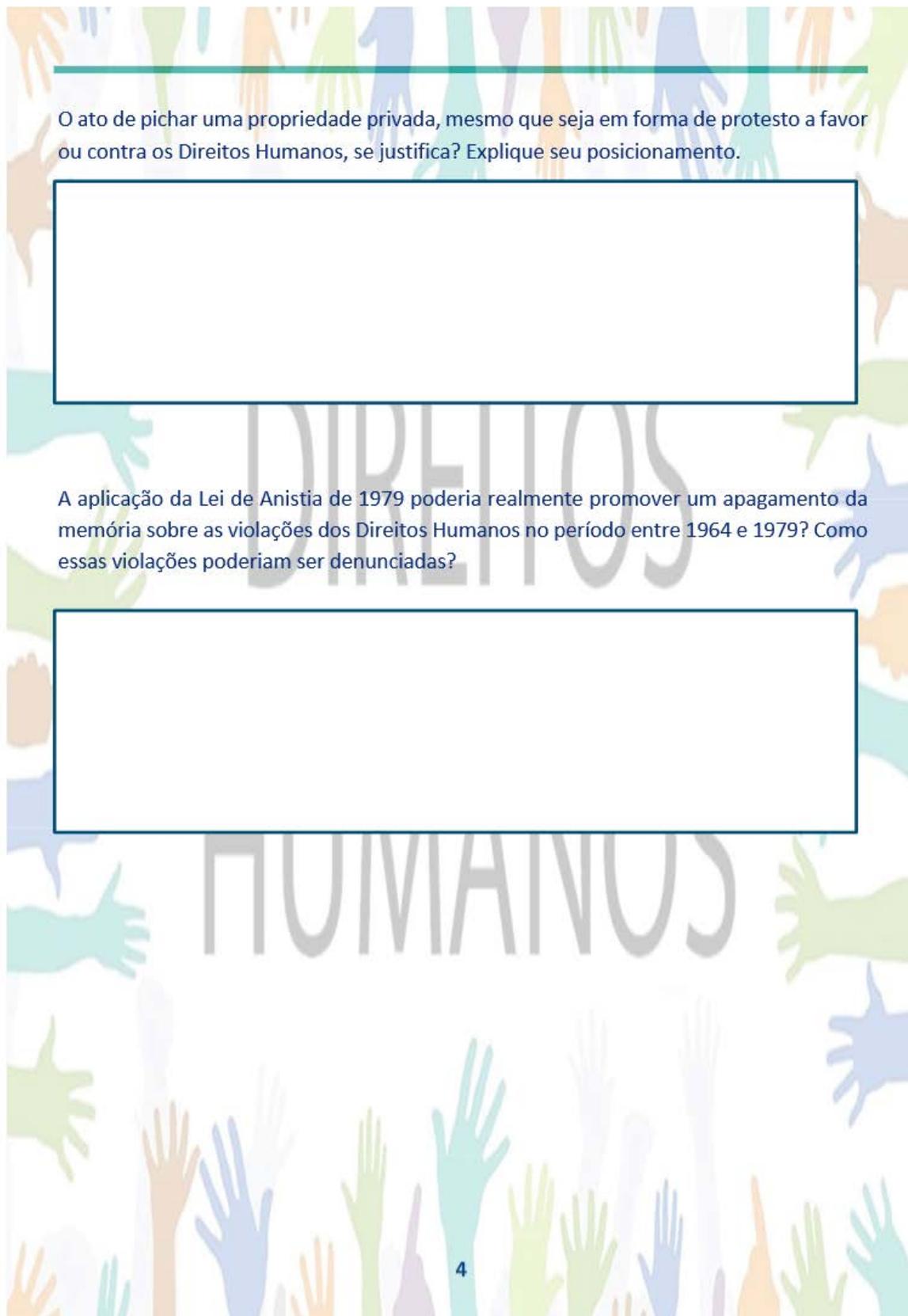
O breve resumo que traz a história recente do Brasil, do contexto nacional para o contexto regional, faz parte intimamente de nossa história, da história de Nova Iguaçu e sua população. A Igreja da Prata é apenas um símbolo através do qual há uma ação de violência, como a pichação, que serviu como comunicação e ameaça a um movimento espontâneo de conscientização da comunidade iguaçuana.

Sendo assim, explique se as formas de violação aos Direitos Humanos se restringem apenas à violência física.

De que forma a ação de pichar a Igreja de Santo Antônio da Prata pode estar associada ao contexto político nacional?

3

Figura 28 – Igreja de Santo Antônio da Prata p. 4 (aplicativo)



O quinto local a ser visitado é o Seminário Diocesano Paulo VI. Fundado em 03 de maio de 1986, o seminário teve como objetivo a formação de lideranças religiosas com base nos ensinamentos que guiaram como ações do bispo enquanto esteve à frente da diocese de Nova Iguaçu.

Dez anos depois do sequestro e treze depois das pichações e da explosão na Catedral de Santo Antônio da Jacutinga, Dom Adriano Hypólito inaugura um seminário em Nova Iguaçu.

Seguindo com sua missão de formar lideranças, o Bispo Dom Adriano funda o seminário com a intenção de propagar a Teologia da Libertação. Para Dom Luciano, isso era fundamental para que uma população seguisse em frente, tendo ânimo para enfrentar seus desafios.

Figura 29 – Seminário Diocesano Paulo VI (aplicativo)

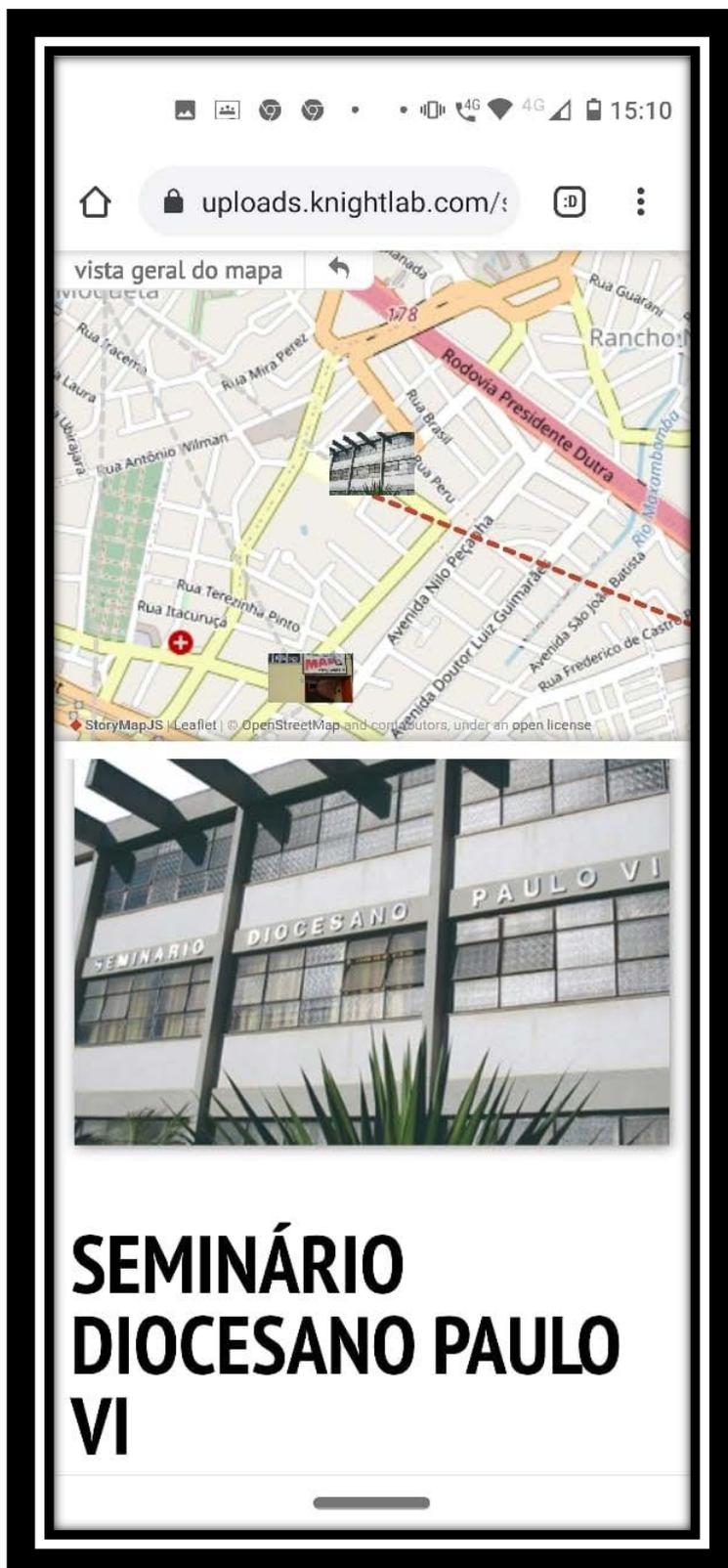


Figura 30 – Seminário Diocesano Paulo VI p. 1 (aplicativo)

Locais de Memória
Seminário Diocesano Paulo VI




Fundado em 03 de maio de 1986, o Seminário Diocesano Paulo VI teve como objetivo a formação de lideranças religiosas com base nos ensinamentos que guiaram as ações do bispo enquanto esteve à frente da diocese de Nova Iguaçu.

Dez anos depois do sequestro e treze depois das pichações e da explosão na Catedral de Antônio da Jacutinga, Dom Adriano Hypólito inaugura um seminário em Nova Iguaçu.

A CASA DA ESPERANÇA

Idas e vindas transformaram o Seminário Paulo VI em a Casa da Esperança – e da Missão – como sempre diz dom Luciano Bergamin, bispo emérito da diocese iguaçuana. Em alguns períodos o local abrigou e formou não somente os futuros presbíteros daquela diocese, mas, também, das Igrejas Particulares de Barra do Pirai – Volta Redonda, Duque de Caxias, Itaguaí e Valença. Bem como de algumas congregações religiosas. Um verdadeiro projeto de comunhão e cooperação.

Seguindo com sua missão de formar lideranças, o Bispo Dom Adriano funda o seminário com a intenção de propagar a Teologia da Libertação, mostrando a importância de formação humana para a atuação religiosa junto às comunidades carentes. O consolo da alma também é fundamental para que a população siga em frente e tenha ânimo para enfrentar seus desafios.

Muitas vezes vista como uma espécie de posicionamento político da Igreja Católica, a Teologia da Libertação abriu uma fissura no pensamento político-cristão dentro da própria instituição. Havia os clérigos mais conservadores, que viam essa nova tendência como um campo de atuação que não deveria ser adotado pela Igreja. Por outro lado, bispos como Dom Adriano que desde o Concílio do Vaticano II já tendiam para uma

1

Figura 31 – Seminário Diocesano Paulo VI p. 2 (aplicativo)

Locais de Memória
Seminário Diocesano Paulo VI




Fundado em 03 de maio de 1986, o Seminário Diocesano Paulo VI teve como objetivo a formação de lideranças religiosas com base nos ensinamentos que guiaram as ações do bispo enquanto esteve à frente da diocese de Nova Iguaçu.

Dez anos depois do sequestro e treze depois das pichações e da explosão na Catedral de Anto Antônio da Jacutinga, Dom Adriano Hypólito inaugura um seminário em Nova Iguaçu.

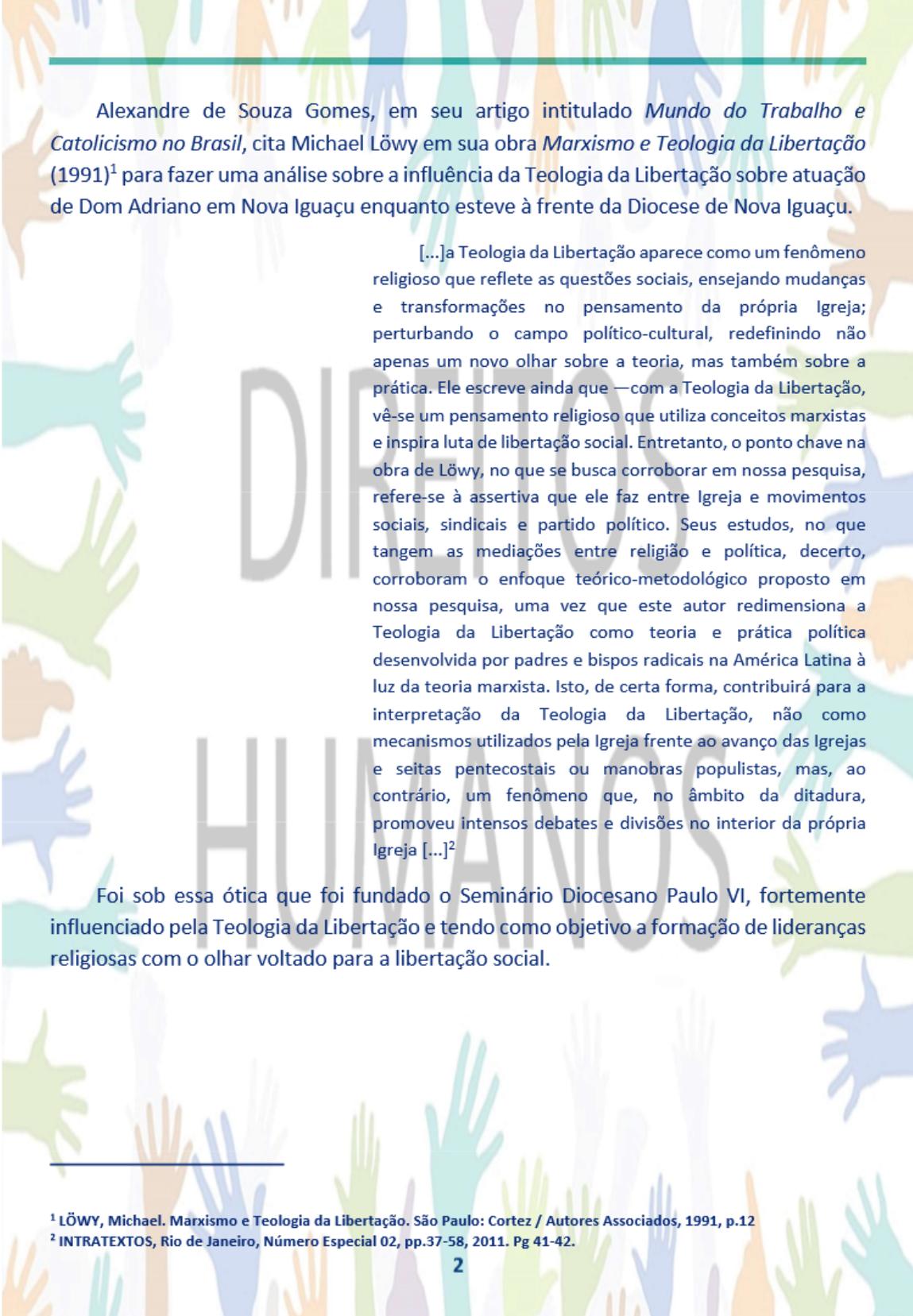
A CASA DA ESPERANÇA

Idas e vindas transformaram o Seminário Paulo VI em a Casa da Esperança – e da Missão – como sempre diz dom Luciano Bergamin, Bispo emérito da diocese iguaçuana. Em alguns períodos o local abrigou e formou não somente os futuros presbíteros daquela diocese, mas também, das Igrejas Particulares de Barra do Piraí – Volta Redonda, Duque de Caxias, Itaguaí e Valença, bem como de algumas congregações religiosas.

Muitas vezes vista como uma espécie de posicionamento político da Igreja Católica, a Teologia da Libertação abriu uma fissura no pensamento político-cristão dentro da própria instituição. Havia os clérigos mais conservadores, que viam essa nova tendência como um campo de atuação que não deveria ser adotado pela Igreja. Por outro lado, bispos como Dom Adriano que desde o Concílio do Vaticano II já tendiam para uma prática mais voltada à ajuda mais efetiva das populações mais carentes. Para estes, a Teologia da Libertação foi um norte para suas ações.

1

Figura 32 – Seminário Diocesano Paulo VI p. 2 (aplicativo)



Alexandre de Souza Gomes, em seu artigo intitulado *Mundo do Trabalho e Catolicismo no Brasil*, cita Michael Löwy em sua obra *Marxismo e Teologia da Libertação* (1991)¹ para fazer uma análise sobre a influência da Teologia da Libertação sobre atuação de Dom Adriano em Nova Iguaçu enquanto esteve à frente da Diocese de Nova Iguaçu.

[...]a Teologia da Libertação aparece como um fenômeno religioso que reflete as questões sociais, ensejando mudanças e transformações no pensamento da própria Igreja; perturbando o campo político-cultural, redefinindo não apenas um novo olhar sobre a teoria, mas também sobre a prática. Ele escreve ainda que —com a Teologia da Libertação, vê-se um pensamento religioso que utiliza conceitos marxistas e inspira luta de libertação social. Entretanto, o ponto chave na obra de Löwy, no que se busca corroborar em nossa pesquisa, refere-se à assertiva que ele faz entre Igreja e movimentos sociais, sindicais e partido político. Seus estudos, no que tangem as mediações entre religião e política, decerto, corroboram o enfoque teórico-metodológico proposto em nossa pesquisa, uma vez que este autor redimensiona a Teologia da Libertação como teoria e prática política desenvolvida por padres e bispos radicais na América Latina à luz da teoria marxista. Isto, de certa forma, contribuirá para a interpretação da Teologia da Libertação, não como mecanismos utilizados pela Igreja frente ao avanço das Igrejas e seitas pentecostais ou manobras populistas, mas, ao contrário, um fenômeno que, no âmbito da ditadura, promoveu intensos debates e divisões no interior da própria Igreja [...]²

Foi sob essa ótica que foi fundado o Seminário Diocesano Paulo VI, fortemente influenciado pela Teologia da Libertação e tendo como objetivo a formação de lideranças religiosas com o olhar voltado para a libertação social.

¹ LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991, p.12

² INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 02, pp.37-58, 2011. Pg 41-42.

Figura 33 – Seminário Diocesano Paulo VI p. 3 (aplicativo)

Vamos pesquisar?

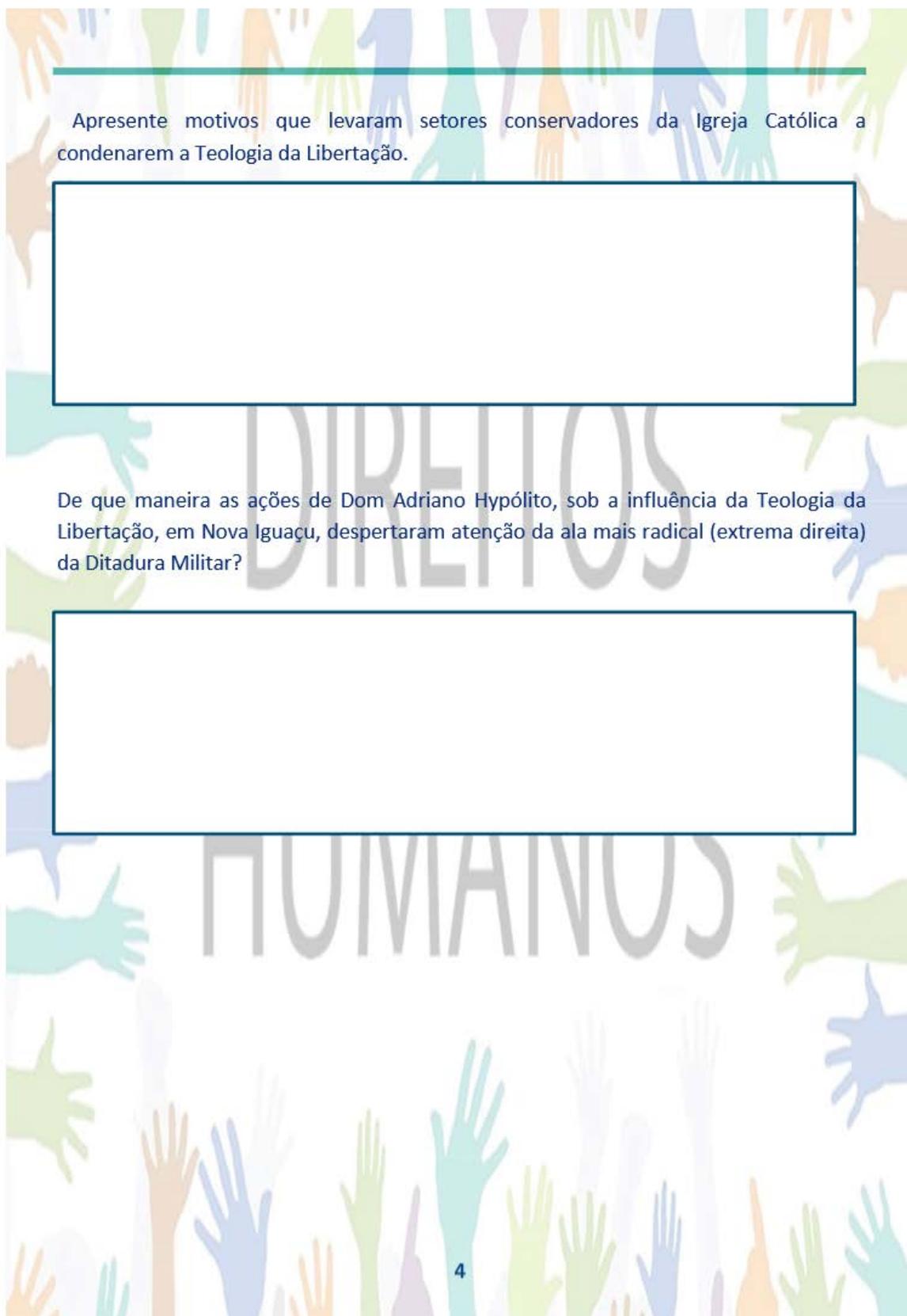
No resumo apresentado sobre a fundação do Seminário Paulo VI, podemos verificar a influência da Teologia da Libertação. Vista como influência política sobre a Igreja, esse novo fazer de alguns clérigos despertou debates e desconfianças dentro da própria Igreja Católica.

Essa transformação sofrida por alguns clérigos pode classificá-los como comunistas? Justifique sua resposta.

Como a Teologia da Libertação pode ser associada à Declaração dos Direitos Humanos?

3

Figura 34 – Seminário Diocesano Paulo VI p. 4 (aplicativo)



Apresente motivos que levaram setores conservadores da Igreja Católica a condenarem a Teologia da Libertação.

De que maneira as ações de Dom Adriano Hypólito, sob a influência da Teologia da Libertação, em Nova Iguaçu, despertaram atenção da ala mais radical (extrema direita) da Ditadura Militar?

4

Próxima parada é o CENFOR. Seguindo a ação da Diocese de Nova Iguaçu de atuar de forma direta na busca por soluções para problemas sociais enfrentados pela população mais carente de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito funda, em 21 de julho de 1973, o CENFOR (Centro de Formação de Líderes).

O CENFOR surgiu com a proposta de formação de lideranças comunitárias que foram capazes de atuar frente às suas comunidades e / ou classe em busca de melhores condições de vida.

Figura 35 – CENFOR – Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (aplicativo)

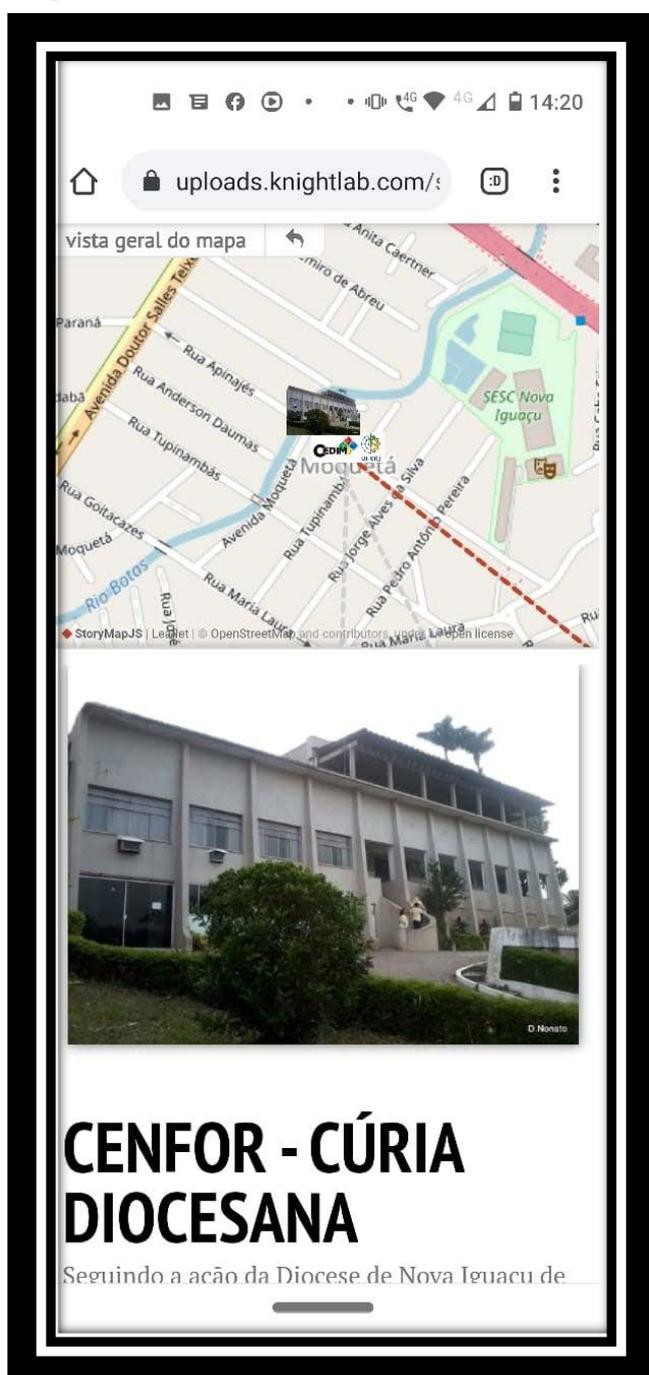


Figura 36 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 1 (aplicativo)

Locais de Memória

CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo



DENÚNCIAS DE ABUSOS

RELIGIOSOS CONTAM COMO MILITARES ATUAVAM

Volto Redonda, 5 de julho de 1969

No momento, chegam-nos ao conhecimento fatos de que não podemos dar explicação a nossos fiéis e operários. É de nosso conhecimento que pessoas detidas no 1º BDI, sediado em Barra Mansa, foram severamente torturadas. Uma delas, depois de posta em liberdade, teve que se recolher a uma Casa de Saúde de recuperação Psíquica. Outra torturada várias vezes a ponto de perder os sentidos.

Dom Waldyr revela tortura em quartel, enquanto dom Adriano relata a dom Eugenio invasão de centro de formação católico

Com nossa saizade no Genher,
+ Waldyr

Volto Redonda, 17/ B/ 1969

Nova Iguaçu, 06 de junho de 1977

Sucedo que os elementos que cercaram o Centro de Formação no dia 19 e os que invadiram as dependências do Centro ao quiseram identificar-se. Tomavam posição agressiva. Procuravam informar-se de tudo. Vistoriavam as salas e os diversos grupos que naquele dia trabalhavam no Centro. Armas, portando inclusive metralhadora, anotando placas dos muitos carros que vinham ao Centro, desenhando a casa, procurando por todos os meios causar pressão,

Desajando-lhe as graças de Espírito Santo, fraternalmente
Adriano

Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518610/noticia.html?sequence=1>

Seguindo a ação da Diocese de Nova Iguaçu de atuar de forma direta na busca por soluções para problemas sociais enfrentados pela população mais carente de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito funda, em 21 de julho de 1973, o CENFOR (Centro de Formação de Líderes). Um dos mais importantes centros de formação do Brasil, o CENFOR surgiu com a proposta de formação de lideranças comunitárias que fossem capazes de atuar frente às suas comunidades e/ou classe em busca de melhores condições de vida.

Por meio de cursos, encontros, dias, manhãs, tardes de formação, retiros, congressos, seminários, assembleias, conferências, sessões, palestras etc., gostaríamos de atingir ou de ver atingidos todos aqueles que são portadores de alguma responsabilidade na Igreja, no Estado e na sociedade. Pensamos em todas as elites, entendendo-as não em estreito sentido de "cúpula" mas de multiplicadores sociais, isto é, pensamos em todos os que por sua vocação, profissão, tarefas,

1

Figura 37 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 2 (aplicativo)



Figura 38 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 3 (aplicativo)

Mesmo depois de ter sido sequestrado em 1976, deixado nu e pintado de vermelho, o carro explodido em frente à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Adriano inaugura, em 1993 inaugura o Centro de Direito Humanos. Este atua com programa de proteção às vítimas de violência, fornecendo auxílio espiritual, psicológico e material.

O sequestro de Dom Adriano em 1976 evidencia o incômodo causado pelo bispo às autoridades e grupos de extrema direita que controlavam a política nacional naquele momento. Taxado de comunista, o bispo após ser torturado, foi deixado em Jacarepaguá – lugar distante de Nova Iguaçu – teve seu corpo exposto, entre outras violações.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/2015/11/22/3046-quem-sao-os-bispos-catolicos-que-atuaram-contraditadura-militar>



Atentado. Fusca de dom Adriano destruído por uma bomba: bispo foi encontrado pintado de vermelho em Jacarepaguá- Arquivo/23-09-1976

Figura 39 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 4 (aplicativo)



Figura 40 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 5 (aplicativo)

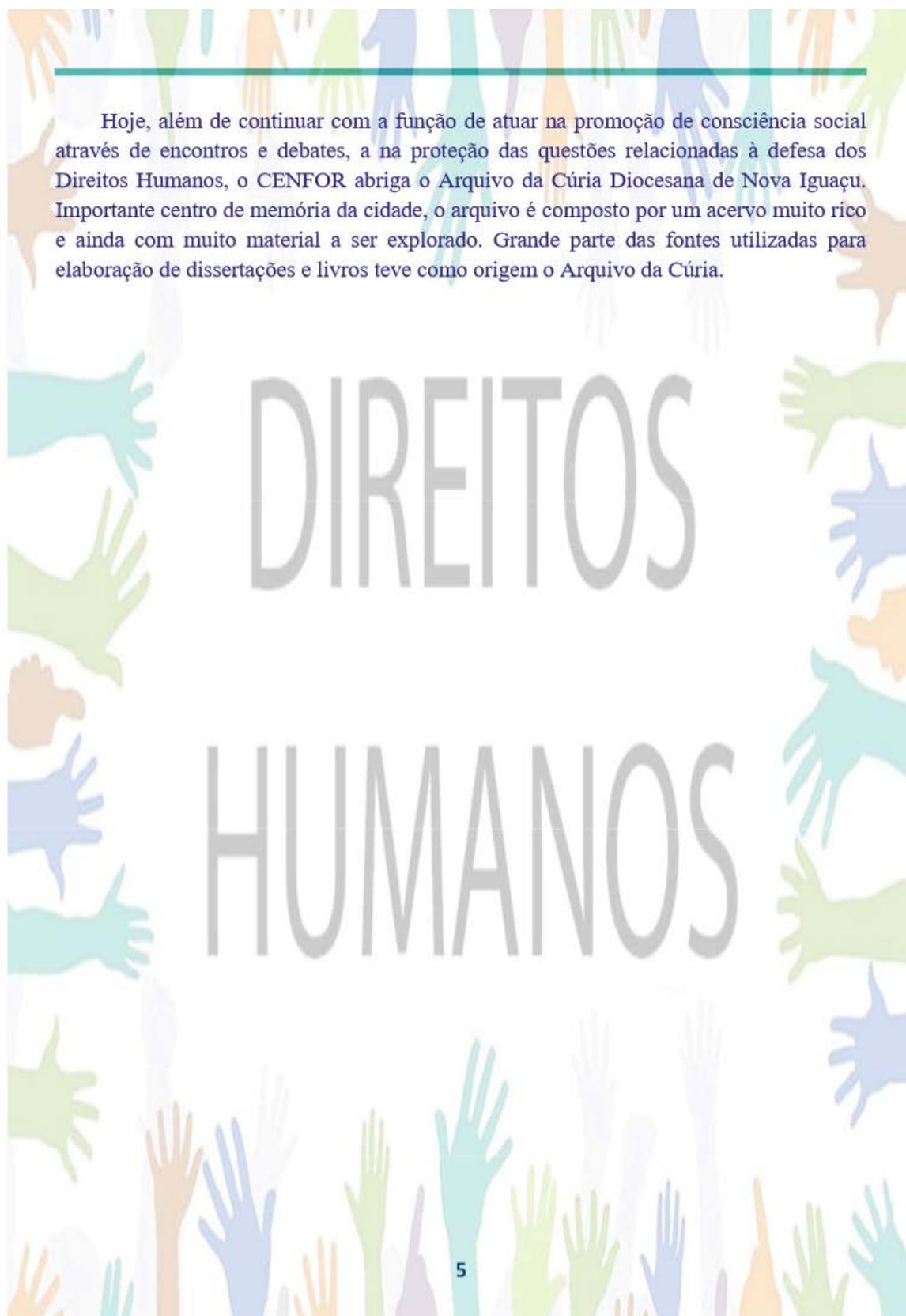


Figura 41 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 6 (aplicativo)

Vamos pesquisar?

De que maneira a formação de lideranças comunitárias pode contribuir para uma mudança efetiva na realidade de uma cidade?

O CENFOR foi criado em 1973, tendo como função a formação de líderes e a defesa dos Direitos Humanos. Que momento político o Brasil estava vivendo em 1973? Como a criação do CENFOR pôde contribuir para a atitude violenta contra Dom Adriano Hypólito?

6

Figura 42 – CENFOR – Centro de Formação de Líderes, Cúria Diocesana e Arquivo p. 7 (aplicativo)

No mesmo dia, 22 de abril de 1976, em que torturaram e assassinaram o operário Manuel Fiel Filho no DOI-Codi de São Paulo, os AGENTES DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR sequestraram, torturaram, abandonaram SEM ROUPAS e com o corpo pintado de vermelho D. Adriano Hipólito em um matagal em Jacarepaguá.

<https://www.facebook.com/EsquerdaRevolucionaria/posts/2390976177588686/>

A morte de Manuel Fiel Filho foi consequência da luta armada entre a resistência e a Ditadura Militar. Compreendendo as realidades apresentadas, estabeleça uma relação entre a morte de Fiel Filho e o sequestro de Dom Adriano Hypólito.

Em 19 de junho de 1977, homens armados até com metralhadora invadiram o Centro de Formação de Líderes da Igreja, em Nova Iguaçu — que hoje guarda o acervo do bispo — e impediram a realização de congresso sobre direitos.

[humanos.https://www.facebook.com/EsquerdaRevolucionaria/posts/2390976177588686/](https://www.facebook.com/EsquerdaRevolucionaria/posts/2390976177588686/)

Invasões e violações de Direitos Humanos eram comuns por parte das forças de repressão do governo. Neste período, o Brasil estava sendo presidido pelo general Ernesto Geisel, momento de transição em que Geisel anunciava a abertura “lenta, segura e gradual”, momento em que a Constituição Brasileira, “promulgada” em 1967, estava em vigor.

Considerando o texto apresentado, apresente argumentos que colocam em lados opostos a Constituição de 1967 e o respeito às Diretrizes do ONU para os Direitos Humanos.

Outro local que representa resistência é o MAB. Nova Iguaçu, a partir do final da Segunda Guerra Mundial sofre um processo de migração em massa. Este fator deve-se, em grande parte, segundo Percival Tavares, ao crescimento do Grande Rio e aos altos preços dos imóveis, que deslocam populações mais pobres para as regiões periféricas mais afastadas. Até 1950 com cerca de 145.649 habitantes, o município ainda detinha maioria da população morando em áreas rurais, devido, principalmente à citricultura. O cultivo de laranja rendeu à Nova Iguaçu o apelido de “cidade perfumada”. O acelerado crescimento demográfico na década de 1960 e a constante queda da produção agrícola colaboram para a inversão da situação campo / cidade, as áreas de laranjais cederam espaços para loteamentos a baixos preços, que estimulam a migração para Nova Iguaçu e o processamento de áreas rurais em urbanas. Com um aumento de mais de 100%, a população chega a 359.364 e passa a ser predominantemente urbana, tendo cerca de 70% dos moradores vivendo na cidade. O crescimento populacional requer programas sociais como obras de saneamento básico. Para exigir as melhores condições para a cidade e seus cidadãos, uma população se organiza em torno de associações como a Pró-melhoramento de bairros, cujo primeiro congresso se dá em 1960.

Figura 44 – MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 1 (aplicativo)



Locais de Memória

MAB – Movimento Amigos de Bairro

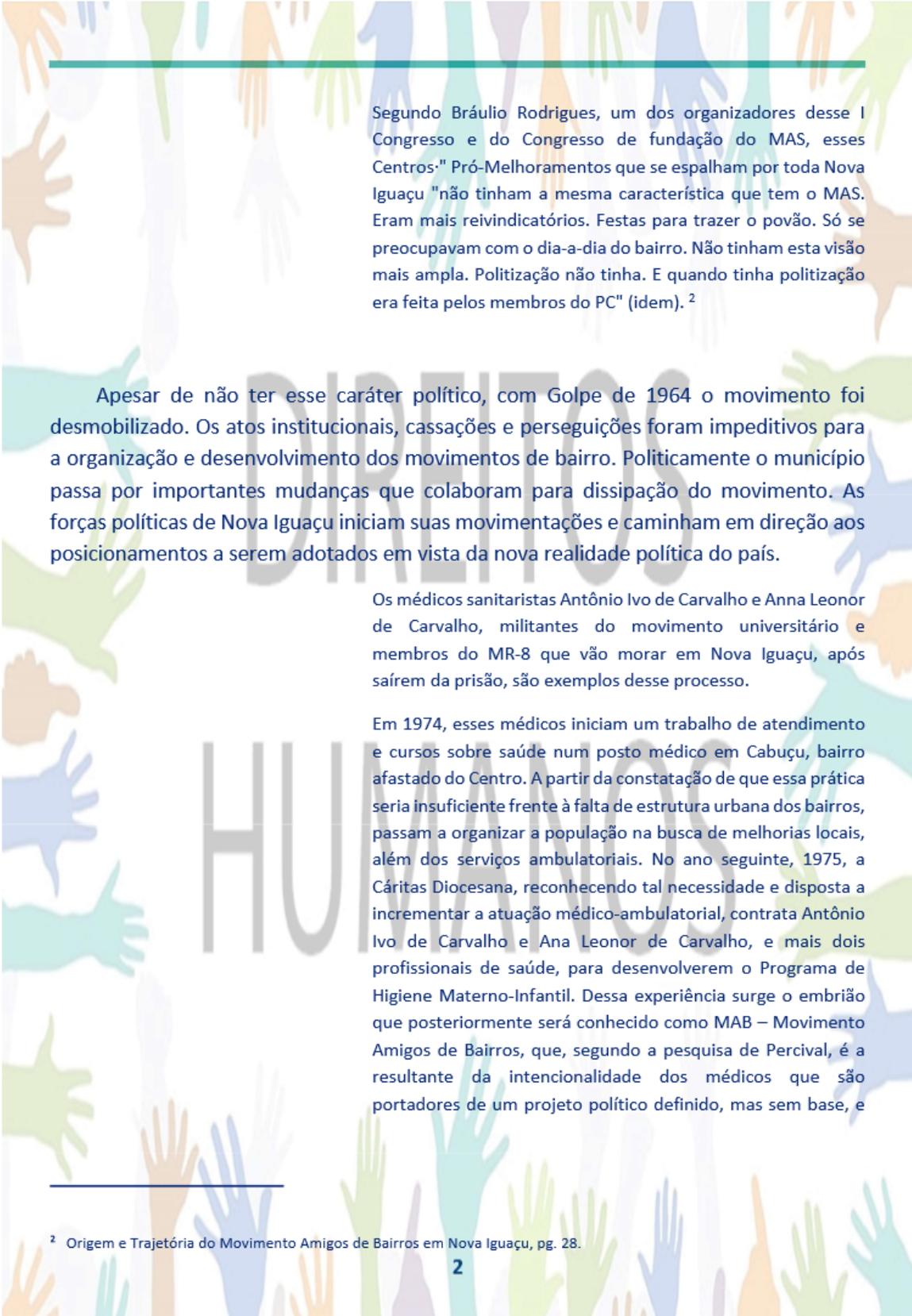
[...] o MAB foi, no início da década de 1980, considerado um dos maiores movimentos sociais do Rio de Janeiro, de “Revolta no interior da Revolução”, tal como os militares denominavam o golpe civil-militar de 1964. Porque na busca por melhorias nos serviços públicos “à gente simples” de Nova Iguaçu se organiza em associações de bairros e numa grande articulação faz mobilizações para impor ao poder local suas reivindicações. [...]¹

Nova Iguaçu, que a partir do final da Segunda Guerra Mundial sofre um processo de migração em massa. Este fator deve-se em grande parte, segundo Percival Tavares, ao crescimento do Grande Rio e aos altos preços dos imóveis, que deslocam as populações mais pobres para as regiões periféricas mais afastadas. Até 1950 com cerca de 145.649 habitantes, o município ainda detinha maioria da população morando em áreas rurais, devido, principalmente à citricultura. O cultivo de laranja rendeu à Nova Iguaçu o apelido de “cidade perfumada”. O acelerado crescimento demográfico na década de 1960 e a constante queda da produção agrícola colaboram para a inversão da situação campo/cidade, as áreas de laranjais cederam espaços para loteamentos a baixos preços, que estimularam a migração para Nova Iguaçu e a transformação de áreas rurais em urbanas. Com um aumento de mais de 100%, a população chega a 359.364 e passa ser predominantemente urbana tendo, cerca de 70% dos moradores vivendo na cidade. O Crescimento populacional demanda programas sociais como obras de saneamento básico. Para exigir melhores condições para a cidade e seus cidadãos, a população se organiza em torno de associações como a Pró-melhoramento de bairros, cujo primeiro congresso é se dá em 1960. Apesar de terem à frente do movimento o PCB (Partido Comunista do Brasil), não tinham caráter político. Suas preocupações giravam em torno de reivindicação por melhorias nos bairros.

¹ SERAFIM, Adriana da Silva, “D. Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982)”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Pg. 3

1

Figura 45 – MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 2 (aplicativo)



Segundo Bráulio Rodrigues, um dos organizadores desse I Congresso e do Congresso de fundação do MAS, esses Centros "Pró-Melhoramentos que se espalham por toda Nova Iguaçu "não tinham a mesma característica que tem o MAS. Eram mais reivindicatórios. Festas para trazer o povão. Só se preocupavam com o dia-a-dia do bairro. Não tinham esta visão mais ampla. Politização não tinha. E quando tinha politização era feita pelos membros do PC" (idem).²

Apesar de não ter esse caráter político, com Golpe de 1964 o movimento foi desmobilizado. Os atos institucionais, cassações e perseguições foram impeditivos para a organização e desenvolvimento dos movimentos de bairro. Politicamente o município passa por importantes mudanças que colaboram para dissipação do movimento. As forças políticas de Nova Iguaçu iniciam suas movimentações e caminham em direção aos posicionamentos a serem adotados em vista da nova realidade política do país.

Os médicos sanitaristas Antônio Ivo de Carvalho e Anna Leonor de Carvalho, militantes do movimento universitário e membros do MR-8 que vão morar em Nova Iguaçu, após saírem da prisão, são exemplos desse processo.

Em 1974, esses médicos iniciam um trabalho de atendimento e cursos sobre saúde num posto médico em Cabuçu, bairro afastado do Centro. A partir da constatação de que essa prática seria insuficiente frente à falta de estrutura urbana dos bairros, passam a organizar a população na busca de melhorias locais, além dos serviços ambulatoriais. No ano seguinte, 1975, a Cáritas Diocesana, reconhecendo tal necessidade e disposta a incrementar a atuação médico-ambulatorial, contrata Antônio Ivo de Carvalho e Ana Leonor de Carvalho, e mais dois profissionais de saúde, para desenvolverem o Programa de Higiene Materno-Infantil. Dessa experiência surge o embrião que posteriormente será conhecido como MAB – Movimento Amigos de Bairros, que, segundo a pesquisa de Percival, é a resultante da intencionalidade dos médicos que são portadores de um projeto político definido, mas sem base, e

² Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu, pg. 28.

Figura 45 – MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 3 (aplicativo)

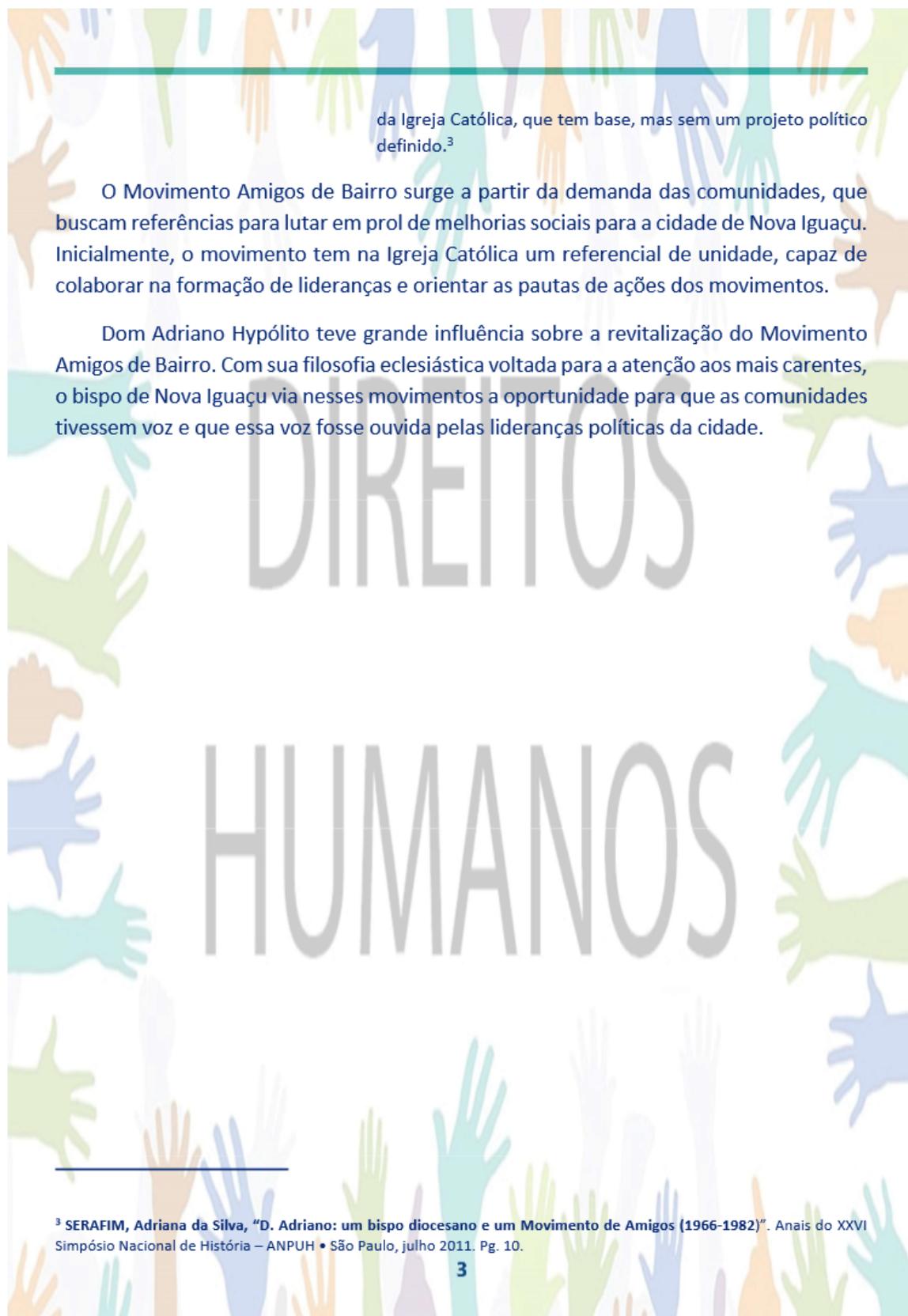


Figura 46 – MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 4 (aplicativo)

Vamos pesquisar?

Como vimos, o Movimento Amigos de Bairro (MAB) foi fruto de demandas surgidas pela sociedade iguaçuana a partir da década de 1950.
Que tipos de demandas esse movimento poderia reivindicar?

Por qual motivo o Movimento Amigos de Bairro foi desmobilizado na década de 1960?

4

Figura 47 – MAB – Movimento Amigos de Bairro p. 5 (aplicativo)

Qual foi a participação da Igreja no ressurgimento do movimento? Como esse movimento era visto pelas autoridades políticas locais?

O Movimento Amigos de Bairro ainda existe atualmente? Em caso de positivo, explique se sua atuação é a mesma da década de 1970.

5

A Catedral de Santo Antônio de Jacutinga é um dos mais importantes locais de memória da cidade. O local sofreu muitas violações como pixações e uma explosão em seu sacrário.

Figura 48 – Catedral Sato Antônio de Jacutinga (aplicativo)

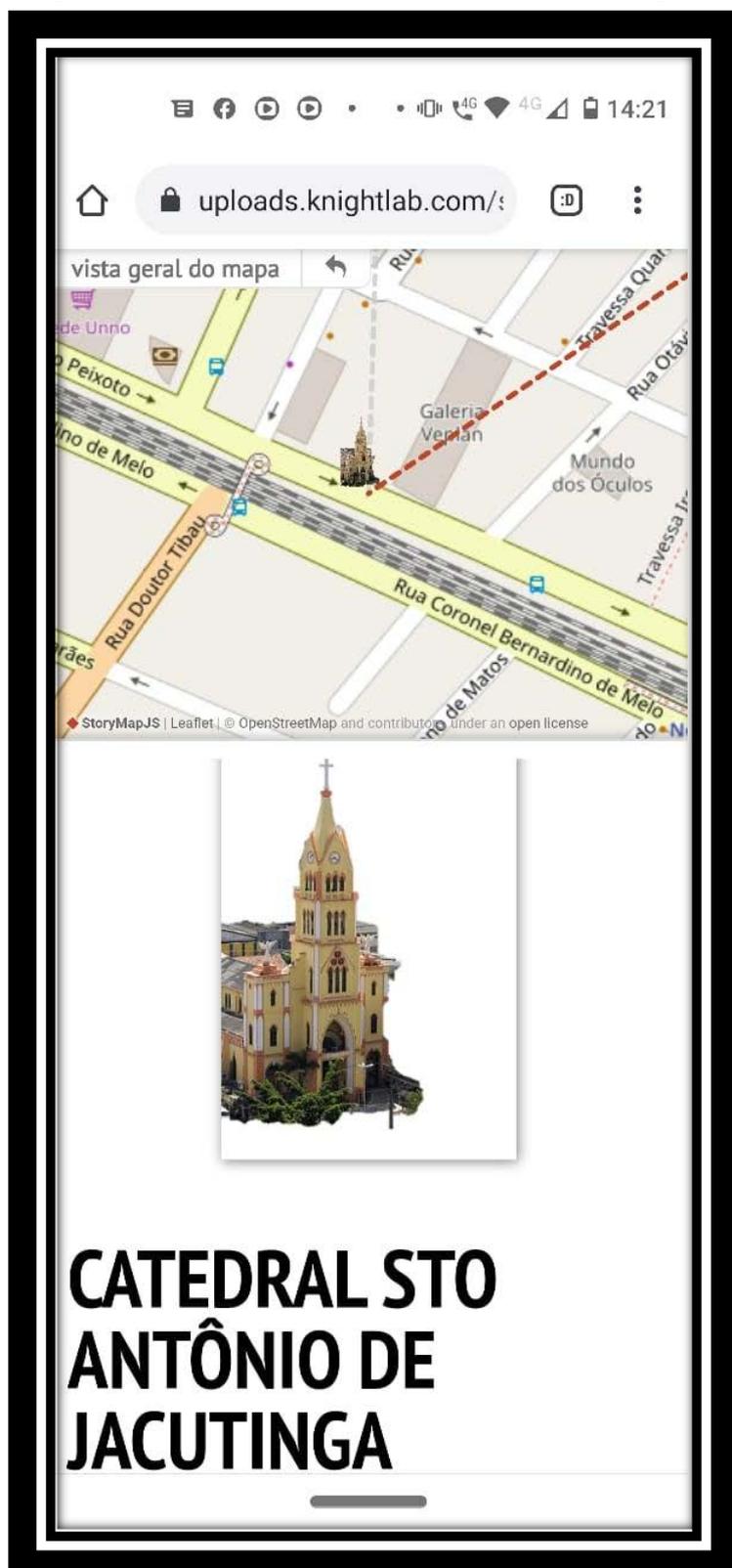


Figura 49 – Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 1 (aplicativo)

Locais de Memória
Catedral de Santo Antônio de Jacutinga



<https://dnonato.blogspot.com/2012/02/explosao-de-uma-bomba-na-catedral.html>

A placa foi colocada no sacrário da Catedral de Santo Antônio da Jacutinga, no Centro de Nova Iguaçu. É um registro sobre a memória recente da história da cidade, relacionando a ação da Igreja católica e a Ditadura Militar, tendo como um dos principais personagens, o Bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito. Depois de iniciar sua trajetória como bispo na cidade e promover ações para o desenvolvimento de lideranças e em defesa dos Direitos Humanos, Dom Adriano foi rotulado de bispo vermelho e sofreu inúmeras ameaças e violações. O sequestro, tortura e explosão do carro particular em 1976 tentaram silenciar o bispo. Dom Adriano não parou. Aconselhado a deixar a Baixada Fluminense, Dom Adriano explica:

— Eu não ia dar esse gosto aos meus sequestradores. O sequestro, não tenho dúvidas, foi organizado por militares da linha-dura, mas o inquérito jamais apontou responsáveis. Fui encapuzado, algemado e levado num carro, que passou pelo menos duas vezes pela Vila Militar. Tiraram minha roupa e, depois de me baterem, me pintaram com um spray vermelho, sempre me acusando de ser comunista. Eu estava preparado

1

Figura 50 – Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 2 (aplicativo)

para morrer, mas, como eles mesmos disseram, foi só uma lição — contou dom Adriano Hypólito, em entrevista ao GLOBO publicada na edição de 13 de novembro de 1994.

<https://diariodorio.com/dom-adriano-hypolito-o-bispo-da-baixada/>

Em 1977 outra violação, o Centro de Formação de Líderes (CENFOR) foi invadido por homens armados. A ação teve como finalidade impedir a realização de um congresso sobre Direitos Humanos.

Em novembro de 1979, a Catedral de Santo Antônio da Jacutinga, a Igreja de Santo Antônio da Prata entre outras igrejas amanheceram pichadas sob a inscrições acusando o bispo de “vermelho” e a Diocese de Nova Iguaçu estar associada ao comunismo, “Aqui sede do PCB”.



<https://diariodorio.com/dom-adriano-hypolito-o-bispo-da-baixada/>

O último grande atentado aconteceu no dia 20 de dezembro de 1979. Neste dia ocorreu uma explosão que destruiu o altar da catedral da Diocese. Dom Adriano recebeu inúmeras manifestações de solidariedade. Cartas foram enviadas de várias partes do Brasil e do mundo, com o exemplo abaixo, uma carta enviada pelos agentes da pastoral da paróquia de Santa Inês

Figura 51 – Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 3 (aplicativo)

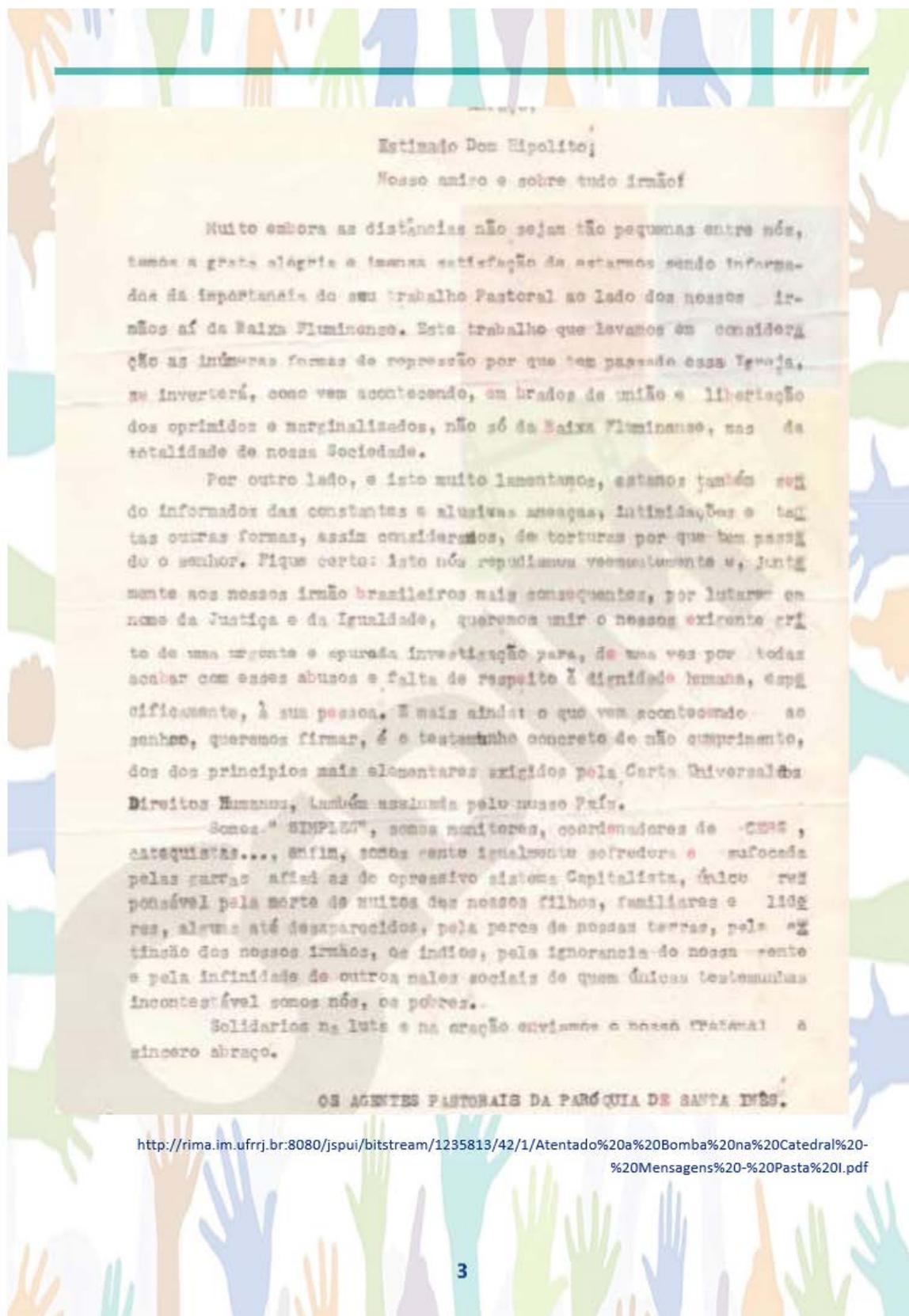


Figura 52 – Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 4 (aplicativo)

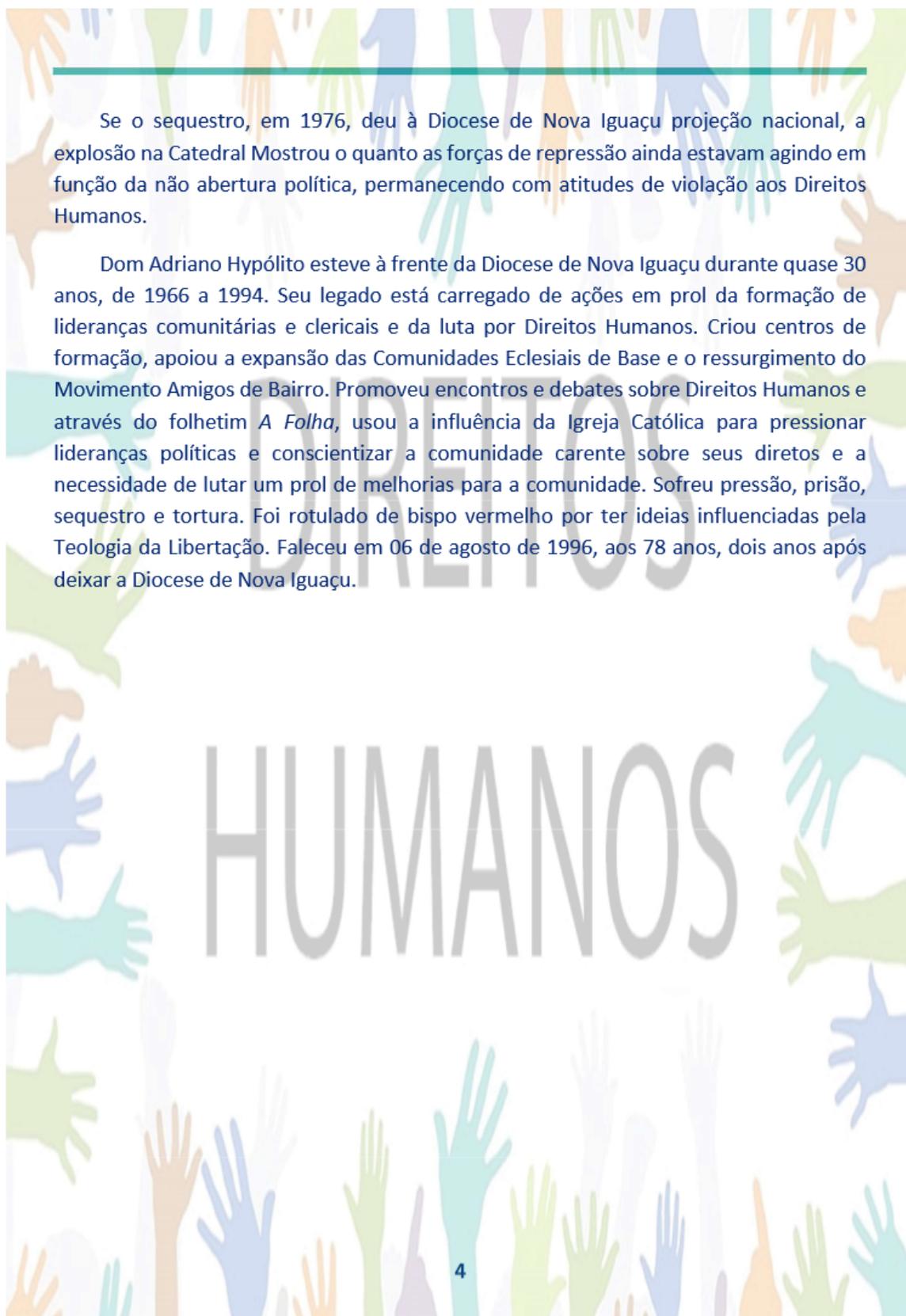


Figura 53 – Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 5 (aplicativo)



Vamos pesquisar?

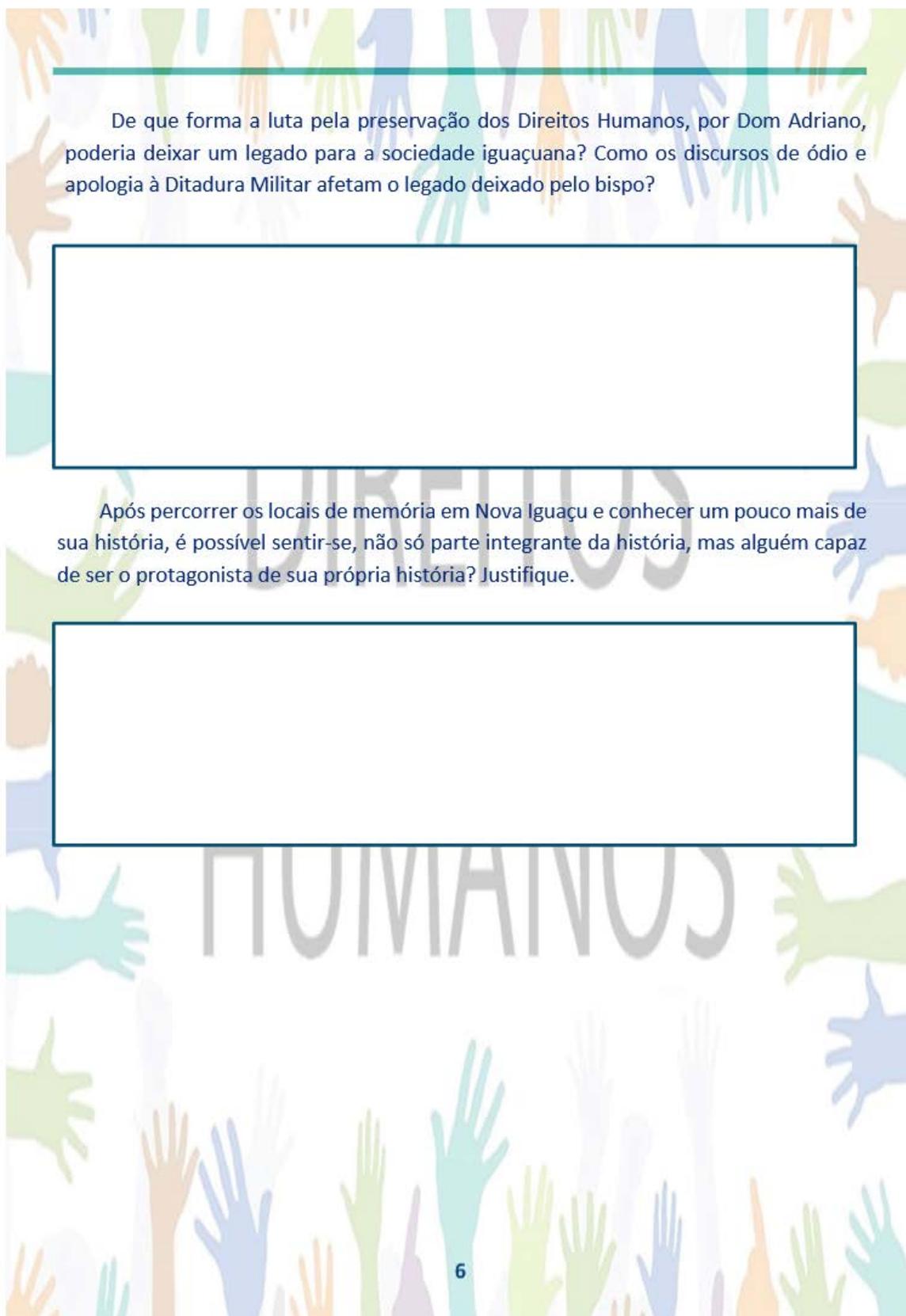
O texto apresentado nos remete ao período da Ditadura Militar, relatando ações de violação aos Direitos Humanos. Para que tivesse legitimidade, foram anexadas ao texto algumas fontes escritas e pictográficas.

De que forma o uso das fontes podem legitimar um discurso? A fonte por si só representa a verdade? Justifique suas respostas.

Você acredita que a utilização da História Local, torna mais fácil o entendimento de determinadas questões que antes pareciam distante de sua realidade, como a Ditadura Militar?

5

Figura 54 – Catedral de Santo Antônio de Jacutinga p. 6 (aplicativo)



A última parada não é conhecida historicamente por ser um local de memória ou resistência do passado, mas foi incluído neste roteiro por ter se tornado em um importante local de resistência por catalogar, digitalizar e guardar grande volume de fontes que fazem referência à resistência e luta em prol dos Direitos Humanos em Nova Iguaçu. O CEDIM é um arquivo digital. Graças à ação em conjunto entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu e o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, hoje é possível ter acesso a centenas de informações e fontes através da internet. Esta ação facilitou o acesso à informação, diminuindo a distância, o gasto de tempo e dinamizando a pesquisa. Com isso, pesquisadores de todo o mundo podem ter acesso aos arquivos a qualquer hora, de qualquer lugar, desde que estejam conectados à internet.

Figura 56 – QRCode para acesso ao aplicativo.



CONCLUSÃO

Trabalhar com memória no espaço escolar é algo subjetivo e abstrato. Entretanto, se utilizarmos certas estratégias como ferramentas pedagógicas, podemos obter resultados significativos. Sendo assim, o uso de documentos nas aulas de história passou a ser fundamental. Passar do concreto para o abstrato, ou seja, do fato relatado e/ou comprovado através de fontes históricas para as teorias desenvolvidas nas academias, são desafios que muitos professores de História enfrentam no cotidiano da sala de aula.

A partir dessa necessidade foi pensado um produto para trabalhar com a História Local, Locas de Memória e Ensino de História: a elaboração de um “mapa virtual de memórias”, usando a cidade de Nova Iguaçu como ponto de interseção para a melhor compreensão de fatos e questões lançadas pela História recente do Brasil. O produto tem como objetivo trabalhar as diversas memórias associadas ao período de regime militar no Brasil relacionadas à cidade de Nova Iguaçu e à atuação do bispo Dom Adriano Hypólito, ao elaborar um mapa de memórias tendo como foco os locais utilizados por Dom Adriano em sua prática de formação de lideranças e promoção de ações sociais com base nos Direitos Humanos. Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, foi selecionada por ser o local de minha prática docente e importante polo de resistência à Ditadura Militar nas décadas de 1960 e 1970, por vezes invisibilizado na narrativa da História “oficial”. Foi dado ênfase ao sequestro do Bispo de Nova Iguaçu em 1976, Dom Adriano Hypólito, por acreditar que tal acontecimento potencializa o conjunto de nossos objetivos.

O mapa virtual deve ser utilizado como estratégia para fomentar o debate acerca dos acontecimentos da época e evocar as batalhas de memória, não para apontar qual memória deve ser privilegiada, mas para a compreensão da importância desse jogo da memória para o estímulo ao senso crítico e o respeito à diferentes visões. A construção do mapa busca estimular a compreensão da História como algo dinâmico e vivo, que se reinventa a partir das reelaborações, como defendido por Reinhart Koselleck⁶⁴. Pretende-se apresentar conceitos que levem à

⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart. ‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: EdPUC-Rio, 2006

reflexão do aluno, para que sejam capazes de dialogar com suas narrativas, a fim de tornar o debate mais rico e fundamentado. A intenção aqui não é uniformizar a memória, mas trabalhar com esse conceito de forma mais concreta e próxima da realidade dos alunos.

A ferramenta utilizada para a elaboração do ‘mapa de memórias’, foi o StoryMap e a utilização de QRCode. Esse produto mapeou alguns locais de memória relacionados com o período em que Dom Adriano Hypólito esteve como bispo da Diocese de Nova Iguaçu e sua atuação na criação de espaços de formação de lideranças e resistência na cidade. Ao acessar esse mapa, os alunos poderão refletir e debater sobre as diferentes memórias relacionadas ao tema, mobilizando conceitos como os já citados aqui, além de trabalharem com os Direitos Humanos, democracia, ditadura e protagonismo histórico. No caso desta, a Ditadura Militar.

O aplicativo é interativo e pode ser atualizado, tendo a possibilidade de ampliar os arquivos oferecidos, inclusive com novos links e fontes primárias digitalizadas. Os locais de memória foram selecionados devido à sua importância histórica, associado à possibilidade de acesso às fontes e disponibilidade de acesso. Muitos dos documentos e informações foram retirados do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e do acervo digital do Repositório Institucional IM-UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

O produto pode ser utilizado por professores de diferentes segmentos, como Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação Superior. Não está restrito às aulas de História, também podendo ser utilizado nas aulas de Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia entre outras.

O aplicativo é uma alternativa, em tempos de pandemia COVID-19 e isolamento social, pois propõe uma visita virtual aos locais. Além disso, aproxima as distâncias, tendo em vista que determinados locais estão na periferia de Nova Iguaçu, dificultando a visita em apenas uma saída pedagógica. Sua utilização como ferramenta pedagógica para professores e estudantes contribui de forma significativa para a popularização dos espaços de memória em Nova Iguaçu, e para a manutenção da identidade enquanto objeto de resistência.

Esperamos, com este produto, estimular a criação de outros materiais, utilizando essa tecnologia, colaborando para a utilização de novas ferramentas digitais que possam permitir maior acesso aos espaços de memória, colaborando

com o reflexões e debates sobre o processo democrático, em tempos de disputas políticas de memória, enraizadas na sociedade brasileira atual.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. **“Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?”**. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). **Qual o valor da História hoje?**. 1ed.Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, v.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, GUINDANI, Joel Felipe, SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. 1, julho 2009.
- ALVES, Luís Alberto Marques. **A história local como estratégia para o ensino da história**. Porto: Universidade do Porto, 2006.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Editempo, Coleção Estado de Sítio, 2014.
- ARAÚJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio; RODEGHERO, Carla (Orgs). **Marcas da Memória: histórica oral da anistia no Brasil**. Recife, Editora da UFPE, 2012.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “História e narrativa”. In: MATTOS, Ilmar R. **Ler e escrever para contar**. Rio de Janeiro, Access Editora, 1999.
- ASSMAN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformação da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. Introdução, p.15-27 e Capítulo 5 da Segunda Parte – “Locais”.
- BARBOSA, Vilma. L. **Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local**. 2006.
- BARROS, José D’Assunção. **Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- BATISTA, Alofs Daniel. **Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BAUER, Caroline Silveira. **Quantas verdades o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar**. Pelotas: Dimensões, Universidade Federal de Pelotas, 2014.
- _____. **As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das lembranças dos golpes civil-militares**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BLEGER, J. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Fontes históricas na sala de aula**: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. Porto Alegre: Anos 90, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERRI, Luís Fernando. Um lugar na história para a didática da história. **História & Ensino**. Londrina, v. 23, p. 11-30, jan/jun. 2017.

CIAMPI, Helenice. O processo do conhecimento/pesquisa no ensino de história. **História & Ensino**. Londrina, v. 9, p. 109-132, out. 2003.

CÍCERO, De Orador, II, c. 9, c. 36 e c. 12, c. 51.

DOMINGUES, Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto. **A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu**: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60. Nova Iguaçu, RJ. UFRRJ.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

FALCON, Francisco J.C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v.9, nº.17, 1996.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Sílvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GOMES, Alexander de Souza. **Religião e política**: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. UERJ, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Escrita da história e ensino da história tensões e paradoxos In: **A escrita da história escolar memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. "História, memória, patrimônio". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **“A Memória Coletiva”**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora. 2000.

HYPÓLITO, Dom Adriano. A ira de Deus na terra da violência. **Revista Playboy**. Outubro De 1978. São Paulo. Entrevista concedida a Audálio Dantas.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, Siglo Veintiuno editores, España 2001.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº1 jan./jun. 2001.

KRONEMBERGER, Adriana. **Dom Adriano Hypólito: no rastro da violência em Nova Iguaçu**. São Paulo. Fonte Editorial. 2019.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador In: **História da historiografia**. Minas Gerais. N. 10, 2012.

LUCENA, Célia Toledo. Memória e História Local: Ensino e Pesquisa. **Tópicos Educacionais**. Recife, v.12, n. 1; 2, 1994.

LUDWING, Antônio Carlos Will. Métodos de pesquisa em educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.2, p. 204-233, jul-dez. 2014.

MAIA, Tatyana de Amaral; ALVES, Luís Alberto Marques; HERMETO, Miriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia Pinto (Org.). **(Re)Construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da História**. Porto Alegre: Ed.PUCRS; Porto: CITCEM, 2016.

MAINWARING, Scott. “A Igreja Católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974/1985” In: **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”. **Tempo** [online]. 2006, vol.11, n.21.

MONTEIRO, Ana Maria. “Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão”. In, Marcia Gonçalves, Helenice Rocha, Luís Reznik, Ana Maria Monteiro (org). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MORADIELLOS, Enrique. **El oficio de historiador**. México: Siglo veintiuno editores as, 1994.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. **Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)**. Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

PEREIRA, Nilton Mullet, SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula**. Porto Alegre: Anos 90, 2008.

PROST, Antoine. **Como a história faz o historiador?**. Porto Alegre: Anos 90, n 14, 2000.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

QUINAN, Licia Gomes. **As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estud. hist.** (Rio J.) [online]. 2010, vol.23, n.45, pp.171-186. ISSN 0103-2186.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn, **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de história: evento, ideia e escrita. **História & Ensino**. Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul/dez. 2015.

SACKS, Oliver. "A falibilidade da memória". In: **O rio da consciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SANA, Peter. **A dimensão educativa do pensamento e da ação de D. Adriano Hypólito nas lutas sociais da Baixada Fluminense no período da ditadura militar (1964-1985)** / Peter Sana. – 2015. 119 f.

SARLO, Beatriz. "Tempo passado", "Crítica do testemunho: sujeito e experiência" e "A retórica testemunhal" In: **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. "Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História". *Intelligere*, **Revista de História Intelectual**, v. 3, n. 2, p. 60-76. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 21/04/2020.

SILVA, L. C. B. **A Importância do Estudo de História Local e Regional no Ensino Fundamental**. Textura, Cruz das Almas, v. 01, N.I.

SILVA, Percival T. da. **Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)**. Tese de Mestrado, Departamento de Educação UFF, 1993.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. **Identidades Invisíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história no município de Duque de Caxias/ RJ**. Rio de Janeiro: Uerj, 2015.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Calude; LAHAYE, Louise. Dos professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente. In: **Teoria e educação**. N. 4, 1991.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2000 No 13.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. 1. ed. Lisboa, Edições Unipop, 2012,.

ULRICH Gumbrecht. “Depois de ‘Depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora?”. In: Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo e Valdeci Lopes de Araújo. **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

VINYES, Ricard. **Sobre vítimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades**. 2009b. Mimeo.

FONTES:

Escritas

A FOLHA Ano 4, no 236, de 24 de outubro de 1976.

APRECIÇÃO SUMÁRIA nº 38/Gab/76 — Campo Interno, do SNI, carimbada “secreto”, de 4 de outubro de 1976. AEG/CPDOC.

ESCLARECIMENTO AO POVO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 2, 5 abr. 1964.

REFLEXUS - Ano XIII, n. 21, 2019, p. 323.

Digitais

<https://storymap.knightlab.com/#examples>

<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2>